

resenha

de política exterior do brasil

número 80, 1º semestre de 1997

ministério das relações exteriores
2008

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 80, 1º semestre de 1997

Ano 24, ISSN 0101 2428

A Resenha de Política Exterior do Brasil é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Ministro Hélio Vitor Ramos Filho

Coordenação de Documentação Diplomática
Primeiro Secretário Henrique Archanjo Ferrari
Secretário Igor de Carvalho Sobral

Padronização
Hilton Ferreira da Silva

Editoração eletrônica
Hilton Ferreira da Silva / Daniel Bastos de Oliveira Bomfim

Endereço para correspondência:
Coordenação de Documentação Diplomática (CDO)
Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, 1º subsolo
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-9273, (61) 3411-9037, fax: (61) 3411-6591

© 2008 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores. –
Ano 1, nº 1 (jun. 1974) -- Brasília, Ministério das Relações Exteriores,
1974 --,
102p.

ISSN 0101 2428
Semestral

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódicos. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores

CDU: 327 (05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS

Assistência a brasileiros no exterior

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da abertura da reunião de instalação do Conselho de Cidadãos. Madri, 7 de fevereiro de 1997 7

Recebimento do título de doutor honoris causa da Universidade de Bolonha

Aula proferida pelo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do recebimento do título de doutor honoris causa da Universidade de Bolonha. “Alguns aspectos da questão da democracia nos dias de hoje”. Bolonha, 13 de fevereiro de 1997 9

“Brasil: Reforma do estado”

Senhor Marco Maciel, Vice-Presidente da República “Brasil: Reforma do estado, desenvolvimento auto-sustentado e parcerias estratégicas”. Colonia, Alemanha, 18 de fevereiro de 1997 15

Encontro do Vice-Presidente com o Presidente do Estado Livre da Paziera

“Discurso pronunciado em Munique” - Encontro do Senhor Vice-Presidente da República, Marco Maciel, com o Presidente do Estado Livre da Paziera. Munique, Alemanha, 20 de fevereiro de 1997 .. 21

II Reunião Hemisférica de Vice-Ministros Responsáveis pelo Comércio

Discurso do Senhor Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, na Solenidade de Abertura da II Reunião Hemisférica de Vice-Ministros Responsáveis pelo Comércio. Recife, 25 de fevereiro de 1997 25

Conselho Argentino de Relações Internacionais

Conferência do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no Conselho Argentino de Relações Internacionais. “La política exterior de Brasil frente a la democracia y la integración”. Buenos Aires, 6 de março de 1997 31

Segurança alimentar

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no almoço que ofereceu ao diretor-geral da FAO, Doutor Jacques Diouf. Brasília, 25 de março de 1997 37

A política externa brasileira e a inserção internacional do Brasil

“A política externa brasileira e a inserção internacional do Brasil”. Palestra proferida pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1º de abril de 1997 39

III Reunião Hemisférica de Vice-Ministros Responsáveis pelo Comércio

Discurso do Senhor Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, na III reunião de Vice-Ministros responsáveis por comércio do hemisfério. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1997 45

Formatura da turma “Darcy Ribeiro” do Instituto Rio Branco

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da formatura da turma “Darcy Ribeiro” do Instituto Rio Branco. Brasília, 25 de abril de 1997 .. 49

Comitê de representantes da ALADI

Discurso pronunciado pelo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, durante a sessão extraordinária e solene do comitê de representantes da ALADI. Montevideú, 6 de maio de 1997 55

Convênio para a fixação do estatuto jurídico da fronteira Brasil-Uruguai

Discurso de Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da cerimônia da assinatura do ajuste complementar ao convênio para a fixação do estatuto jurídico da fronteira Brasil-Uruguai. Rivera, 6 de maio de 1997 61

Conselho de Relações Exteriores de Nova York

Palestra do Senhor Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, no Conselho de Relações Exteriores de Nova York. “Brasil: Novas Tendências e Seu Impacto Sobre a Política Externa Brasileira e Sobre as Relações Brasil-Estados Unidos”. Nova York, 18 de maio de 1997 63

XVII Reunião Ministerial do Grupo de Cairns

Discurso de boas-vindas do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, aos participantes da XVII Reunião Ministerial do Grupo de Cairns. Rio de Janeiro, 5 de junho de 1997 69

Tratado sobre a não-proliferação de armas nucleares

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da cerimônia de assinatura da mensagem que envia o tratado sobre a não-proliferação de armas nucleares ao exame do Congresso Nacional. Brasília, 20 de junho de 1997 73

Assembléia-Geral das Nações Unidas para avaliação da implementação da Agenda 21

Palavras de boas-vindas do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da abertura da sessão especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas para avaliação da implementação da agenda 21. Nova York, 23 de junho de 1997 77

ATOS INTERNACIONAIS	79
----------------------------------	----

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Notas para a apresentação do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na sessão de abertura do II Seminário “A Mulher e Mercosul”. São Paulo, 29 de abril de 1997	81
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Notas para o discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em almoço organizado pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá. Toronto, 23 de abril de 1997.	82
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Brazil: new trends and their Impact on Brazilian Foreign Policy and Brazil-Us Relations”. Nova York, Talking Points, New York Council On Foreign Relations. 18 De Março De 1997	85
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Notas para a aula Magna Ministrada pelo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em cerimônia na Universidade da República. Montevideú, 5 de maio de 1997	89
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

ARTIGOS

Assistência aos brasileiros no exterior.

“A nova política de assistência aos brasileiros no exterior”, artigo publicado pelo Senhor Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, Em Política Externa, vol.5, n.3, dez/jan/fev 1996-1997.	93
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

ÍNDICE REMISSIVO	99
-------------------------------	----



Assistência a brasileiros no exterior

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da abertura da reunião de instalação do Conselho de Cidadãos. Madri, 7 de fevereiro de 1997

Eu queria apenas dizer umas palavras para agradecer a presença de todos e manifestar o meu reconhecimento pela disposição de colaborar nesta iniciativa do Conselho de Cidadãos. Junto com os Consulados Itinerantes, os Conselhos de Cidadãos são uma imagem de marca da política consular do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas são também, sobretudo, um reflexo pleno do exercício da cidadania pelos brasileiros, onde quer que se encontrem.

Ao iniciar minha visita oficial a Madri, quis que o meu primeiro ato fosse justamente esta reunião com representantes da comunidade brasileira aqui residente para a instalação do Conselho de Cidadãos Brasileiros.

Foi com grande satisfação que aceitei convite do meu colega espanhol, o Ministro de Assuntos Exteriores, Abel Matutes, para realizar esta visita à Espanha no quadro da política dos dois Governos de promover uma intensa melhoria qualitativa nas nossas relações, em função dos desenvolvimentos positivos que se registram tanto aqui quanto no nosso país.

O Brasil e Espanha acham-se vinculados por uma história comum e por um número cada vez maior de interesses concretos, políticos e econômicos, que os aproximam. A imigração espanhola no Brasil enriqueceu a nossa cultura e ajudou o nosso

desenvolvimento, criando uma base sólida, insubstituível nas relações entre os Estados, para dar força à amizade hispano-brasileira. Agora, os brasileiros revivem em certa forma essa saga humana.

Nos anos, em função de uma série de fatores ligados inclusive ao fenômeno da globalização, também os brasileiros passaram a buscar no exterior oportunidades de vida e emprego. A Espanha, com seu dinamismo econômico e sua projeção, não poderia deixar de ser o destino de muitos desses brasileiros. Trata-se de um processo novo que coloca desafios inéditos ao Governo e, em particular, ao Ministério das Relações Exteriores e nossa rede diplomática e consular em todo o mundo.

Este tema se insere no quadro mais amplo da política de apoio e proteção dos brasileiros no exterior que o Governo brasileiro, sensível ao movimento migratório que se passou a verificar no Brasil a partir dos anos 80, tem desenvolvido através do Ministério das Relações Exteriores. Desde que assumi o Itamaraty, cumprindo determinação expressa do Senhor Presidente da República, tenho procurado adequar o perfil da rede consular brasileira e os recursos disponíveis para as atividades relacionadas à crescente demanda de serviços de assistência por parte de nossos nacionais domiciliados ou de passagem no exterior.

A importância, hoje, da assistência e proteção

consular ao brasileiro fora de seu país indiscutível. Constitui uma das prioridades de nossa política externa, expressa diretamente pelo Senhor Presidente da República, quando do lançamento, em 1995, do “Programa Governamental de Assistência aos Brasileiros no Exterior”. Ao fazê-lo, o Governo e o Itamaraty, em particular, procuraram responder demanda que este assunto hoje suscita, com toda justeza, na opinião pública nacional.

O projeto de criação de Conselhos de Cidadãos visa a encurtar a distância ainda existente entre os nacionais brasileiros e a rede consular, instituindo dessa forma um elo entre o governo e a sociedade civil e um embrião da organização dessa mesma sociedade no exterior. Os Conselhos de Cidadãos são uma das formas de manifestação da cidadania brasileira no exterior.

O Conselho de Cidadãos constitui um essencialmente apolítico e, como o próprio nome indica, um foro de aconselhamento, onde as repartições consulares e as comunidades brasileiras se encontrarão para examinar a melhor maneira de atender ao nacional em suas necessidades consulares, de aperfeiçoar os serviços prestados e de organizar a comunidade brasileira dentro da jurisdição consular. Importante que se identifiquem os problemas da comunidade e que se apontem soluções, com o sentido de responsabilidade compartilhada e solidária.

Hoje, quase um ano após o início do processo de implantação dos Conselhos de Cidadãos, estou convencido do acerto da iniciativa. Os resultados

positivos, chegados de repartições consulares em todas as partes do mundo onde o projeto já se implementou, comprovam sua utilidade para melhorar a vida do brasileiro no exterior, ou pelo menos, para tornar mais férteis as suas vinculações, tanto dentro da comunidade quanto com as autoridades consulares brasileiras. Dessa forma podemos encontrar soluções comuns para as situações que enfrentamos juntos.

Queria agradecer muito especialmente aos conselheiros que aceitaram a responsabilidade de representar a comunidade brasileira nesta jurisdição consular. Trata-se de um grupo de pessoas provenientes dos mais diversos extratos profissionais. Nele temos empresários, artistas e trabalhadores no comércio. Estou seguro que desempenharão essa importante tarefa com sentido social e espírito desinteressado — como cidadãos que exercem um direito e têm consciência dos seus deveres para com a sua comunidade e mesmo para com a sua identidade nacional.

O Itamaraty e a Embaixada do Brasil em Madri estarão sempre à disposição da comunidade para tornar possíveis os ideais que levaram à criação deste Conselho.

Ao dar por instalado o Conselho de Cidadãos Brasileiros, faço-lhes votos de um trabalho profícuo e recompensador e peço aos seus integrantes que transmitam a toda a comunidade brasileira na Espanha a certeza do apoio do Governo e meus votos de uma vida cheia de alegrias e recompensas.

Muito obrigado.

Recebimento do título de doutor honoris causa da Universidade de Bolonha

Aula proferida pelo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do recebimento do título de doutor honoris causa da Universidade de Bolonha. “Alguns aspectos da questão da democracia nos dias de hoje”. Bolonha, 13 de fevereiro de 1997

Quero agradecer, inicialmente, aos meus colegas da Universidade de Bolonha a generosidade da concessão do título de Doutor Honoris Causa.

Neste momento me grato por muitas razões. Nesta Universidade em que se têm cultivado, ao longo de séculos, os melhores valores da vida acadêmica, a solenidade e a tradição desta cerimônia renovam, em mim, o respeito à liberdade de pensamento. Recebo esta homenagem como sociólogo para quem a reflexão tem sido sempre um exercício crítico, na busca permanente de aperfeiçoamento da compreensão do que são as sociedades latino-americanas, do que queremos como cidadãos, dos limites e possibilidades de nossa capacidade de transformação.

Na minha formação, aprendi que a obrigação de rigor e o cuidado na pesquisa não devem nunca significar o abandono de ideais, a noção de que as sociedades progridem e as formas de convivência podem ser mais humanas e justas.

Nem sempre o equilíbrio entre o rigor e a necessidade de agir se dá naturalmente. Às vezes é difícil, quase impossível, evitar que a vontade molde a reflexão e faça com que queiramos mais do que a realidade permite. E o segredo da melhor criação acadêmica talvez esteja em resolver, a cada passo, essa tensão. Para isto, não haverá métodos firmes,

nem soluções acabadas: resolvê-la no momento em que a individualidade do pesquisador se realiza plenamente.

Hoje, na posição onde me encontro, em que lido permanentemente com as tramas da política, em que as exigências de decisão nunca se oferecem com simplicidade, os momentos de reflexão — julgados pelos padrões acadêmicos — parecem sempre curtos.

A decisão política não pode, porém, estar em débito com o pensamento, ainda que este tenha outro andamento e outro tempo, definidos pelo complexo encontro das vontades e dos interesses sociais, em que os rigores do método deverão, muitas vezes, ser substituídos pela sensibilidade e pela coragem.

De qualquer maneira, com meus anos de vida parlamentar e de cargos no Executivo, que já não são poucos, espero não ter perdido as satisfações e gratificações que significam a oportunidade de, com alguma distância, pensar os problemas em que estou envolvido, como o da construção da democracia em uma sociedade marcada pela desigualdade.

Por isto, a alegria de voltar ao convívio acadêmico, de lembrar o convívio de amigos, como Giorgio Alberti, Guillermo O’Donnell, Ralph Dahrendorf, Lawrence Whitehead, Gianfranco Pasquino e tantos outros, com quem me reuni, aqui,

no Centro Europeo di Studi della Democratizzazione, para estudar e debater as questões da democracia contemporânea.

A lembrança de Bolonha é, assim, a do melhor estímulo intelectual, da troca aberta de opiniões, da franqueza do debate. A volta, hoje, nesta homenagem, que recebo como alguém que terá procurado ser sempre fiel aos ideais acadêmicos, me emociona e gratifica. Muito obrigado aos professores da Universidade de Bolonha pelo título.

Minhas visitas a Bolonha representaram também oportunidades de contato com o dinamismo econômico nas regiões que cercam esta bela cidade.

Aqui, pude compreender facetas do mundo empresarial, objeto de pesquisas minhas no Brasil e em outros países da América Latina, que sem dúvida enriqueceram a minha compreensão das formas múltiplas que podem dar sentido ao desenvolvimento econômico.

A democracia — que propiciou aqui debates tão interessantes — continua a ser o tema central da política no mundo contemporâneo. Não se esgotou no plano analítico, e, como prática política, ainda lança questões cruciais quando se pensa no progresso social e no desenvolvimento político. Mesmo no mundo desenvolvido, segue como um marco crítico. Lembro as análises sobre o déficit democrático na Europa como instrumento para entender as possíveis deficiências da União Européia e os dilemas que se revelam quando examinamos os problemas da integração étnica. Lembro ainda os complexos processos diplomáticos quando estamos diante da necessidade de defender e projetar os valores democráticos no plano internacional, estabelecendo mecanismos para bloquear a interrupção de cursos institucionais e assegurar o respeito aos direitos políticos e humanos.

Mas, se me permitirem, gostaria de voltar a algumas de minhas reflexões sobre a democracia. Recordo que, durante o tempo do autoritarismo brasileiro, examinei-a do da sociedade, de alguém de fora do Estado e que atribuía a determinadas

forças e grupos a responsabilidade de reimplantá-la no Brasil e na América Latina. Era a perspectiva natural do intelectual latino-americano, que via, na ausência da democracia, tantos males e deficiências para a sociedade que era necessário ir além da análise e transformar em “dever” a luta anti-autoritária. Naqueles momentos, para a contabilidade da construção democrática, a sociedade era o positivo e o Estado era o negativo, já que este encarnava e executava o “contrário” do que entendíamos por democracia, ao negar a plenitude dos direitos civis e adotar políticas econômicas excludentes. Ainda que houvesse transformações — e as houve no Brasil —, vinham marcadas por uma limitação, a da distância dos interesses reais da sociedade.

Não creio que deva retomar, aqui, a análise do processo de democratização brasileiro, afinal bem conhecido. Sabemos que revelou claramente formas, até inesperadas, de organização de uma sociedade que “andou na frente do Estado”, forçou mudanças, em um complexo jogo de pressões e negociações, ora explícitas ora implícitas, mas sempre na direção de recuperar condições reais de participação política.

Não tenho dúvidas de que os ganhos na luta pela democracia são permanentes no Brasil. Por muitas razões, a sociedade brasileira aprendeu as formas fundamentais do que convivência democrática. Sabe reivindicar o que a transforma e, por isto, impossível entender os processos políticos brasileiros a partir do ângulo exclusivo do Estado. Mas, a democracia se completa quando o Estado se torna, ele mesmo, parte da vida democrática da nação, quando o Estado aprende a servir à sociedade.

Em que condições isto ocorre? A resposta não é fácil. De qualquer maneira, de um muito limitado, o de um dos poderes do Estado, o Executivo, gostaria de falar de democracia da perspectiva de quem tem responsabilidades de governo. Tentarei a dose mínima de objetividade para que estas notas tenham algum interesse acadêmico, embora respondam, reconheço, ao que aprendo com

as tensões da política (e, certamente, a cadeira presidencial não será o melhor lugar para a pesquisa sociológica). Neste sentido, minha pergunta seria, nesta aula, a seguinte: de que maneira possível que o governante, em seu cotidiano de decisões, trabalhe para aperfeiçoar a democracia. Como o Estado pode atuar positivamente, aproveitar as forças democratizantes que vêm da sociedade, fazer com que transformem a realidade?

Gostaria de chegar a essa questão partindo de umas poucas reflexões sobre o próprio sentido da democracia contemporânea, que, para muitos, vive formas de crise, como se precisasse ser renovada para continuar a “ser democracia”.

Antes de ir adiante, voltaria a idéias expostas há mais de vinte anos, articuladas, portanto em outro contexto, mas que me permitem retomar o que penso deva ser o núcleo da compreensão moderna de democracia.

“... preciso ir tecendo os fios da sociedade civil de tal forma que ela possa expressar-se na ordem política e possa contrabalançar o Estado, tornando-se parte da realidade política da nação (...). À superação verbal fácil dos problemas reais em nome de um futuro mistificado, preciso contrapor o desafio das reivindicações específicas, que são múltiplas e diferenciadas, de cada grupo ou setor social. (...) redemocratização (...) como prática cotidiana e não como gesto de benevolência política de cúpulas esclarecidas que dificilmente poderão passar da intenção ao ato, se não houver estruturas reais de apoio político e formas organizadas de pressão a partir dos segmentos da sociedade que não estão encastelados no Estado. (...) uma ordem compatível com a real democratização que parta da diversidade e da heterogeneidade e que busque formas de convivência racional efetivamente arraigadas em valores capazes de criar uma Nação, tolerando e legitimando conflitos”. (Autoritarismo e Democratização, Rio, Paz e Terra, 1975, pág. 239).

Estas idéias, que expressei há alguns anos, resumem a minha percepção de que a democracia

não nunca um processo que se esgote nas instituições. Estas são essenciais, é impossível qualificar de democrático um regime em que faltem a independência dos poderes, as eleições periódicas, a instituição das liberdades civis. O que dá vida a essa moldura, porém, são práticas cotidianas, os modos de participação e engajamento dos cidadãos nas decisões que lhes afetam, em suma, modos de conviver em sociedade. São as formas pelas quais, para usar um conceito de Hirshman, as vozes se organizam e se manifestam e criam a vida democrática.

Essa perspectiva — a da efetiva prática democrática como elemento de validação das formas institucionais — não elude a questão da norma e dos valores democráticos. A formulação de Bobbio sobre o tema precisa e esclarecedora:

“Pur partendo da due punti di vista diversi, Kelsen dalle norme e dal diritto come ordinamento di norme, Weber dal potere e dalle varie forme di potere, i due autori hanno finito per incontrarsi pur facendo cammino oposto: Kelsen dalla validità formale delle norme alla effettività, attraverso le varie forme di potere degradanti dall’alto al basso, Weber, invece, dal potere di fatto alle varie forme di potere legittimo. La norma ha bisogno del potere per diventare effettiva, e il potere di fatto ha bisogno dell’obbedienza continuata al comando e alle regole che ne derivano per diventare legittimo. (...) Potere e legittimità si rincorrono. Il potere diventa legittimo attraverso il diritto mentre il diritto diventa efferito attraverso il potere”. (Norberto Bobbio, *De Senectute*, Einaudi, Turim, 1996, pg. 171)

Uma análise, mesmo superficial, das sociedades ocidentais, desenvolvidas e ainda em desenvolvimento, revelará, nos anos, um fenômeno do que se poderia chamar de “ampliação das demandas democráticas” ou, mais apropriadamente para as sociedades como as latino-americanas, de “ampliação da demanda por equidade”. O que isto significa? Sem entrar na explicação das origens do fenômeno, o que se observa que o leque de demandas

dos cidadãos se torna múltiplo, talvez disperso, e, sobretudo, encontra canais variados de manifestação, diferentes dos tradicionais da representação política. Multiplicam-se as vozes, suas expressões, formas e alcance.

O conceito de cidadania se transforma: não mais exclusivamente o simples exercício do voto que o define e resume, mas também a luta por um meio ambiente saudável, pela garantia de emprego, por segurança, por direitos de minorias, por educação e saúde de qualidade, por remuneração adequada de aposentados, por lazer, por um ambiente sadio eticamente (daí, aliás, a preocupação com o fenômeno da corrupção e da droga), etc. Em muitos casos, houve, de um lado, um “atraso” na representação tradicional (partidos) em compreender e introduzir, nos mecanismos políticos clássicos, esse conjunto de reivindicações. Sobretudo, introduzi-los com eficácia e coerência. De outro lado, a própria dispersão das “constituencies” de cada conjunto de demandas torna difícil aglutiná-las consistentemente em um marco ideológico que seria a base natural para a plataforma clássica dos partidos políticos. Ainda, parte dessas demandas — como as que se referem a meio ambiente — se situam em um plano de exigências técnicas cuja incorporação pelos modelos ideológicos clássicos, sobreviventes do século XIX, não simples.

Também sabemos que a partidarização de reivindicações fragmentárias, como no caso dos verdes, uma solução limitada. Articulam-se, ainda, demandas tipicamente parciais, como as que dizem respeito identidades de minorias, por sua própria definição refratária a se incorporarem em agregados reivindicatórios maiores. Se as doutrinas políticas que modelam os partidos clássicos deveriam organizar visões mobilizadoras do bem comum, o problema que temos hoje a própria ampliação da definição do que o bem comum, do que constitui, como queriam os clássicos, o caminho para a felicidade do cidadão. Talvez não possamos mais contar com uma meta predefinida e abrangente e tenhamos que lidar com

um complexo processo de demandas, sempre renovadas. E, paradoxalmente, já que as demandas se dirigem essencialmente ao Estado, preciso recuperar a coerência no processo de atendê-las.

O vigor das democracias contemporâneas identifica-se, cada vez mais, com processos multiformes de articulação de demandas por transformação, demandas estas que deixam de ser orientadas por objetivos unificadores e passam a refletir a própria diversidade e complexidade do mundo moderno. O fortalecimento da representação supõe naturalmente que as suas instituições “capturem” as novas dinâmicas. Essencial que o façam porque, queira-se ou não, as “novas demandas” não podem ser repelidas ou escamoteadas nas decisões de governo, já que compreendê-las e atendê-las passa a constituir o cerne da democracia moderna. Além disso, em sociedades ainda fortemente desiguais, como as latino-americanas e a brasileira em particular, persistem as demandas clássicas (por terra, por saúde, por educação, etc.) que devem ser a preocupação inicial e prioritária da ação política. Afinal, aí está o próprio núcleo da dignidade humana.

Porém, o atendimento daquelas demandas hoje modelado pelo contexto das reivindicações contemporâneas. O problema não apenas o de dar escola elementar, mas o de preparar o estudante para enfrentar as questões “modernas” que o desenvolvimento tecnológico impõe. A saúde supõe acesso a medicamentos de geração. Um meio ambiente sadio exige capacidade científica. Justiça social significa efetiva igualdade de oportunidades em um mundo que parece crescentemente diferenciado. O próprio fato da globalização faz com que sejamos forçados a abandonar a possibilidade de seqüência no atendimento das demandas, antes as antigas, depois as modernas. Elas convivem, reforçam-se, e, sobretudo, mudam os tempos da política. Não se pode mais atender ao drama imediato da pobreza sem que sua solução se inscreva em processos de mais longo prazo de transformação e modernização das sociedades.

Um segundo tema necessário quando se trata de entender a democracia moderna e da comunicação de massa. A primeira reação de um governante diante da imprensa naturalmente a de defesa, e mesmo de “irritação” com a frequência e a abrangência das críticas, que são o cotidiano das notícias nos países onde existe imprensa verdadeiramente livre. O elogio é exceção rara.

O fato, porém, que, se as ONGs e os movimentos sociais “descobrem” e, em parte, organizam as novas demandas, são os meios de comunicação de massa que lhes dão relevância política. Ainda que não seja de forma completa e nem reflitam adequadamente a complexidade dos processos sociais e econômicos, o jornal, o rádio e a televisão traduzem modalidades de sensibilidade da cidadania e criam uma agenda pública, inescapável para o homem de Estado (não conheço qualquer autoridade pública que não comece o dia pela leitura de jornais). Os meios modernos de informação definem, assim, parte essencial da realidade política. A sua contribuição para a democracia nasce de que articulam — vezes precariamente, verdade — uma realidade psicológica para o comum dos cidadãos de participação nas coisas coletivas, passando a constituir um instrumento de treinamento político.

Sem o sistema amplo de meios de comunicação de massa que temos no Brasil, dificilmente teríamos conseguido levar adiante a democratização ou o Plano Real. Ou, se não houvesse a combinação ONGs-imprensa, dificilmente a causa indígena teria a força política que tem no Brasil. Impossível não agir quando a desigualdade, a violência, as expressões de injustiça, aparecem sob a forma dramática da notícia jornalística. A informação, como veiculada pelos meios de comunicação, assim, fundamental para a governabilidade democrática. Os riscos da distorção, os exageros, a preocupação em “escandalizar processos e personalizar acontecimentos” — previsíveis e normais nos meios de comunicação de massa — acabam por tornarem-se pequenos diante

da contribuição que trazem ao processo democrático.

Esses são alguns dos problemas da democracia contemporânea. Volto agora pergunta com que comecei o texto: que contribuição o governante deve ou pode dar para a implantação democrática?

Tomemos a realidade de um regime presidencialista, em que a carga simbólica, combinada a um imenso complexo de obrigações, caracteriza a ação do Chefe de Estado.

Neste sentido, o primeiro dever democrático justamente o de aceitar a complexidade da sociedade, que se manifesta pela multiplicação e variedade das demandas, pelo poder dos meios de comunicação, pelo fato de que a “convivência democrática” reúne heterogeneidade e uma vontade permanente de transformação (sobretudo se estamos pensando em Brasil, em América Latina).

A expressão simbólica da aceitação da complexidade a tolerância, que se exprime na abertura permanente para ouvir os que discordam e, sobretudo, garantir o espaço do dissenso. Consensos perfeitos são raros em democracias de sociedades complexas e desiguais. Assim, a expressão política da aceitação da complexidade a negociação, o incorporar a opinião alheia até o limite que não distorça ou bloqueie a vontade da maioria. Negociar para transformar uma das chaves do processo de consolidação democrática. Outra reconhecer que existe, naturalmente, uma disparidade de poder entre os diversos setores da sociedade que entram em negociação e que a função do Estado saber arbitrar, sem temer compensar os que negociam de posições fracas, e fazer-se sempre de voz dos que não têm meios de participar dos processos decisórios.

Cabe aqui repetir Bobbio outra vez: “Dalla osservazione della irriducibilità delle credenze ultime ho tratto la piú grande lezione della mia vita. Ho imparato a rispettare le idee altrui, ad arrestarmi davanti al segreto di ogni coscienza, a capire prima di discutere, a discutere prima di condannare. E poiché sono in vena di confessioni, ne faccio ancora

una, forse superflua: detesto i fanatici con tutta l'anima.” (Bobbio, *idem*, *ibidem*, p. 174, reproduzindo texto in *Italia civile*).

A tarefa mais do Governo democrático em sociedades complexas justamente a de dar rumos aos processos que permitam a transformação. O que isto significa? Em primeiro lugar, dar sentido nacional aos movimentos da sociedade. As nações têm percursos históricos que estão incorporados às estruturas sociais e econômicas e cultura. A negociação necessária não pode impor visões parciais que rompam com o sentido nacional. Ao contrário, o ponto de equilíbrio a referência a um interesse nacional, não mais definido abstratamente, tecnocraticamente, mas a partir de uma “escuta” cuidadosa e sensível do que a nação quer. No espaço nacional que reagimos eticamente desigualdade e, portanto, esse o primeiro espaço da ação solidária. Neste sentido, no caso brasileiro, a democracia significa sensibilidade para mudar, para criar condições dignas de justiça social. E o mais difícil trabalho de quem reflete e tem posições de poder é o de desvendar o caminho mais rápido, mais consistente, mais seguro, para a realização dos fins que a democracia exige.

E, para finalizar, retomo o tema do Estado perante a multiplicidade de demandas de hoje.

Não basta reconhecer a pluralidade e a especificidade complexa das demandas da sociedade civil. É preciso reconhecer que a dicotomia clássica Estado e Sociedade Civil, bem como sua simplificação na oposição Estado e Mercado, são insuficientes para definir o locus da política e a arquitetura das instituições políticas contemporâneas.

De fato, para atender demandas do nosso tempo, estão-se incorporando à prática política democrática novos atores extra e intra-governamentais, que tecem relações fora das instituições tradicionais do Estado (Congresso, burocracias, partidos, etc.).

Essa reorganização do Estado, e também da sociedade, se no início apareceu como uma “generosidade” das burocracias ONGs, hoje muito mais do que isso. Conselhos com atores que mais “participam” por suas idéias e posturas renovadoras, do que “representam” por seus votos os diferentes segmentos da sociedade, formam o chamado Terceiro Setor, de importância crescente nas sociedades atuais.

Diante de pressões e de objetivos que se formam “entre” o Estado e a sociedade civil — enlaçando-os de forma inovadora —, de quase-organizações, em parte voluntárias, em parte ancoradas no poder público, cabe ao homem político, ao líder, criar formas não-tradicionais de interlocução e de interpelação.

E aí, novamente, o papel simbólico e até mesmo legitimador do “novo” será a marca do líder político de envergadura que seja realmente democrático. Tarefa imensa que a poucos dado cumprir com consciência e grandeza.

Não aspiro ser capaz de tanto. Que pelo menos a lucidez da Academia — a dos senhores — ajude-me a formular, senão a exercer, os papéis que a democracia contemporânea exige dos Presidentes e demais dirigentes políticos.

Muito obrigado, outra vez.

“Brasil: Reforma do estado”

Senhor Marco Maciel, Vice-Presidente da República
“Brasil: Reforma do estado, desenvolvimento auto-sustentado e parcerias estratégicas”. Colonia, Alemanha, 18 de fevereiro de 1997

Ao lado da fidalga acolhida que expressa um dos traços característicos desse País, quero agradecer a gentileza do convite para esta palestra, extremamente grata para mim, na medida em que me permite tecer algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento político e, sobretudo, econômico e social do meu País, e as possibilidades de cooperação com a Alemanha.

No quadro da nova ordem internacional que se instaurou, com a consolidação, na área econômica, de um modelo de integração produtiva internacional, o Brasil conscientizou-se de que era necessário promover um conjunto de reformas estruturais que alavancassem a posição do País e o nível de vida dos seus cidadãos. Essa percepção, embora relativamente tardia, se considerarmos os processos adotados há mais tempo em outros países, foi aprofundada e amadurecida de forma a abranger todos os setores e assimilar o conjunto da população.

Nesse contexto, o conjunto de reformas estruturais por que passa o Estado, a economia e a própria sociedade brasileira não é um simples elenco de medidas tendentes a modernizar as instituições ou melhorar o desempenho econômico. Trata-se, ao contrário, como assinalou o Presidente Fernando Henrique, em seu discurso de posse, de um processo de transformações cujo objetivo final é o de superar estrangulamentos que constroem o

desenvolvimento nacional e que resultam em uma estrutura social injusta. As reformas podem ser sintetizadas em três linhas de atuação claramente definidas: a) as de caráter político-institucional; b) as de natureza fiscal e previdenciária patrimonial, e c) as de cunho social.

As reformas institucionais abrangem as estruturas, os processos e, a funcionalidade do modelo político do País, aí contempladas as reformas que se convencionou chamar de “engenharia constitucional” para usar a expressão de Giovanni Sartori. Inclui-se nesse conjunto de medidas a necessidade de se redefinir o próprio sistema federativo que, em um país como o Brasil, dada a sua base territorial e expressão demográfica, tem enorme relevância. Esta redefinição implica equilibrar poderes, competências e a distribuição de recursos tributários entre a União, os Estados e o Distrito Federal e os municípios, requisito essencial para eliminar o déficit do setor público, na medida em que boa parte da dívida pública nacional é gerada por entidades federativas sobre as quais a União não tem controle.

Trata-se de objetivo alcançado, em grande parte, com a renegociação das dívidas públicas, que incluiu o equacionamento das questões dos bancos de propriedade estadual, por meio da “securitização” dos passivos. Também tem contribuído para o novo

delineamento do sistema federativo a própria redefinição das atribuições do estado em suas diversas esferas, com a concessão de serviços públicos nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Outra vertente dessas reformas institucionais diz respeito à efetividade do modelo político definido pela Constituição. Com referência ao funcionamento do Poder Judiciário, a Constituição reestruturou de forma completa os órgãos considerados essenciais ao funcionamento da Justiça, de forma a propiciar o equacionamento mais acelerado dos contenciosos. O próprio sistema político-partidário é objeto de amplo debate e examinam-se os parâmetros que possam tornar a já consolidada democracia representativa brasileira em uma democracia real, em que todos os atores da sociedade possam participar direta ou indiretamente do processo de deliberações. Em última instância, trata-se de ampliar o espectro de debate e de participação.

No âmbito das reformas fiscais e outras de natureza patrimonial está uma extensa pauta de iniciativas que têm por objetivo redefinir o papel do Estado em relação às atividades produtivas, o que implica, em última análise, redesenhar o Estado brasileiro, para permitir a inserção mais adequada do País na economia internacional, por meio do crescimento da produtividade e da competitividade, da integração econômica com outros mercados, do aumento do intercâmbio comercial, à luz das diretrizes da Organização Mundial de Comércio, e do aprofundamento das parcerias estratégicas.

A fase inicial dessa ampla reformulação foi concluída com as reformas constitucionais que puseram fim aos monopólios do Estado nas áreas de prospecção, refino, importação e distribuição de combustíveis, produção de energia elétrica, navegação de cabotagem, telecomunicações, operação dos portos, gestão de ferrovias e rodovias, e distribuição de gás entre outras. Ao mesmo tempo aprovou-se lei geral de concessões que permite ao Estado delegar a gestão de virtualmente todas as atividades do setor produtivo, que eram antes de sua

responsabilidade exclusiva, e Emenda Constitucional que pôs fim à discriminação entre empresa nacional e empresa nacional de capital estrangeiro.

Quanto às concessões de serviços públicos para a iniciativa privada, é oportuno ressaltar que, computando-se apenas as empresas estatais dos setores siderúrgicos, químicos e de transporte, foram privatizadas mais de 50 empresas até 1996. Para 1997 está programada a transferência ao setor privado de importantes empreendimentos como, para exemplificar, a Companhia Vale do Rio Doce, a segunda mineradora do mundo. Ademais, já estão sendo licitadas as concessões de serviços a operadores de telefonia móvel em todo o País e de serviços, no âmbito federal e estadual, nas áreas de energia e de administração de portos. O processo de concessão de ferrovias estará concluído este ano com a licitação da Malha do Nordeste do País, a qual, após pequenas obras, permitirá a integração total da malha ferroviária nacional. Também no campo da concessão de rodovias, os Governos federal e estaduais têm atuado de forma dinâmica.

São todos desdobramentos essenciais do programa de estabilização executado pelo governo, chamado de Plano Real que, a partir de 1994, pôs fim a quase três décadas de elevadas taxas de inflação e gerou mudanças extremamente positivas na economia, especialmente no setor financeiro. Para que se tenha uma idéia do que representou o fim da inflação, basta assinalar que os bancos e financeiras, que chegaram a representar 15% do produto brasileiro, em dois anos reduziram sua participação para cerca de 8%. A transferência de renda desse setor para outras atividades produtivas representou um ganho para a população de menor renda de US\$ 13 bilhões.

Essas reformas deverão ser complementadas por uma reforma tributária, que tem o objetivo de simplificar o sistema fiscal brasileiro, embora algumas operações legais já tenham logrado enormes e significativos avanços. Cito, especialmente, a lei que exonerou do tributo estadual sobre a circulação de

mercadorias as importações de produtos primários beneficiados e a que criou, a partir de 1º de janeiro deste ano, um sistema simplificado de tributação para as pequenas empresas. Finalmente, lei de reforma administrativa, ainda em curso no Congresso, deve definir as áreas de atuação específica do Estado, como diplomacia, ministério público, auditoria fiscal, segurança pública e forças armadas e aquelas em que a gestão pode ser compartilhada com a iniciativa privada, como habitação, assistência hospitalar, educação, ciência e tecnologia.

A terceira linha de atuação refere-se, como mencionei, às reformas sociais. A primeira e a mais urgente, em face dos desequilíbrios que afetam os sistemas previdenciários em quase todo o mundo, é a reforma da seguridade social, em apreciação pelo Senado Federal. Ela visa a estabelecer um sistema único, geral e obrigatório de pensão, com financiamento público, até o limite de 10 salários mínimos, a ser complementado pelo sistema de fundos públicos, privados ou mistos para as pensões acima dessa importância. A segunda é a reforma do sistema educacional, que modificou os critérios de financiamento do sistema público de ensino, vinculou a aplicação prioritária desses recursos ao ensino básico e estabeleceu padrões mínimos de investimentos em função da população escolar e da remuneração dos professores. Por outro lado, criou-se um sistema nacional de avaliação, de caráter permanente, da qualidade do ensino universitário, aplicado indistintamente às universidades públicas e privadas. A terceira refere-se ao programa nacional de reforma agrária e assentamento rural de famílias de baixa renda que beneficiará, até o final do atual governo, 240 mil famílias, envolvendo um contingente de cerca de um milhão de pessoas. Trata-se do maior programa dessa natureza em curso hoje no mundo e exigiu mudanças profundas na legislação fundiária, para acelerar os processos de desapropriação de terras para esse fim e a imissão imediata na sua posse. Seu objetivo é eliminar as graves tensões e conflitos nas áreas rurais, melhorando as condições de

sobrevivência por meio da agricultura familiar.

Como assinalei anteriormente, as transformações sociais decorrem não apenas dessas iniciativas específicas. Materializam-se, também, como conseqüência das demais mudanças e, mais significativamente, do fim do processo inflacionário, com a adoção do programa de estabilização da economia. Cabe assinalar, em primeiro lugar, o expressivo aumento do poder aquisitivo dos assalariados, em razão de três fatores: a manutenção do valor da chamada cesta básica de alimentos, que é um indicador estatístico dos produtos de alimentação mais consumidos pelas camadas de mais baixa renda; o aumento efetivo do valor real do salário mínimo, que praticamente dobrou entre dezembro de 94 e janeiro de 95; a transferência de renda do setor financeiro para os setores que não se beneficiavam dos mecanismos de correção monetária, conforme já mencionado.

O Governo brasileiro reconhece que os ganhos obtidos estão longe de corrigir os graves índices de concentração de renda que ainda estigmatizam a estrutura da sociedade brasileira. Trata-se, no entanto, de uma tendência que deverá alterar profundamente, até o início do próximo século, a distribuição da renda nacional, tornando possível eliminar a chamada pobreza absoluta do País e aumentar significativamente o mercado nacional. O reflexo dessa tendência já se pode constatar na mudança do perfil do consumo interno, que teve crescimento expressivo, especialmente na área de bens duráveis, como refrigeradores, receptores de TV em cores, fogões, automóveis, e no setor de alimentos.

As conseqüências desse processo já se fazem sentir em diversas dimensões: em primeiro lugar, criou um clima de autoconfiança na população que se traduz em empreendimentos que visam o longo prazo, em substituição a perspectivas de vantagens imediatas e que se revelam apenas aparentes; em segundo lugar, a criação de externalidades favoráveis aos investimentos oferece um clima mais propício ao

desenvolvimento de negócios; em terceiro lugar, a abertura econômica enseja o aprofundamento da integração produtiva que possibilita posicionar o Brasil em escalas mais elevadas da divisão internacional do trabalho; em quarto lugar, essas transformações permitem corrigir desníveis intra-regionais no Brasil, de forma a promover o crescimento harmônico e a participação equitativa de todas as regiões e de todas as camadas da população no processo de desenvolvimento; em quinto lugar, cria as condições necessárias para o desenvolvimento sustentado do País.

O desempenho da economia traduz os reflexos favoráveis desse processo. Com o crescimento constante do produto bruto nos últimos quatro anos, o PIB alcançou U\$ 754 bilhões em 1996, e a renda individual atingiu U\$ 4.780. As reservas cambiais ultrapassaram U\$ 60 bilhões. As inversões do capital estrangeiro no setor produtivo, que em 1993 tinham sido de pouco mais de U\$ 500 milhões, cresceram geometricamente: triplicaram em 1994, dobraram em 95, atingindo U\$ 3.5 bilhões, e voltaram a quase triplicar no último ano, quando chegaram a U\$ 9,4 bilhões.

As perspectivas para 1997 e para o médio prazo são ainda mais favoráveis. Estima-se para este ano um crescimento do PIB de quatro a cinco por cento, inflação de sete a oito por cento e investimentos externos que podem atingir mais de U\$ 16 bilhões, se considerados os recursos a serem aplicados no processo de privatização, especialmente na Vale do Rio Doce. A meta é atingir um PIB de U\$ 1 trilhão no ano 2.000, e um produto per capita da ordem de U\$ 6.000.

Naturalmente, há determinadas dificuldades a serem equacionadas, como a questão do déficit público e a progressiva redução do chamado custo Brasil. As reformas em curso anteriormente analisadas visam exatamente a abordar essas questões, e já se podem visualizar sensíveis melhoras para este ano, com a redução estimada do déficit para 2.5%, e a diminuição dos custos de transporte

e da incidência de alguns tributos.

Apreciaria, ainda, referir-me, no quadro das transformações estruturais do Brasil, ao Mercosul. Além de ampliar o mercado de consumidores, sobretudo em vista da crescente expansão do bloco, o Mercosul constitui um elemento adicional de estabilidade. Efetivamente, a harmonização de parâmetros políticos e econômicos requerida por essa união assegura aos investidores a continuidade das regras vigentes.

O sucesso do projeto de reforma e modernização institucional do País se reflete, sobretudo, no extensivo apoio que a opinião pública vem manifestando ao longo do governo presidido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, apurado em virtualmente todas as pesquisas nesse período e nas eleições municipais realizadas em outubro do ano passado.

É importante assinalar que embora as mudanças sejam mais ostensivamente notadas na área econômica, em face do processo de estabilização, os resultados se espraiam em todas as dimensões, especialmente na área social. A percepção desses resultados pelos cidadãos torna o atual processo irreversível, pois o povo habitua-se aos novos padrões de consolidação democrática, de melhoria de qualidade de vida e de crescimento cultural.

Esses resultados refletem-se na ampliação da base partidária do Governo, que hoje representa mais de 70% dos votos no Congresso, e criam uma percepção, como demonstrada pela aprovação em primeiro turno na Câmara dos Deputados da Emenda Constitucional que permite a reeleição, de que o enfoque adotado pelo atual governo e a manutenção do curso das reformas empreendidas constituem condições fundamentais ao desenvolvimento sustentado do País, e ao estabelecimento de parcerias estratégicas com as nações amigas.

É nesse contexto que desejo analisar as crescentes possibilidades de parceria estratégica entre o Brasil e a Alemanha. O Brasil já é o maior destinatário dos investimentos alemães em países em

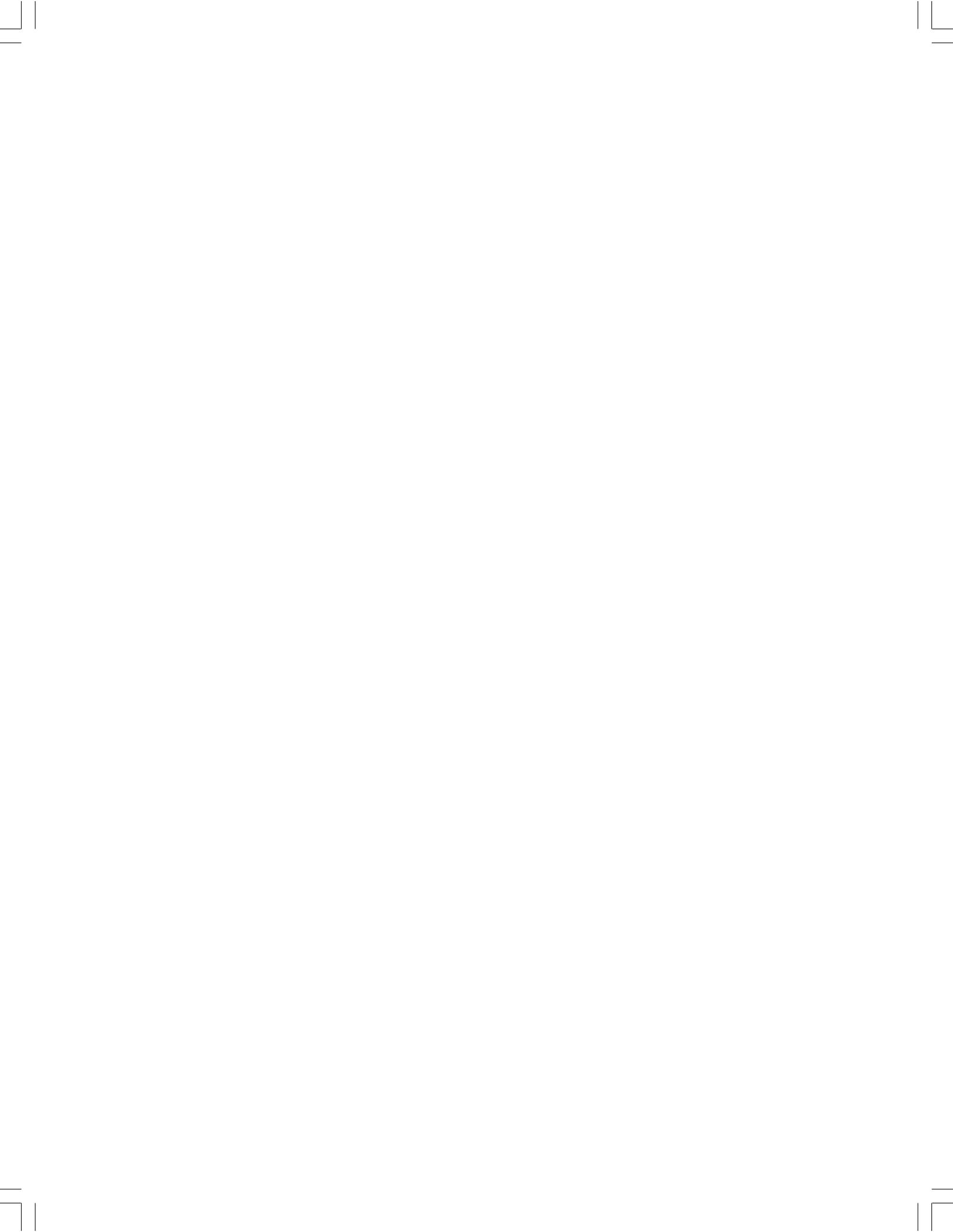
desenvolvimento, com um estoque da ordem de US\$ 9,5 bilhões em dezembro de 1995. A Alemanha é o terceiro parceiro comercial do Brasil em volume de intercâmbio, que alcançou US\$ 8,5 bilhões em 1995, nos dois sentidos. Assim mesmo estou seguro de que a colaboração bilateral tem um futuro ainda mais promissor.

Ambos os países, por seu porte econômico e por sua capacidade de influência, têm uma posição estratégica em suas respectivas regiões. Historicamente já se habituaram a conjugar a tecnologia alemã com a capacidade operacional e os baixos custos de produção no Brasil. O adensamento das relações entre os dois países, fundamentado nas oportunidades que se abrem com as reformas empreendidas, ensejará uma parceria estratégica, ampliando o universo de nossos

entendimentos nos diferentes campos da atividade econômica, científica e tecnológica, cultural, social e política.

A esse respeito, recorro palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que reiteram a confiança brasileira nessa colaboração: “A Alemanha tem dado, de novo, o exemplo, agora ao ter uma posição muito clara na União Européia, no sentido de que é preciso ampliar as relações comerciais, ao invés de fechar mercados. A RFA exporta, talvez, quase a metade de seu produto. A Alemanha é, portanto, o tipo de parceiro de que o Brasil precisa.”.

Estas são, enfim, algumas observações que desejava fazer neste instante, colocando-me à disposição do seletor auditório para indagações e esclarecimentos.



Encontro do Vice-Presidente com o Presidente do Estado Livre da Paziera

“Discurso pronunciado em Munique” - Encontro do Senhor Vice-Presidente da República, Marco Maciel, com o Presidente do Estado Livre da Paziera. Munique, Alemanha, 20 de fevereiro de 1997

É uma grande satisfação para mim estar em Munique, capital vibrante do estado mais próspero deste dinâmico País. A calorosa acolhida do Ministro-Presidente Stoiber torna a missão de buscar o estreitamento dos laços de cooperação com a Baviera uma tarefa importante e agradável ao mesmo tempo.

Os entendimentos nesse sentido fluem naturalmente, tendo em vista que a convergência de interesses atuais é fundamentada não somente em valores e em posturas que nos aproximam, mas também em laços que vêm do passado.

Ao lado de valores como o respeito à liberdade individual e à democracia, a preocupação com os direitos fundamentais do cidadão e a formação cristã, brasileiros e bávaros compartilham da confiança na economia de mercado e participam ativamente do processo de construção de nossas sociedades.

Quanto à postura individual de nossos cidadãos, a harmonia entre a descontração, a alegria de viver e a busca da eficiência, também comum a nossos povos, impulsiona o processo de edificação de nossas sociedades, e facilita os nossos entendimentos.

Já em diversas ocasiões, nos séculos passados, esses laços de amizade foram fecundos. Johann Rugendas, filho de famosos pintores de

Augsburg, realizou, após estudos na Academia de Munique, duas viagens ao Brasil, a partir de 1821. Das suas visitas produziu centenas de desenhos, croquis e trabalhos de aquarela que retratam com fidelidade as paisagens brasileiras de então. Em 1850, a princesa Thérèse da Baviera, que tinha conhecimentos profundos de ciências naturais, paleontologia e etnologia, produziu um extraordinário livro sobre a sua “viagem aos trópicos brasileiros”.

De forma que a atual convergência de interesses, fundamentada na busca de crescente integração internacional, dispõe, reitero, de uma base sólida de laços individuais comuns para apoiar a colaboração bilateral. A esse respeito, gostaria de referir-me preliminarmente, às possibilidades de cooperação no campo industrial-tecnológico. O Brasil e a Baviera evoluíram, igualmente, de economias agrícolas para um perfil de sólida e diversificada base industrial.

Nesse sentido, as recentes abertura e estabilização da economia brasileira, e o programa de privatização e de concessão de serviços públicos em curso, que focalizará, agora, os setores de telecomunicações, energia e mineração, inclusive com a venda da Companhia Vale do Rio Doce, a segunda maior empresa neste ramo no mundo, criam as condições propícias para uma parceria estratégica

que possa alavancar a nossa posição na nova ordem econômica.

Nesse aspecto, a tecnologia das indústrias da Baviera pode unir-se à capacidade operacional e aos baixos custos de produção no Brasil, não somente para aproveitar o extenso mercado local, ampliado com o Mercosul, mas também para explorar o mercado mundial.

As posições do Brasil e da Alemanha em seus respectivos contextos regionais constituem um fator adicional de impulso dessas possibilidades. De um lado, o Brasil, com um PIB que atingiu US\$ 754 bilhões em 1996, reservas internacionais que ultrapassaram US\$ 60 milhões e um desempenho econômico sustentado, à luz das reformas estruturais em curso, e da agregação de novos contingentes da população ao mercado, como consequência das medidas já adotadas, fortalece a sua condição de país que lidera o processo de integração na América Latina.

A esse respeito, cabe mencionar que o Mercosul, na qualidade de bloco de integração aberto, expande progressivamente os seus entendimentos com os países da região e com outros mercados, como a União Européia. Nesse sentido, o Mercosul não somente amplia as oportunidades de negócios dentro de sua esfera, mas também assegura, ao requerer a convergência de políticas nacionais, a consolidação do processo de estabilidade econômica de seus integrantes.

De outro lado, a Alemanha, com a sua capacidade produtiva, a força de sua economia, acrescida com a unificação do país, com o papel de interlocução que exerce no quadro da evolução recente da ordem internacional, inclusive por sua localização estratégica, consolida a sua posição de principal elo no quadro da integração européia. E, dentro da Alemanha, considero que a Baviera pode ser o nosso parceiro privilegiado.

De forma que estamos no centro de um processo irreversível que nos aporta oportunidades inigualáveis. A reestruturação da economia brasileira

é hoje uma exigência da própria sociedade, que já se habituou aos novos padrões de vida resultantes da modernização e da abertura econômica. Essa reestruturação, como mencionei, fortalece o papel do país no continente e a sua posição internacional. As condições de evolução da sociedade européia requerem uma atitude dinâmica da já sólida Alemanha, da qual a Baviera é o estado mais pujante.

Estou certo, pois, de que estão criadas condições as mais favoráveis para uma parceria estratégica duradoura, especialmente nas áreas automotiva, de energia, agro-industrial e tecnologias ambientais. Nesse quadro, a integração das pequenas e médias empresas no processo produtivo, dada a experiência alemã nesse campo e a prioridade que o governo brasileiro vem atribuindo a esses modelos, dadas as possibilidades de emprego que daí advêm, constituem um aspecto fundamental do relacionamento bilateral a ser explorado.

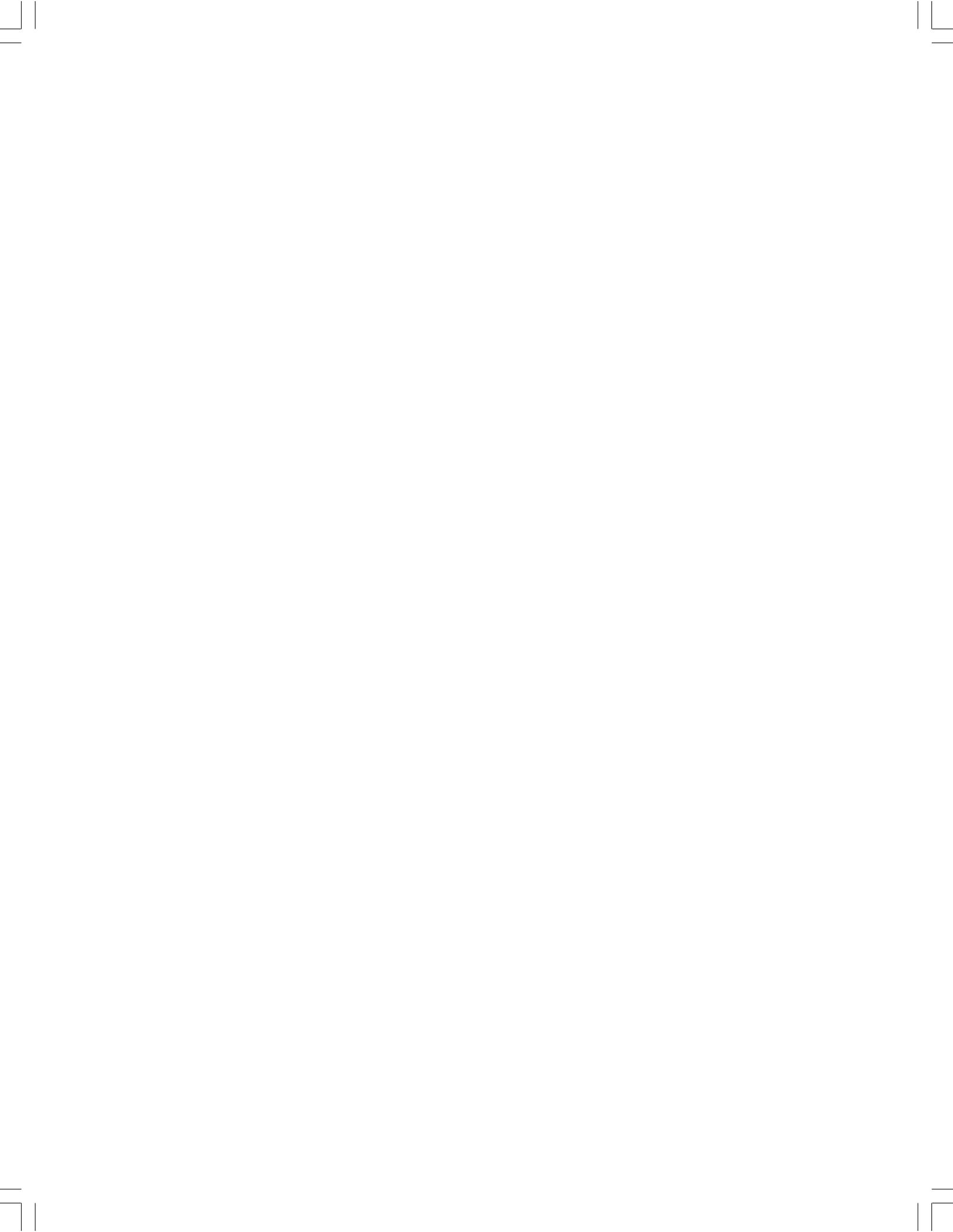
Apreciaria, ainda, tecer breves considerações sobre o caráter multi-regional de meu país. O Governo e a sociedade brasileiros têm a consciência de que é necessário promover a integração das diferentes regiões aos processos de modernização econômica e de abertura internacional do país e têm, em consonância com essa percepção, estabelecido instrumentos que viabilizam esse objetivo.

Desta maneira, muitas oportunidades interessantes de parceria podem surgir entre a Alemanha e o Brasil, nas áreas de fruticultura, de siderurgia, de turismo, de química e automotiva, por exemplo. Desejo, pois, estender o convite para que os empresários da Baviera possam explorar essas oportunidades, seja por meio de contatos diretos com as contrapartes locais, seja por intermédio de iniciativas de apoio do Governo brasileiro, sempre que forem necessárias.

O meu otimismo encontra, pois, sólido respaldo na realidade. E estou certo de que o Ministro-presidente Stoiber compartilha desse entusiasmo. É por essa razão que esperamos Vossa Excelência com honra e alegria no Brasil. Contamos

com poder retribuir todas as gentilezas dessa fidalga acolhida e estabelecer, no nosso nível pessoal, uma amizade que seja representativa dos sólidos laços

de entendimentos entre nossos povos e nossos governos.



II Reunião Hemisférica de Vice-Ministros Responsáveis pelo Comércio

Discurso do Senhor Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, na Solenidade de Abertura da II Reunião Hemisférica de Vice-Ministros Responsáveis pelo Comércio. Recife, 25 de fevereiro de 1997

Introdução e os Precedentes Históricos

Queria, em primeiro lugar, agradecer a impecável hospitalidade que o povo pernambucano tem estendido a todos os integrantes das delegações presentes a esta II Reunião Hemisférica de Vice-Ministros Responsáveis pelo Comércio. Recife traduz com perfeição o interesse e a participação do Nordeste nos mais importantes projetos de política externa do Brasil.

A presença do Senhor Vice-Presidente da República nesta oportunidade é a mais legítima expressão da cortesia com que a gente de Pernambuco tradicionalmente recebe seus amigos e visitantes. Sublinha também a alta prioridade que o Governo brasileiro empresta ao projeto de construção da Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA.

Este projeto teve origem na Cúpula de Miami, em dezembro de 1994, quando os Chefes de Estado e de Governo das 34 democracias do continente determinaram que, no mais tardar até o ano 2005, sejam concluídas as negociações para a conformação da ALCA.

Os negociadores brasileiros vêm a Recife com o mesmo espírito construtivo, mas prudente, que orientou a posição do Brasil nas duas primeiras Reuniões Ministeriais hemisféricas realizadas em

Denver, em 1995, e em Cartagena das Índias, em março do ano passado. No encerramento deste último encontro, os demais 33 países confiaram ao Brasil a organização da III Reunião Hemisférica dos Ministros Responsáveis pelo Comércio, que terá lugar em Belo Horizonte, no mês de maio próximo.

Esta reunião de Vice-Ministros, que ora tem início, é o segundo dos três encontros vice-ministeriais previstos nos trabalhos preparatórios para Belo Horizonte. Sua importância é clara: traduz o compromisso de todos com a preparação cuidadosa e substantiva de uma reunião destinada a definir o como e o quando das negociações da ALCA.

Postura Construtiva, mas Realista

Senhor Vice-Presidente,

As atenções dos demais países do continente americano voltam-se para Recife e as expectativas são de que aqui sejam confirmados e aprofundados os progressos verificados na primeira reunião vice-ministerial, em Florianópolis, em setembro do ano passado.

Ao Brasil interessa que as negociações avancem de forma consensual, impulsadas por vontade política fundamentada nos conceitos de equilíbrio, realismo e pragmatismo.

Para nós, brasileiros, o fortalecimento das

relações com os países do continente, por meio do crescimento do comércio intra-regional e dos fluxos de investimentos diretos, é etapa indispensável do processo de plena inserção do Brasil na economia internacional. Esta meta inequívoca do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso não deve ser confundida, porém, com a busca afoita e irrefletida de acordos comerciais a qualquer custo. Queremos avançar de forma segura e refletida — de forma responsável e irreversível.

A ALCA que almejamos deve abrir mercados para favorecer a todos e a cada um dos nossos países. Deve fortalecer e promover a estabilidade das nossas economias, numa perspectiva de longo prazo, tendo como objetivo final o bem estar de nossas populações e um desenvolvimento social sustentado e justo. Deve ser produto do consenso, a cada passo. Não apenas do consenso internacional logrado entre os Governos contratantes mas, acima de tudo, do consenso nacional emanado de debate abrangente entre todos os setores das sociedades participantes. A integração não é um projeto entre Governos, é um compromisso entre Nações.

Por isso, a futura ALCA, para ser duradoura e estável a partir de 2005, necessita ser fruto de uma negociação ampla, cuidadosa e, sobretudo, transparente. Deste exercício negociador devem participar intensa e permanentemente todos os 34 países que estiveram em Miami, há dois anos atrás. Para tanto, é fundamental que sejam concluídos, com rigor científico e sem açosamentos, os trabalhos preparatórios que encomendamos aos técnicos dos nossos Governos nos 11 Grupos de Trabalho que se reúnem desde 1995.

O êxito deste esforço, contudo, dependerá de um único pré-requisito, imprescindível e insubstituível: que as delegações estejam investidas de mandato emanado da vontade de suas respectivas cidadanias.

O Governo brasileiro está perfeitamente ciente dessa realidade e tem procurado estimular debates sobre todos os aspectos da iniciativa

hemisférica com as várias entidades e setores representativos de nossa sociedade. Trabalhadores, empresários, consumidores, acadêmicos e jornalistas devem comprometer-se ainda mais com a reflexão sobre os benefícios, oportunidades e riscos do processo de conformação da ALCA.

No Brasil, os vários Ministérios e órgãos da esfera governamental vêm mantendo permanente diálogo entre si, além de consultas regulares com lideranças empresariais e trabalhistas. De todo esse exercício de reflexão sobre a iniciativa de Livre Comércio hemisférica, emerge um diagnóstico claro e inequívoco da realidade brasileira e dos interesses elementares do País no contexto negociador da ALCA.

Diagnóstico 1: Ritmo e amplitude da abertura

Uma primeira constatação é a de que o Brasil experimenta momento de adaptação a um ambiente econômico estável e a regras de mercado bem mais competitivas e transparentes. A economia brasileira atravessa, desde o início desta década, período de forte abertura do mercado nacional, graças a uma expressiva redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias. Primeiro, em razão da reforma tarifária unilateral implementada a partir de 1990 e da suspensão de práticas protecionistas não-tarifárias. Depois, como efeito direto da aplicação prática dos acordos alcançados no âmbito do MERCOSUL e também em decorrência dos compromissos assumidos na Rodada Uruguai do GATT.

Como resultado dessa composição de fatores, nossa tarifa média de importação caiu de 52 para 14 %. Foram eliminadas várias restrições ao comércio externo que, em muitos casos, asseguravam reservas setoriais de mercado. A indústria brasileira foi submetida a um intenso choque de competitividade, sem que a essa abertura correspondesse maior acesso brasileiro a mercados onde nossos produtos são competitivos, mas são impedidos de ingressar.

Não é razoável, assim, esperar que o Brasil

se disponha a avançar rapidamente em um novo esforço de ampla liberalização comercial, em particular quando essa abertura envolve relações patentemente assimétricas, com parceiros que dispõem de economias bem mais desenvolvidas, sofisticadas e competitivas. Nossos agentes econômicos necessitam de tempo suficiente para completar sua adaptação às novas regras e situações de mercado. Não devemos permitir a confusão, interessada ou não, entre a defesa de um ritmo adequado para essa liberalização comercial adicional e o suposto ressurgimento do protecionismo. Não há mais lugar no Brasil para o protecionismo comercial, nem para a autarquia econômica.

Afirmaremos isso sem constrangimentos. Apesar de insinuações mais ou menos veladas em sentido oposto, é evidente o crescimento da nossa interface comercial externa e são notáveis o impacto e a importância da liberalização comercial e da abertura econômica, não apenas no Brasil, mas em toda a região. O Brasil é hoje um país de amplas e variadas oportunidades comerciais e de investimentos. As estatísticas demonstram, sem ambigüidades, os resultados positivos desse processo.

No caso do MERCOSUL, por exemplo, o comércio entre os quatro países membros mais do que triplicou desde a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, ultrapassando o patamar dos US\$ 14 bilhões no ano passado. Por sua vez, as importações extra-zona mais que dobraram de valor, atingindo montantes superiores a US\$ 55 bilhões. E o Brasil recebeu em 1996 mais de US\$ 9 bilhões de investimentos diretos. É uma realidade de abertura que fala por si só e com eloqüência.

Preservação dos “building blocks”

Senhor Vice-Presidente,

O êxito incontestado do processo de abertura de mercados no âmbito regional tem reflexos positivos importantes nas negociações da ALCA à medida que inspira novas iniciativas de aproximação econômica e de liberalização comercial entre os países latino-

americanos. O MERCOSUL, em especial, acaba de estabelecer áreas de livre comércio com o Chile e com a Bolívia. Estão também em curso negociações no mesmo sentido com os países do Grupo Andino.

A bem sucedida experiência de associação econômica com seus vizinhos reforça a firme convicção dos quatro membros do MERCOSUL de que a estrutura da ALCA deve repousar sobre os agrupamentos regionais já existentes no continente — os “building blocks”. Em lugar de procurar sucedê-los, devemos consolidar os agrupamentos regionais, sobretudo aqueles que, como o MERCOSUL, experimentam coesão política e identidade cultural entre as partes, mais além da estrita aproximação econômico-comercial. O MERCOSUL é uma realidade de sucesso que veio para ficar, que reforça a identidade internacional dos seus membros e confere massa crítica ao projeto da ALCA. Não vai diluir-se no hemisfério, nem constitui uma mera etapa de transição.

Diagnóstico 2: Reciprocidade na abertura de mercados

Outra questão que surge com clareza nas discussões internas promovidas pelo Governo com os vários segmentos de nossa sociedade é a necessidade de existir garantia de reciprocidade nos esforços de abertura de mercados. A experiência brasileira da última década e meia demonstra que à abertura de nossas fronteiras não correspondeu, em contrapartida, maior acesso aos nossos tradicionais ou mais expressivos mercados de exportação.

Apesar dos produtos estrangeiros terem hoje um acesso significativamente facilitado ao consumidor brasileiro, os principais itens de nossa pauta de exportações seguem enfrentando fortes restrições nos mercados externos. Na verdade, quanto mais competitivos são os nossos produtos em escala global — como calçados, produtos siderúrgicos e metalúrgicos, suco de laranja, têxteis, açúcar, tabaco, entre outros — mais elevadas são as barreiras protecionistas, ostensivas ou disfarçadas, que eles

precisam superar para ingressar nos maiores mercados do continente.

As sucessivas reduções de nossas proteções tarifárias e não-tarifárias de pouco ou nada serviram para provocar alterações, ainda que modestas, nesse quadro. Temos que buscar, com firmeza, as garantias de que as negociações da ALCA terão em conta a queda das barreiras comerciais propiciada pelas reformas econômicas levadas a cabo em vários países da região, notadamente o Brasil.

Com efeito, e numa projeção para o futuro pós 2005, em escala continental, que amplitude de acesso estaríamos prontos a explorar? Quais segmentos da produção de bens e de serviços poderiam dispor-se a investir para elevar sua competitividade, sem receios de que, justamente em função do seu êxito na redução de custos e no aumento da qualidade, poderiam vir a encontrar obstáculos nos mercados do continente?

É indispensável, assim, antes de se começar a negociar a abertura dos mercados, saber com que mandato comparecerão os parceiros. Temos que previamente conhecer as latitudes que nortearão sua capacidade de assumir compromissos cuja importância será vital para as decisões estratégicas das nossas empresas.

Diagnóstico 3: Agricultura

Senhoras e Senhores,

Um importante corolário da constatação de que precisamos ter acesso onde somos competitivos é o empenho por condições de competição internacional mais equitativa no setor agrícola.

Trabalhos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico conduzidos em todo o Brasil, inclusive aqui no Nordeste, resultam em sementes geneticamente adaptadas a nossas condições climáticas, novos métodos de irrigação e de correção de solos, modalidades produtivas inovadoras e gerenciamento moderno de armazenamento, transporte e comercialização. Nosso “agribusiness” é cada vez mais moderno e melhor compete no

mercado global.

A agricultura não é, ao contrário do que se possa pensar, coisa do passado, ramo de atividade superado pelo fenômeno da industrialização. A agricultura, na verdade, constitui um dos mais importantes setores da atividade econômica moderna, um dos setores que maior impacto tem na busca de um desenvolvimento social equilibrado e sustentável.

Um país como o Brasil, com vastas extensões de terra agricultável, abundantes recursos hídricos, insolação adequada para a maioria das culturas e clima em geral benigno tem o dever de priorizar os temas agrícolas no contexto das trocas comerciais externas. É o que temos feito no âmbito da Organização Mundial do Comércio, e é o que deveremos fazer na Área de Livre Comércio das Américas.

Devemos procurar dar ao setor agrícola do MERCOSUL o tratamento capaz de estimular e aperfeiçoar a produção, a industrialização, a distribuição e a comercialização de nossos produtos em escala continental. Devemos eliminar práticas protecionistas — tarifárias e não-tarifárias — que impõem virtuais reservas de mercado. Devemos dismantelar políticas de apoio e de subsídios que distorcem o mercado, sempre favoráveis aos países com maior poder de alavancagem de recursos financeiros.

A agricultura é um importante e indispensável elemento na composição final e no equilíbrio do “single undertaking” das negociações da ALCA.

Os Trabalhos em Recife; a proposta do MERCOSUL

Senhor Vice-Presidente,

Ao longo de todo o processo negociador da ALCA, nossos representantes estarão sempre pautando suas decisões em função dos interesses e das aspirações da sociedade brasileira, cujos componentes centrais acabo de delinear.

Essas diretivas estão plenamente refletidas na proposta que o MERCOSUL apresentará

formalmente aqui, em Recife, sobre quando e como deverão ter início as negociações da ALCA. Trata-se de sugestão abrangente, realista, coerente e, sobretudo, exequível, que defenderemos com espírito firme, em busca do consenso.

Como parâmetros gerais para a condução das negociações, propõe o MERCOSUL, em síntese, que a ALCA:

- seja objeto de consenso hemisférico e voltado para o livre comércio;
- se fundamente nos esquemas mais profundos de integração existentes no hemisfério, a exemplo do MERCOSUL e de outros agrupamentos regionais;
- resulte de negociações de caráter gradual e progressivo, cujo ritmo seja compatível com a consolidação e o aperfeiçoamento das várias iniciativas de integração em curso no continente;
- seja construída sobre compromissos equilibrados, eqüitativos e vantajosos para cada uma das partes, a serem assumidos completa e simultaneamente pelos 34 Governos;
- contemple a possibilidade de que os países definam produtos e/ou setores econômicos aos quais possam ser aplicados tratamento especial, dadas suas peculiaridades;
- promova a mais ampla participação dos diversos setores da sociedade civil dos nossos países, em especial os empresários, os trabalhadores e os consumidores; somente assim a abertura dos mercados continentais terá legitimidade e significará um bem comum a ser preservado e fortalecido.

Quanto ao cronograma das negociações, propõe o MERCOSUL que estas ocorram em três etapas sucessivas:

1. A primeira examinaria, em detalhe, as medidas de facilitação de negócios ou, por outras palavras, de redução do custo de transação para os agentes econômicos. Aí estariam incluídas medidas nas áreas de documentação aduaneira, certificação de origem, simplificação do transporte de mercadorias, reconhecimento de certificados sanitários e fitossanitários, entre várias outras. A

relevância da redução dos custos para os agentes econômicos é particularmente reconhecida pela sociedade brasileira, empenhada em mitigar o denominado “custo Brasil”. Acreditamos, portanto, que a primeira etapa das negociações permitirá uma colheita antecipada de resultados palpáveis e de impacto imediato sobre as operações comerciais no hemisfério.

2. As matérias a serem abordadas na segunda etapa de negociações, conforme propõe o MERCOSUL, teriam um traço comum: a capacidade de facilitar a discussão posterior sobre a abertura de mercados propriamente dita. Seria o caso da harmonização, em escala hemisférica, de normas e regulamentos técnicos e dos procedimentos administrativos das alfândegas, da eliminação de injustificadas restrições não-tarifárias; da definição de um mecanismo para a solução de controvérsias no interior da área de livre comércio, entre outros temas.

3. A terceira e última etapa teria início somente depois de concluídas as duas anteriores. Nela trataríamos do núcleo da questão: a abertura dos mercados, inclusive no setor de serviços. Suas conclusões deverão estar acordadas dentro do prazo fixado em Miami pelos nossos Chefes de Estado e de Governo: o mais tardar em 2005.

A metodologia proposta pelo MERCOSUL para a construção da ALCA permitirá a aproximação gradual dos países hemisféricos, em convergência para disciplinas comuns também em temas menos tradicionais relacionados ao livre comércio, tais como os investimentos diretos, os direitos à proteção da propriedade intelectual, as políticas da concorrência e os regimes de compras governamentais.

Agradecimentos

Senhor Vice-Presidente,

A simples enumeração dos temas nos provoca funda impressão da complexidade e da grandiosidade desse projeto comum que o hemisfério abraçou em Miami.

Não será possível realizá-lo sem o respeito à diversidade. Tampouco o completaremos sem observar o consenso.

E ele apenas perdurará se for desenhado conforme aos anseios do conjunto das nossas sociedades, expressados, debatidos e decididos com transparência e em democracia.

Exemplo dessa ampla participação temos aqui mesmo, em Recife. É com orgulho de brasileiro que registro o apoio e a colaboração inesgotáveis que nos dão o Governo do Estado, a Prefeitura, o setor privado, a mídia, enfim toda a sociedade pernambucana. Os Senhores Vice-Ministros comprovarão as excelentes facilidades e atenções que, ademais, a SUDENE nos oferece como anfitriã das sessões de trabalho desta reunião. Sem a

participação decidida e decisiva dos pernambucanos seria bem mais complexa, senão impossível, a tarefa de estender a hospitalidade do Brasil aos visitantes do continente que comparecem a este encontro.

Finalmente, Senhor Vice-Presidente, não posso furtar-me ao testemunho público do reconhecimento do Itamaraty a Vossa Excelência pela iniciativa do convite para que esta Reunião de Vice-Ministros se realizasse aqui, na sua terra. Agradeço-lhe, em especial, pela liderança segura e democrática com que Vossa Excelência aglutinou as vontades e as forças da gente de Pernambuco em torno desta responsabilidade do Brasil.

Muito obrigado a todos, e bom trabalho aos Vice-Ministros.

Conselho Argentino de Relações Internacionais

Conferência do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no Conselho Argentino de Relações Internacionais. “La política exterior de Brasil frente a la democracia y la integración”. Buenos Aires, 6 de março de 1997

Quisiera, antes de todo, agradecer a la Dirección del Consejo Argentino de Relaciones Internacionales — el CARI — por la amabilidad de esta invitación para hablarles sobre la política externa brasileña y por la oportunidad de intercambiar ideas con ustedes sobre todos los temas que interesan al conjunto de las relaciones Brasil-Argentina.

Es un gusto estar aquí y comprobar una vez más que también los argentinos, al igual que nosotros los brasileños, les atribuyen una importancia singular a nuestra relación, quizás aquella que con más propiedad pudiéramos llamar de especial y de estratégica en el universo de nuestra política externa — en el sentido de que está estrechamente vinculada a nuestro proyecto nacional y es determinante.

El CARI ya se ha transformado en una referencia obligatoria para todos los que, viviendo en Argentina, o estando de paso por este país, reflexionan sobre las relaciones internacionales, sobre la política externa y sobre el presente y el futuro de nuestra región.

Los brasileños no podríamos ser una excepción. Durante su visita a Argentina como Presidente-electo, en 1994, el Presidente Fernando Henrique quiso significar, con su presencia en el Consejo y la conferencia que aquí pronunció, la

importancia que su Gobierno atribuiría al debate franco y abierto sobre nuestra política externa y, por lo tanto, a ese eje central de la diplomacia brasileña que constituyen las relaciones con Argentina. Otros brasileños, visitando Buenos Aires, han demostrado el mismo entusiasmo en participar de las actividades del Consejo y en beneficiarse del aporte intelectual de una presentación ante esta audiencia que representa la mejor tradición del interés argentino por el mundo.

Una institución como el CARI adquiere un valor fundamental hoy día para el trabajo de las Cancillerías, especialmente en países como los nuestros en los que existe una separación muy marcada entre el mundo académico y el mundo oficial.

Para mí es una satisfacción poder anunciarles que, al lado de otras instituciones similares en varios países del mundo desarrollado, el CARI, en su forma actual y con el papel que ha empezado a desarrollar en la política externa argentina, también ha servido de inspiración para la propuesta de creación del Centro Brasileño de Relaciones Internacionales, el CEBRI, que se encuentra en la etapa de formulación.

Se trata de una asociación en la que participarán, en calidad propia, personas que en este

momento se encuentran ocupando puestos en el Gobierno y representantes de diversos sectores de la sociedad civil, especialmente del mundo académico, empresarial, financiero y de prensa, interesados en las relaciones internacionales o con actuación directa en el plano internacional.

El CEBRI vendrá a completar, en cierta forma, el esfuerzo sustentado que ha venido haciendo Itamaraty desde la gestión del entonces Canciller Fernando Henrique Cardoso, en 1992 y 1993, para abrir la política externa al debate con la sociedad. La orientación era clara y precisa: desarrollar y fortalecer lo que hemos convenido en llamar “diplomacia pública”, una vertiente poderosa de la diplomacia moderna, que combina transparencia y sensibilidad a las demandas directas de la opinión pública en general y de los sectores organizados.

Ahora estamos ayudando a promover el CEBRI como una forma de ampliar la interlocución del Itamaraty y del Gobierno en general con aquéllos que se dedican de alguna forma a las relaciones exteriores de Brasil, ya sea a través de la acción, ya sea a través de la reflexión. Contar con un espacio de debate semejante al CARI y con una fuente independiente de análisis y opiniones será, para Brasil, un elemento importante para ayudar a ampliar nuestra visión del mundo y el intercambio de ideas con otros países en el de las relaciones internacionales y para ampliar las bases conceptuales y la legitimidad de nuestra política exterior.

La receptividad a la idea ha sido excelente. Esperamos brevemente contar en Brasil con una institución sólida, independiente y plural, que sea activa y que ofrezca la misma contribución a la reflexión sobre las relaciones internacionales y la política externa brasileña y las mismas oportunidades de diálogo y debate que encontramos aquí en el CARI.

Porque necesitamos compensar el déficit en el análisis y en la concepción de nuestras relaciones, será fundamental que haya una simetría entre Brasil y Argentina también en ese campo tan fundamental de la diplomacia pública. Sólo así podremos completar

las muchas identidades que, en lo político, lo económico y lo cultural, nos han permitido concebir e implementar esa historia de que son el Mercosur y la asociación Brasil-Argentina.

La Historia de la Humanidad es cada vez más una Historia colectiva y convergente, la cual es más que la suma de las historias individuales de cada país. Esa presencia más intensa del mundo exterior en la vida cotidiana de los pueblos trae las relaciones internacionales a un plan de mayor relieve en las preocupaciones de las sociedades.

Hoy día, en países como los nuestros, intensamente involucrados en la integración regional y comprometidos con una apertura competitiva de sus economías, la política externa afecta más directamente la vida y los destinos individuales de ciudadanos y agentes económicos.

No hay ninguna exageración al decir que la política externa ha alcanzado, hace algún tiempo ya, los estantes de los supermercados y las ferias. El consumidor, esa vertiente económica del ciudadano-elector, es cada vez más parte de las ecuaciones de la política comercial de los Gobiernos democráticos, y es una realidad insoslayable en la diplomacia contemporánea.

Y, en cuanto a los agentes económicos y sociales — los empresarios, los ejecutivos, los sindicatos y organizaciones no-gubernamentales, la prensa y el mundo académico —, la democracia y la libertad económica, las dos fuerzas que ordenan y homogenizan en cierta forma las relaciones internacionales de hoy, les ha conferido un papel de primer relieve como participantes en los procesos decisivos, ya sea en la condición de objetivos, ya sea calidad de actores y co-participantes. Estamos lejos de los tiempos en los que los Gobiernos, aislados en la torre de marfil del Estado, se creían capaces de concebir e implementar políticas impuestas o hacer acuerdos o entendimientos exclusivamente oficiales, confiando en la indiferencia más o menos generalizada de la sociedad civil.

Hoy día, al contrario de la de la diplomacia

de las grandes alianzas estratégicas, está comprobado que, sin la participación, sin el compromiso, sin el interés y la comprensión de aquellos agentes económicos y sociales de alguna forma afectados por las decisiones, las políticas de interacción entre los Estados no prosperan.

De ahí que la planeación y la ejecución de la política externa se haya vuelto un ejercicio democrático de interacción entre los Gobiernos y las sociedades. En una sociedad democrática, los Gobiernos no crean intereses aislados, sino que los identifican e interpretan en el diálogo y la interacción constantes con la sociedad civil en general y los diferentes sectores en particular.

Ese aspecto de la diplomacia pública ya me ha permitido avanzar bastante el análisis del tema que me propuse en esta conferencia: la relación entre nuestra política externa, la democracia y la integración.

Como todo país continental, Brasil tiene indudablemente una cierta tendencia a la introspección y al cierre, a la autosuficiencia.

Con fronteras establecidas y seguras desde hace muchas décadas, Brasil no amenaza a nadie ni tampoco se siente amenazado. La política nacional de defensa que recientemente ha aprobado el Presidente de la República traduce esa percepción sobre los cambios de y de prioridades en la actuación de las Fuerzas Armadas en defensa del patrimonio territorial y material del país, en armonía con las tendencias del mundo contemporáneo — la integración y el fin de la confrontación ideológica.

En parte por aquello, se había desarrollado en Brasil una sociedad que, a excepción de los segmentos profesionales y de parte del mundo de los negocios y de las finanzas, no tenía un interés especial por la política externa y los hechos internacionales.

No se trataba de un sentimiento de superioridad. Al contrario, sufrimos durante mucho tiempo por esa dificultad de comprender, como Nación, la importancia de un proyecto regional como

eslabón de un proyecto nacional. Y sufrimos con las visiones del mundo que intentaban reducir las relaciones internacionales a un juego de conflictos insuperables, de desconfianzas, en el que un país como Brasil necesariamente perdería.

Eso está cambiando. En el plano interno, evidentemente, la democracia ha sido el elemento definitorio de una nueva visión del mundo, más permeable y sensible a los intereses sectoriales. En el plano externo, ese cambio ha ocurrido en gran medida gracias en primer lugar al desarrollo de la relación con Argentina.

Ése ha sido el campo de pruebas de una política externa democrática en Brasil: desarrollar la conciencia de que la relación con Argentina es esencial, y de que no existe un desarrollo brasileño en contra de la Argentina o en competencia con ella. La democracia ha sido central en los dos países para que pudiéramos dar ese paso y comprender que nuestra circunstancia geográfica es decisiva para nuestra identidad internacional.

Gracias al impacto hasta psicológico que el desarrollo de las relaciones con Argentina tuvo en Brasil, incluso en materia de transparencia militar, ha sido posible ampliar bastante el horizonte internacional de la sociedad brasileña. Hemos vencido una barrera importante a partir de los acuerdos de integración con Argentina y posteriormente con el Mercosur. Con ello, cambiamos la percepción que teníamos de nosotros mismos y la que de nosotros tenía el mundo.

Ese impulso se ha multiplicado a partir del inicio del Gobierno Fernando Henrique Cardoso. Gracias al éxito del Plan Real, a las reformas y a la apuesta en la apertura competitiva de la economía brasileña, el País ha ganado credibilidad y capacidad de iniciativa en el plano internacional. Es cierto que las reformas obedecen a tiempos y ritmos propios de nuestra democracia, pero su curso es firme y su impacto en la proyección externa de Brasil se comprueba a cada instante. Hemos vuelto a ser un actor en el escenario regional e internacional.

Hemos superado la etapa de timidez y encierre propia de las de crisis. Hoy día tenemos una diplomacia afirmativa, activa, en la que la retórica está al servicio de la acción y no al revés; en que domina la vertiente del interés nacional concebido de manera muy concreta: la estabilidad y el crecimiento sustentable de la economía brasileña.

La diplomacia es un instrumento de ese proyecto y actúa en su apoyo. No buscamos prestigio falso, liderazgos autoproclamados o principismos desvinculados de los intereses materiales de la sociedad brasileña, como los del empleo, la captación de inversiones productivas, el acceso a tecnologías indispensables a nuestro desarrollo, el acceso a los mercados, la protección en contra de prácticas desleales de comercio. Esos intereses se han hecho patentes a través de los canales de la democracia. La diplomacia que los pasara a segundo plano para dedicarse a construcciones retóricas o a ejercicios de abstracción estaría condenándose a la irrelevancia.

El hecho de que el Presidente de la República esté personalmente involucrado en la tarea diplomática brasileña señala el grado de pragmatismo y sentido de prioridad que le estamos dando a la acción externa brasileña, siguiendo líneas muy precisas de actuación que resumidamente son las siguientes:

1 - consolidar y perfeccionar las relaciones con nuestros principales socios atento en el mundo desarrollado como en el mundo en desarrollo. Los viajes presidenciales brasileños son una realización cabal de esa orientación y sirven directamente a ese propósito;

2 - desarrollar las relaciones con nuevos socios o con socios no-tradicionales de Brasil, especialmente en Asia, la gran frontera de la diplomacia brasileña;

3 - participar activamente de la construcción del multilateralismo comercial bajo la Organización Mundial de Comercio;

4 - en combinación con o anterior, consolidar el Mercosur, como una dimensión adicional de la

individualidad de cada uno de sus miembros, y darle una creciente proyección regional e internacional, como una entidad con personalidad propia y en ninguna forma como una etapa transitoria en el proceso de integración en círculos geográficos más amplios;

5 - participar activamente en el proceso de integración hemisférica, pero guardando un paralelismo con el desarrollo de las relaciones con Europa y los demás núcleos que dan un perfil equilibrado a nuestras relaciones económicas internacionales;

6 - en el proceso de integración regional, explorar en todo su potencial el peso y la dimensión de la economía brasileña como factor positivo en el desarrollo del comercio y de las relaciones económicas en Sudamérica.

Es evidente que, en ese programa de acción diplomática, las relaciones con la Argentina y el Mercosur constituyen prioridades absolutas. Basta señalar la importancia que han adquirido las relaciones comerciales, económicas y financieras entre Brasil y Argentina y dentro del Mercosur — los números del comercio y el impacto que la integración subregional ha tenido en la proyección internacional de todos nuestros países — para comprobar que esa prioridad es correcta. Basta señalar que hoy día el Noreste de Brasil, aisladamente, es el quinto socio comercial de Argentina. Son realidades que hablan por sí solas.

Un análisis objetivo de los resultados obtenidos con el Mercosur y la relación Brasil-Argentina, en lo que se refiere al incremento del comercio, a la dinamización del intercambio y al empuje de nuestras economías hacia niveles más elevados de competitividad, muestra que esas dos iniciativas no están concebidas como políticas en contra de nada ni de nadie, sino en favor de los países que las desarrollan.

Son acciones afirmativas en un proceso de desarrollo compartido, de una estrategia constructiva, que sigue el ejemplo de otras regiones y está

perfectamente de acuerdo a los compromisos multilaterales de nuestros países. La opción del regionalismo abierto se ha revelado correcta, moderna y productiva. Su impacto en las realidades económicas — y políticas — de nuestros países y sobre sus relaciones externas ha sido extremadamente positivo. Las resistencias han venido de los sectores que naturalmente se sienten afectados por la dinámica de la integración y por la quiebra de antiguos privilegios. Y han venido de los que comprenden la fuerza presente del Mercosur y el potencial de su desarrollo.

Pero, para seguir adelante en ese proyecto conjunto de tanta trascendencia para nuestras economías, es fundamental que actuemos conjuntamente para eliminar o circunscribir las diferencias o problemas que inevitablemente surjen en las complejas relaciones económicas contemporáneas. Que sepamos comprender cómo el proceso nos beneficia a todos por un efecto multiplicador — en términos de actividad productiva, de inversiones y de capacidad de consumo — que nos es tan sólo interno a los países, sino que abarca el todo el Mercosur.

El crecimiento de la actividad económica, del nivel de empleo y de la generación de riqueza en una región de Brasil, por ejemplo, en consecuencia de inversiones que para allá se hayan direccionado, necesariamente trae beneficios a Argentina, porque incrementa el consumo de productos argentinos y agrega escala y fuerza a la totalidad del mercado interno del Mercosur.

Ya no se trata más, hay que insistir, de un juego de suma cero, en el que los beneficios de uno representan pérdidas para los otros. Comprender esa nueva dinámica es un reto importante para nuestros países.

Sin embargo, no es una tarea exclusiva de la diplomacia o de los Gobiernos involucrados.

En un universo democrático, una directiva fundamental de política exterior y con tanto impacto como la integración debe necesariamente basarse en

la participación amplia y comprometida de todos los segmentos sociales que son directamente o indirectamente afectados por el proceso — las más veces en forma benéfica, pero también, algunas veces, con retos decisivos.

Entre esos segmentos, además de los agentes económicos que tienen que adaptarse al nuevo ambiente económico y comercial y a los retos intensos de la competencia, figura en primer lugar la burocracia. Acostumbrada a ritmos, consignas, formas de actuar y de pensar y jerarquías institucionales dominadas por una concepción estrictamente nacional del mundo, cuando no corporativa, la burocracia es quizás el sector que más retos y dificultades tiene para adaptarse a las nuevas circunstancias impuestas por la integración. Y es natural y comprensible que así sea.

Distintamente a los agentes económicos, cuya lentitud, resistencia o equivocaciones en el proceso de adaptación cuestan muchas veces su misma supervivencia en el nuevo ambiente, la burocracia tiene una resistencia más grande por sus mismas características, por su capacidad de resistencia.

No recuerdo haberlo visto expresado en esta forma, pero la integración es, en cierta manera, una revolución, aún más en un Continente como el nuestro, en el que las rivalidades sub-regionales fueron frecuentes e intensas y el cierre de las economías una constante en la mayor parte de este siglo.

La integración no es un hecho que se da entre Estados o entre Gobiernos, sino entre Naciones; pero es también un fenómeno que se da dentro de cada Nación. La integración moviliza y homogeneiza los países, dándoles un rumbo y un horizonte internacional muy preciso, construido en base a compromisos legales. Por eso, la integración es una revolución no sólo en la medida en que se alteran normas importantes que afectan la producción y la comercialización de bienes y servicios, sino porque la integración, para consolidarse y producir el nivel máximo de beneficios, implica el desarrollo de una verdadera cultura integracionista.

Esa cultura se basa en un hecho aparentemente sencillo, pero en verdad de una enorme complejidad: la integración presupone, en el caso de Mercosur, la concertación soberana, en condominio, de alguna parte de la política comercial e industrial de los países que lo conforman.

Ello quiere decir que, en función de compromisos libremente asumidos por las partes, se requiere una atención especial, un espíritu de plena conciencia sobre esos compromisos donde antes las concepciones y las acciones tenían un carácter esencialmente nacional, fundamentalmente individual.

Donde antes el mundo se estratificaba para nosotros en dos niveles, lo nacional y lo extranjero, hoy día el mundo se estratifica en tres niveles, lo nacional, el Mercosur y lo extranjero. En muchas instancias y los dos primeros niveles se superponen. Pero lo que constituye un dato obvio para los diplomáticos y negociadores no necesariamente lo es para toda la burocracia o todos los agentes económicos. Esa cultura del Mercosur ya se impuso en muchos sectores, pero es natural que lleve tiempo hasta permear toda la sociedad y todas las instancias gubernamentales.

Así se explica en parte el episodio que ocurrió en enero cuando una oficina gubernamental, que por sus características había perdido de vista esa cultura del Mercosur, dictó lo que serían normas que no llevaban en cuenta compromisos expresos en el del Mercosur y provocó una justificada reacción de parte de nuestros socios. El error se corrigió tan rápidamente cuanto posible, y la misma cultura del Mercosur que impuso la corrección se encargó de circunscribir el episodio y superarlo. Pero ha quedado una lección importante que no quisiera dejar de recordar.

Solamente en la fuerza que resulta de la coordinación y del entendimiento, en lo interno y en lo externo, será posible desarrollar el Mercosur en

todo su potencial de gran opción estratégica y de verdadero patrimonio diplomático de nuestros países.

Como diplomático y económico, el Mercosur concentra hoy una enorme atención de los agentes económicos y Gobiernos de todo el mundo. Brasil y Argentina, al igual que los demás socios en el emprendimiento, tienen en el Mercosur un elemento adicional y básico de identidad y de afirmación.

La consolidación del Mercosur depende de que sigamos con el camino hecho hasta aquí. Ello significa profundizar el Mercosur hacia el mercado en las relacionadas al comercio, como la protección a las prácticas comerciales desleales y la defensa del consumidor, y en extenderlo horizontalmente, a través de acuerdos de libre comercio, para abarcar las relaciones con nuestros principales socios en Sudamérica, en el Hemisferio y en el resto del mundo. Y significa también profundizar la vertiente cultural e intelectual de la integración, la vertiente del conocimiento recíproco, que ablanda las divergencias y da un sentido de misión conjunta a los emprendimientos.

Y, evidentemente, esa misma consolidación depende también de que el Mercosur incorpore cada vez más como directiva la diplomacia pública, esa respuesta de la política externa de nuestros países a la realidad omnipresente de la democracia.

Es fundamental que cada vez más nuestras sociedades asuman el Mercosur y la relación estratégica entre el Brasil y la Argentina como hechos fundamentales en un cambio duradero de perspectivas para los dos países. Que sepamos ver al otro como parte de nuestro interés más esencial, como eje de nuestra propia inserción en el resto del mundo. Y que generemos, en bases duraderas, esa cultura de la integración que significará el paso definitivo de nuestra región y de nuestros países en particular a una nueva etapa de su desarrollo histórico.

Muchas gracias.

Segurança alimentar

Discurso do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no almoço que ofereceu ao diretor-geral da FAO, Doutor Jacques Diouf. Brasília, 25 de março de 1997

Monsieur le Directeur-Général,

Permettez-moi, tout d'abord, au nom du Gouvernement brésilien, de vous donner la bienvenue. Votre Excellence vient au Brésil pour ouvrir la voie aux actions concernant la mise en oeuvre des engagements entrepris lors du Sommet Mondial de l'Alimentation. La FAO a été et demeure un instrument politique et un organe technique essentiel dans cette tâche. Nous désirons travailler ensemble dans le but d'éradiquer et d'assurer la faim dans le monde l'un des plus des droits de l'Homme: le droit à l'alimentation.

Le Brésil affirme souvent que la capacité d'un pays de satisfaire aux besoins de son peuple dépend d'indicateurs sociaux positifs, de la stabilité politique, de la compétitivité et du progrès scientifique et technologique. Sans le développement durable et la coopération internationale, néanmoins, les problèmes causés par la pauvreté, la famine, le chômage, et la marginalisation de grands contingents de la population dans les pays en voie de développement n'auront pas de solution.

Le Sommet Mondial de l'Alimentation a un important pas en avant dans l'effort continu pour la dissémination des informations sur la nature et la dimension du problème, ainsi que pour réveiller une plus grande sensibilité au sein de la communauté internationale vers les actions d'urgence requises pour l'éradication de la faim et de la malnutrition.

Le Brésil a joué un rôle important dans le

processus de préparation de la conférence, soit dans le cadre du GRULAC de Rome, soit dans le cadre du Groupe des 77, ainsi que lors des négociations globales mêmes.

Dans ce sens, nous constatons avec satisfaction, encore une fois, que plusieurs principes contenus dans le Plan d'Action adopté lors du Sommet coïncident avec ceux qui gouvernent les politiques de sécurité alimentaire du Gouvernement brésilien. Parmi eux, se trouvent les actions vouées à la réduction de la pauvreté et des inégalités sociales et ainsi qu'à l'engagement d'un partenariat entre l'Etat et la société civile.

Monsieur le Directeur-Général,

Le Gouvernement brésilien souligne l'importance qu'il accorde la responsabilité de la communauté internationale pour accomplir la sécurité alimentaire travers la coopération technique. Il incombe à la FAO la fonction-clé de catalyseur des efforts en faveur de cet objectif ambitieux.

Par conséquent, dans le cadre de la coopération technique tripartite - laquelle notre Gouvernement attribue un intérêt spécial, surtout en ce qui concerne les pays africains d'expression portugaise - notre plus grand objectif est la mise en oeuvre de programmes de coopération efficaces. Nous espérons, pour autant, pouvoir compter sur l'appui de la FAO pour aider les pays bénéficiaires

atteindre les conditions qui leur permettront de viabiliser la contrepartie requise pour le bon fonctionnement du mécanisme de la coopération.

S' Ayant engagé avec fermeté á la recherche de la mise au point de la sécurité alimentaire l' échelle nationale et l' échelle mondiale, le Brésil espère que la coopération technique, l' accès aux technologies actuelles et appropriées aux cultures locales, le renforcement de la capacité de recherche au niveau

national, et la solidarité parmi les pays ouvrent la voie l' e' radication du fléau de la faim et de la malnutrition au monde.

Je tiens rappeler, ce propos, que la chambre des Députés brésilienne a récemment approuvé un projet de loi, présent sous l' examen du Sénat, qui autorise le Gouvernement Fédéral faire des dons de nourriture certains pays. Le Cuba, la Namibie, le Mozambique et l' Angola en seront les bénéficiaires.

A política externa brasileira e a inserção internacional do Brasil

“A política externa brasileira e a inserção internacional do Brasil”. Palestra proferida pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1º de abril de 1997

Introdução

Antes de dar início propriamente a uma troca de idéias sobre a política externa brasileira, eu queria agradecer ao Reitor Flávio Fava de Moraes e ao Professor José Augusto Guilhon Albuquerque pela oportunidade de falar aqui no Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo.

Não preciso insistir na importância que tem para o Governo brasileiro em geral e para o Itamaraty em particular que uma instituição acadêmica com o grau de excelência da Universidade de São Paulo se dedique a refletir sobre as relações internacionais e a formar profissionais nessa área.

O Brasil cada vez mais tem sido chamado a assumir responsabilidades nos cenários regional e internacional e cada vez mais depende de uma interação transitiva e construtiva com o mundo exterior para viabilizar o seu próprio projeto de desenvolvimento econômico e social.

Uma característica definitiva da política externa de hoje é que ela alcança facilmente as prateleiras dos supermercados, a vida quotidiana do consumidor e as principais decisões dos agentes econômicos. Ninguém mais tem a ilusão de que a política externa pode ser feita unicamente nos

gabinetes ou nos corredores de organismos internacionais. A política externa é cada vez mais parte inseparável da política econômica e social, na busca de objetivos concretos e palpáveis permanentemente medidos pela opinião pública.

Quem ignorar o mundo estará condenado à paralisia, à regressão, ao enfraquecimento. Da mesma forma que uma empresa, ao investir ou ao lançar um produto, tem hoje de ter em conta uma série de variáveis próprias da dimensão externa, o país, como um todo, não pode ignorar ou menosprezar o peso das relações externas, porque delas depende em grande medida a nossa capacidade de investir, a escala da nossa economia, a competitividade interna e internacional dos nossos produtos e o aperfeiçoamento tecnológico da nossa indústria, dos nossos serviços e da nossa agricultura.

Embora a diplomacia seja uma função de Estado por excelência, indelegável e inalienável, o Estado brasileiro só tem a ganhar com que uma parcela cada vez maior da sociedade se interesse por política internacional e desempenhe um papel afirmativo na identificação e projeção externa dos interesses do país.

Nos Estados Unidos, o número de instituições acadêmicas - universidades e conselhos de relações

internacionais - que se dedicam ao debate e à reflexão sobre relações internacionais e política externa norte-americana é impressionante; eles têm uma relação direta com o papel ativo que os Estados Unidos desempenham no mundo e que o mundo desempenha no projeto nacional norte-americano.

É preciso que essa tendência se instale no Brasil, definitivamente, e por isso instituições como o Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP têm um papel fundamental, precursor, mesmo, em muitos sentidos. Proximamente estará sendo lançado, pela iniciativa independente de formadores de opinião, empresários, acadêmicos e também pessoas que hoje ocupam cargos no Governo, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais, que terá sede no Rio de Janeiro, na casa que pertenceu ao Chanceler Afonso Arinos e que por isso mesmo adquire um simbolismo.

O CEBRI, como será conhecido, será uma instituição independente, criada nos moldes dos Councils on Foreign Relations dos Estados Unidos. Estará voltada para ser um lócus de debate e reflexão sobre as relações internacionais e a política externa brasileira e dos nossos principais parceiros, oferecendo ao mesmo tempo um foro para que visitantes estrangeiros possam expor a sua visão do mundo e de seus países.

O CEBRI ampliará, assim, o trabalho que já faz o Núcleo em São Paulo e reforçará essa tendência, para a qual o Brasil parece finalmente ter despertado, de refletir sistematicamente sobre a política internacional e seus múltiplos impactos sobre o país.

O Brasil como parceiro internacional

Basta olhar o mapa-múndi para perceber que o Brasil tem uma situação internacional destacada e complexa. Somos a um tempo um país continental, com um território maior do que o território continental dos Estados Unidos, com dez vizinhos com os quais vivemos em paz há mais de 125 anos e uma população igual à da Rússia. Nosso PIB, de mais de 880 bilhões de dólares, estará na casa do trilhão de

dólares no início do próximo século. Somos uma democracia consolidada e um importante mercado emergente.

O Brasil é também parte do Mercosul, uma história de sucesso em matéria de integração regional e um compromisso firme e duradouro entre seus membros. O MERCOSUL acrescenta uma dimensão à realidade internacional dos seus participantes e uma força em favor de laços mais fortes na América do Sul em todos os campos, especialmente, mas não apenas, na de comércio. Desenvolvimentos recentes têm sido eloqüentes a respeito da pujança diplomática no MERCOSUL e da sua capacidade de gerar comércio intra-regional e com outras regiões do mundo.

O apoio à democracia no Paraguai, Acordos de Liberalização comercial entre o Chile e a Bolívia, conversas com os países Andinos, um papel ativo nas negociações da de Livre Comércio das Américas e com a União Européia, conversas com a SADC e a ASEAN são alguns exemplos da intensa atividade diplomática proporcionada pelo MERCOSUL.

Características da política externa brasileira

A política externa brasileira é universal. Tradicionalmente ela tem se dedicado a ampliar as possibilidades da inserção externa do Brasil; a partir do Governo Fernando Henrique o nosso projeto de política externa está claramente voltado para assegurar a inserção competitiva do Brasil no mundo e a ser um elemento fundamental das políticas de estabilização e desenvolvimento adotados pelo Governo. O próprio Presidente tem estado pessoal e ativamente comprometido com a concepção e a execução da política externa.

Sob a liderança do Presidente Fernando Henrique, temos fortalecido nossas parcerias tradicionais e temos construído novas parcerias, tudo isso tanto no mundo desenvolvido quanto no mundo em desenvolvimento. O interesse que o Brasil gera no exterior pode se medir hoje, entre outros indicadores pelo número de visitantes de alto nível

que vêm ao país para um contato pessoal com as suas realidades e com as suas oportunidades de negócios. Os Primeiros-Ministros do Japão, da Alemanha e da China e o Presidente da França são alguns dos nossos interlocutores mais recentes. Proximamente, estaremos recebendo também o Primeiro-Ministro da Espanha.

Perfil do relacionamento econômico-comercial

O Brasil tem ainda um comércio exterior equilibrado e diversificado, tanto em termos de destino e origem das trocas quanto da composição da pauta. Em 1996, 28% das exportações brasileiras dirigiram-se à União Européia, 22% ao NAFTA e 21% à América do Sul e cerca de 20% para a Ásia. Bens manufaturados, entre os quais se incluem até mesmo aeronaves, constituíram cerca de 55% das nossas exportações em 1996. Bens semi-manufaturados foram cerca de 22% e matérias primas cerca de 23% do total de exportações.

O perfil dos investimentos estrangeiros no Brasil, que tem crescido exponencialmente, também é muito equilibrado entre os Estados Unidos e Canadá, a União Européia, o Japão e alguns outros pólos investidores, como a Coréia, Hong Kong, Taiwan, Chile, Argentina e do Sul. Dentro da própria União Européia, há um grande equilíbrio entre os vários investidores, como a Alemanha, o Reino Unido, a França, a Itália e outros.

O caráter “periférico” do Brasil na geografia mundial

Entretanto, a essas características que constituem um conjunto de importantes trunfos internacionais, pelo que eles representam em termos de poder nacional relativo, preciso acrescentar uma outra que não sem conseqüências para a nossa política externa: O Brasil é um país “periférico”, não propriamente no sentido cepalino ou da teoria da dependência, mas no sentido geográfico.

Somos periféricos no sentido de que não estamos situados sequer nas proximidades do

principal núcleo de países, que se encontra no Hemisfério Norte, mais precisamente na América do Norte, Europa e Ásia Setentrional e do Sudeste. Não fazemos fronteira com nenhum dos grandes pólos econômicos ou estratégicos do mundo e por isso a proximidade física que polariza tantos países em desenvolvimento não opera sobre nós.

Essa característica nos obriga a procurar desenvolver as nossas relações fora do dos determinismos geográficos e que ao mesmo tempo nos abre muitas opções não-excludentes. Estando longe de todos os pólos, temos liberdade para procurá-los; não sendo sujeitos a uma polarização natural ditada pela geografia, temos a liberdade de ser, de certa forma, o nosso próprio pólo, o que gera também muitas responsabilidades.

Nossas dimensões e nossa condição periférica explicam em grande parte que tenhamos um projeto nacional tão próprio, tão independente, para o qual a política externa tem servido de instrumento. Não temos um projeto próprio, nem procuramos contribuir para que a nossa região o tenha, para ser contra ninguém, nem para gerar falsas corridas de prestígio e liderança.

Há uma naturalidade na busca do Brasil e da América do Sul por um espaço próprio, que nos permita aliar a disposição de cooperar com o mundo ao mandato expresso para buscar o desenvolvimento sustentável e a justiça social. E isso se torna muito mais possível hoje em dia, em que estamos perfeitamente afinados com o “mainstream” internacional em como não-proliferação, direitos humanos, democracia e liberdade econômica.

Um patrimônio funcional

É preciso colocar esse patrimônio em movimento permanente, como um instrumento da continuada promoção do interesse nacional no exterior. Não basta ser grande individualmente, é preciso ser grande na capacidade de gerar parcerias. E isso se consegue acrescentando, características materiais do país, elementos hoje fundamentais na

avaliação de qualquer potencial nacional: a estabilidade da economia, o dinamismo do mercado interno em função do fortalecimento da sua base social, sua capacidade de interagir com o mundo em precisas como investimentos, tecnologia e comércio de bens e serviços e sua contribuição afirmativa, engajada, para a estabilidade e a paz. É isso o que gera credibilidade, confiabilidade e interesse para qualquer país. É isso que gera ação diplomática.

Tendências atuais e seu impacto na inserção externa do Brasil

O Brasil conta hoje com um importante acréscimo de qualidades, que lhe dão um novo perfil internacional. Acrescentamos muitos trunfos com os quais a diplomacia brasileira, há três ou quatro anos atrás, apenas, não podia contar.

As tendências atuais no Brasil reforçam a percepção de que o nosso país se transformou em um dos mais importantes parceiros econômicos e comerciais no mundo em desenvolvimento. Essa importância se soma a uma percepção também crescente de que o Brasil é um ator político confiável, capaz de fazer a ponte, nas grandes discussões internacionais, entre os mundos desenvolvidos e em desenvolvimento.

As tendências no campo econômico, por exemplo, mostram uma consolidação firme das políticas do Governo Fernando Henrique Cardoso.

A derrubada da inflação, trazida ao nível de 7% ao ano neste ano, com o apoio sustentado da população, corrige o que vinha sendo um dos mais graves handicaps que afetavam adversamente a percepção externa do Brasil e a credibilidade das suas políticas e do seu modelo econômico. Uma inflação mensal de dois dígitos, que chegou a alcançar até 45% ao mês, era um obstáculo imediato e incontornável em qualquer conversa internacional. Quem está na linha de frente do diálogo internacional do Brasil pode avaliar o impacto positivo que a correção dessa distorção tem nas tratativas com outros Governos ou com agentes econômicos

internacionais.

A redução na inflação teve também um outro impacto extraordinário na projeção externa do Brasil, porque proporcionou um aumento qualitativo e quantitativo no mercado brasileiro. O aumento do poder aquisitivo de uma vasta parcela da população brasileira que era penalizada com o imposto inflacionário agregou uma escala importante a um mercado que, pelas suas dimensões - 160 milhões de habitantes, aos quais se somam 40 milhões do MERCOSUL -, já se destaca no mundo.

A liberalização econômica e comercial tem sido cuidadosamente consolidada e vem sendo submetida aos ajustes necessários. Há um sentimento geral de que estas políticas servem a muitos propósitos complementares: dar mais opções, menores preços e melhor qualidade nos bens e serviços oferecidos aos consumidores; aumentar a competitividade e a produtividade da economia brasileira; manter o nível de oferta para aliviar pressões inflacionárias; e permitir mais investimentos diretos voltados para aquele mercado fortalecido.

O compromisso com a liberalização comercial é firme. O decréscimo nas tarifas de importação - de uma média de 52% para 14% -, a estabilização econômica e a privatização de companhias estatais combinada com a abertura de monopólios, proporcionam importantes oportunidades de negócios para os nossos parceiros, aumentando o interesse pelo Brasil, multiplicando as nossas parcerias e, portanto, dando-nos muito maior poder de barganha nas nossas relações internacionais.

Aliás, é sempre bom lembrar a dimensão impressionante das empresas brasileiras que vêm sendo privatizadas e o potencial econômico dos monopólios que vêm sendo abertos. Uma comparação com vários outros países em desenvolvimento que também desestatizaram suas economias nos colocam certamente em grande vantagem em termos de atrativos.

Pela primeira vez o Governo brasileiro conta com um decisório, a Câmara de Comércio Exterior,

que permite uma melhor coordenação e a adoção de políticas e decisões consensuais pelos vários Ministérios com responsabilidades na de comércio. Essas políticas também estão desenhadas para lidar com desafios como a Área de Livre Comércio das Américas e a consolidação do MERCOSUL.

O Governo também vem adotando providências para dotar a economia brasileira de mecanismos mais de proteção contra práticas desleais de comércio. Estamos começando a corrigir uma distorção que se criou com a própria abertura da economia brasileira no início dos anos 90, isto é, o desmantelamento de todo um aparato protecionista que não foi substituído por ferramentas adequadas para lidar com as novas realidades de um comércio internacional mais livre e regulado por normas multilaterais.

A aprovação, por larga maioria na Câmara dos Deputados, da Emenda Constitucional que permite a reeleição do Presidente mostra uma consolidação do apoio parlamentar reformas que ainda devem completar e dar sustentação de longo prazo ao Plano Real e à abertura competitiva da economia brasileira ao exterior. A partir de agora o caminho das reformas deve ser mais fácil, concentrando-se em três principais: a reforma administrativa, a reforma fiscal, e a reforma da Previdência Social. Várias leis deverão ainda regulamentar mudanças constitucionais que flexibilizaram monopólios.

Essas tendências, se se sustentarem, acrescentam um enorme interesse ao Brasil como parceiro e devem, por isso mesmo, ter uma influência muito positiva no prosseguimento da política externa que temos seguido até aqui.

Esse conjunto de tendências positivas vem, portanto, somar-se a um patrimônio diplomático que já vinha sendo consideravelmente reforçado com os nossos compromissos nas de apoio à democracia, de desarmamento, de não-proliferação, de proteção aos direitos humanos e de preservação do patrimônio ambiental.

Uma diplomacia equilibrada e abrangente

Tudo isso nos permite ver com muita clareza quais são as áreas de maior interesse para o prosseguimento dessa política de reinserção do Brasil no mundo que o Presidente Fernando Henrique tem perseguido.

Em primeiro lugar não vamos fazer opções excludentes. Temos condições de perseguir uma política externa equilibrada e voltada a consolidar o perfil abrangente das nossas relações econômicas e comerciais e o diálogo político que temos com todas as regiões do mundo.

Isto significa que o MERCOSUL, a Área de Livre Comércio das Américas, as relações com a União Européia, as relações com o Pacífico e com outras do mundo são concebidos como opções que se reforçam, que aumentam nosso poder de barganha e potencializam os nossos trunfos diplomáticos. Dentro de cada região, também os países individualmente se apresentam como opções não-excludentes.

O programa de visitas internacionais do Presidente Fernando Henrique Cardoso exemplifica muito bem essa abordagem; equilíbrio e não-exclusão são diretrizes básicas da nossa ação externa, porque um país periférico como o Brasil, no sentido que defini mais acima, só tem a ganhar se puder manter abertas e desimpedidas todas as suas relações com o mundo. Nossa estratégia de dar operacionalidade ao Acordo Mercosul-União Européia obedece ao propósito de compensar, no que for possível, o grande impulso que a ALCA deverá dar nossas relações intra-hemisféricas, com potencial de afetar adversamente o equilíbrio do nosso perfil externo de comércio e de recepção de investimentos.

Mas temos também consciência de que todas essas relações devem necessariamente ser uma via de duas mãos. Essa é uma diretriz fundamental. Por isso temos buscado cada vez mais valer-nos do nosso acrescido poder de barganha e da força política da nossa opinião pública para buscar reciprocidade no acesso aos mercados dos nossos parceiros, na

mesma proporção das oportunidades comerciais e de investimentos que a economia brasileira lhes tem proporcionado.

Toda a nossa estratégia de negociação da ALCA, por exemplo, parte desse pressuposto. Não temos condições de oferecer ainda maior acesso ao nosso mercado e mais oportunidades de investimentos se não pudermos, de forma vinculada resolver as graves e variadas questões de acesso de produtos brasileiros ao mercado norte-americano, onde enfrentam barreiras as mais distintas justamente porque são competitivos.

Estamos também empenhados em tirar o máximo de proveito possível das regras da Organização Mundial de Comércio que nos podem garantir, com base nos compromissos dos acordos negociados na Rodada Uruguai, um acesso desimpedido a importantes mercados para produtos brasileiros.

Conclusão

Eis aqui uma amostra do que o Itamaraty tem procurado fazer. Temos consciência de que muito da nossa ação depende do que o país seja capaz de realizar para fortalecer a sua base social e melhorar

a sua competitividade econômica, inclusive através da redução decidida do chamado custo Brasil, que tanto prende o desempenho do nosso comércio internacional e onera o nosso consumidor. Temos também consciência de que, sem a participação mais ativa da sociedade, será mais difícil identificar e promover os interesses nacionais no exterior.

Mas é justamente o entusiasmo crescente que a política externa e as relações internacionais vêm despertando no Brasil que me anima a dizer que estamos no bom caminho. A procura pelo Instituto Rio Branco, que forma os diplomatas brasileiros, tem alcançado níveis sem precedentes, possibilitando uma melhor seleção da nossa principal matéria-prima, que o recurso humano com que vai contar a diplomacia brasileira.

A atenção com que os Senhores me distinguem também é um alento nesse sentido. Por isso, após esta breve apresentação, necessariamente genérica e incompleta, da política externa brasileira, eu gostaria de poder discutir com os Senhores alguns pontos de interesse que porventura não tenham sido tocados ou que só de passagem tenham sido mencionados.

Muito obrigado.

III Reunião Hemisférica de Vice-Ministros Responsáveis pelo Comércio

Discurso do Senhor Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, na III reunião de Vice-Ministros responsáveis por comércio do hemisfério. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1997

É uma grande satisfação abrir esta sessão inaugural da III Reunião de Vice-Ministros Responsáveis por Comércio do Hemisfério, nesta cidade do Rio de Janeiro. A amplitude do nosso objetivo nesta reunião, discutir o livre comércio para todo o continente, encontra moldura perfeita na ampla e dinâmica perspectiva oferecida pela paisagem carioca, em que o povo, o mar e a montanha expressam juntos a grande diversidade geográfica e cultural brasileira. Desejo agradecer ao Governo do Estado, Prefeitura da cidade e à Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro pela dedicada e inesgotável colaboração que prestam para que possamos todos trabalhar em favor do processo de integração das Américas.

2. Esse encontro constitui a principal e mais extensa das três reuniões preparatórias da III Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio do Hemisfério, que se realizará na cidade de Belo Horizonte, no próximo dia 16 de maio. Já dispomos os 34 governos do hemisfério, pela primeira vez, de cinco perspectivas diversas sobre quando e como iniciar a negociação da futura Área de Livre Comércio das Américas. O Governo brasileiro está seguro de que o processo preparatório da ALCA experimentou um salto qualitativo a partir da apresentação, desde a Reunião de Vice-Ministros de Recife, das propostas

do MERCOSUL, do Canadá, dos Estados Unidos, da Comunidade do Caribe e da Comunidade Andina sobre o momento e o modo de negociar a integração hemisférica. Será por meio da identificação dos pontos comuns e da paciente e realista superação das diferenças que avançaremos na direção da meta fixada para 2005.

3. Há muito por fazer. O Brasil considera que as atividades preparatórias da futura ALCA vêm progredindo em ritmos diferenciados, e que alguns Grupos de Trabalho, por serem mais recentes ou pela natureza e complexidade dos temas de que se ocupam, certamente necessitarão de mais tempo que outros para produzir resultados satisfatórios. Essa etapa preparatória não deve, no entanto, ser ultrapassada sem o necessário amadurecimento, sob pena de que o projeto idealizado pelos Presidentes de uma Área de Livre Comércio das Américas se transforme num exercício mecânico de negociação, que desconsidere as reais necessidades e capacidade de adaptação de nossas economias.

4. Na orientação geral de nossos trabalhos aqui no Rio de Janeiro, e em todas as etapas desta iniciativa comum, devemos recordar que o projeto da ALCA foi concebido, em Miami, pelos líderes do hemisfério, com um propósito mais amplo do que a estreita produção de normas e regulamentos. Vale

repetir que os objetivos então fixados pelos nossos Chefes de Estado e de Governo não se confundem com a conformação automática e açodada de uma de livre comércio desprovida de sentido e dimensão social. O projeto da ALCA é antes um instrumento de desenvolvimento social e econômico do que um fim em si mesmo.

5. Será a partir das deliberações dos Ministros em Belo Horizonte que poderemos começar a fazer convergir o exercício do livre comércio com os outros temas que, pelos seus fortes impactos sociais, estarão no centro da Segunda Cúpula das Américas, em Santiago do Chile, em março de 1998. Esta é a maneira de assegurar a unicidade dos propósitos dos nossos Chefes de Estado e de Governo.

6. Nesse contexto que deve ser entendida a dada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em seu discurso inaugural do encontro do Recife, ao diálogo com as nossas sociedades sobre a formação da ALCA. Queremos que o livre comércio hemisférico seja acorde com os interesses legítimos, perenes e múltiplos dos nossos povos. Nesse sentido, deve a integração continental ser compatível com o fortalecimento e a estabilidade das nossas economias.

Senhores Vice-Ministros,

7. Quero registrar a percepção brasileira — que não apenas uma percepção do Governo, mas de amplos segmentos da sociedade civil — de que os esforços de abertura econômica empreendidos pelo Brasil nos anos devem ser avaliados do ponto de vista do seu impacto sobre a economia nacional e de suas conseqüências sociais, sobre o emprego e a distribuição de renda.

8. Considera o Brasil que o progressivo processo de abertura comercial brasileira, iniciada em começos da década e realizado em multilateral e no contexto da participação brasileira no MERCOSUL e dos acordos de livre comércio com outros países sul-americanos, como a Bolívia e o

Chile, constitui contribuição fundamental para o processo de conformação da ALCA. Uma contribuição espontânea da parte brasileira, que nos faz participar do projeto da ALCA com a perspectiva de que nossos importantes sócios comerciais no continente promoverão melhorias correspondentes nas condições de acesso dos produtos de exportação brasileiros. Enquanto se observa um aumento da competitividade em diversos setores da produção do País, inclusive acentuado aumento da de cultivo e da produtividade agrícola nacionais, as estatísticas comerciais apontam para uma tendência desaceleração nas exportações desses produtos para mercados consumidores no hemisfério. Inversamente, as liberalizações empreendidas pelo Brasil e pelo MERCOSUL até o presente traduzem-se, nas estatísticas, em aumento exponencial das exportações desses mesmos parceiros comerciais do hemisfério para o mercado brasileiro e do MERCOSUL.

9. Com vistas a dotar o exercício hemisférico de instrumentos eficazes na avaliação desses desequilíbrios que o Governo brasileiro insiste na importância da mais ampla participação possível no processo dos diversos segmentos das sociedades civis nacionais. Almejamos que a conformação da ALCA alcance máxima legitimidade democrática, respondendo — em toda e cada etapa do processo preparatório e negociador — aos anseios, expectativas e preocupações dos diferentes segmentos da sociedade cujos interesses estarão em jogo medida que a iniciativa ganhar corpo e forma.

10. O processo de construção da ALCA já dispõe de importante mecanismo de expressão dos interesses dos segmentos empresariais de nossos países, o Foro Empresarial das Américas, que se reúne previamente a cada reunião de Ministros, desde a Reunião Ministerial de Denver. O processo de consulta junto sociedade não se esgota, no entanto, no valioso e indispensável diálogo com os empresários. É firme a convicção do Governo brasileiro de que os trabalhos ganharão em conteúdo, alcance e credibilidade medida que se amplie ainda

mais a base de consulta aos interesses sociais.

11. Devemos buscar um consenso que permita o recebimento, pelos Ministros, da expressão dos interesses dos trabalhadores. Somos favoráveis à idéia de um Foro Sindical, que se reúna paralelamente às reuniões Ministeriais, como já o fazem há três anos os empresários. indispensável dar conseqüência prática a esse novo espaço de diálogo: suas conclusões e sugestões devem poder chegar aos Ministros em Belo Horizonte, da mesma forma como acontecerá com as contribuições do III Foro Empresarial.

Senhores Vice-Ministros,

12. A Presidência Pro Tempore e o Governo

brasileiro temos plena consciência do enorme alcance histórico do projeto comum que ora preparamos. Igual consciência temos do fato de que será impossível realizá-lo sem a firme disposição de debater com serenidade, de constatar as diferenças e de procurar superá-las com realismo e espírito construtivo. A riqueza das Américas encontra-se na diversidade que nos conforma e nos identifica. A ALCA, por ser um projeto comum, deve valer-se desta diversidade no propósito de promover os objetivos fixados por nossos líderes na Cúpula de Miami de alcançar maior prosperidade e bem-estar para as nossas sociedades.

Muito obrigado.



Formatura da turma “Darcy Ribeiro” do Instituto Rio Branco

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da formatura da turma “Darcy Ribeiro” do Instituto Rio Branco. Brasília, 25 de abril de 1997

Senhor Presidente,

Estamos mais uma vez reunidos para acompanhar os novos diplomatas do Itamaraty na sua formatura e trazer-lhes os nossos cumprimentos neste dia simbólico do início formal das suas carreiras. O Presidente Fernando Henrique Cardoso nos dá uma honra muito grande ao prestigiar mais uma vez esta cerimônia, e não só porque se trata do Presidente da República, mas porque ele há muito tempo um membro desta Casa, que dirigiu, conhece e prestigia como poucos Presidentes na nossa História.

Queria saudar também a presença, entre nós, dos Diretores das Academias Diplomáticas dos demais países-membros do Mercosul - Argentina, Paraguai e Uruguai - e da Bolívia e do Chile. Eles se encontram em Brasília no quadro de uma cooperação que se intensifica entre os nossos países. É um prazer podermos ver que as diplomacias dos países vizinhos se unem a nós, nesta celebração tão importante para a Casa de Rio Branco.

Os diplomatas brasileiros têm muitas razões para comemorar o dia de hoje, com ainda maior orgulho, com a sensação do dever cumprido que se transforma em novo desafio a cada dia. O Itamaraty sabe que o Presidente da República prestigia e incentiva os seus quadros, disso dando muitas mostras a todos os que com ele convivem e a ele

assessoram em tantas iniciativas de política externa por todo o mundo.

Graças a esse perfeito entrosamento entre a Presidência e o Itamaraty, temos hoje condições inigualáveis para a concepção e a execução de uma política externa afinada com o projeto nacional que o Presidente da República tem conduzido com intenso e sustentado apoio da sociedade brasileira.

Senhoras e Senhores,

O Dia do Diplomata é uma ocasião para que todos nós nos unamos, simbolicamente, em torno dos ideais de serviço ao país e ao Estado, que a figura singular do Barão do Rio Branco tão bem representa e encarna. Por isso, nosso pensamento se dirige muito especialmente, a todos aqueles colegas e amigos que, passageiros nesta aventura humana que nos conduz pelas paragens mais remotas e diversas da Terra, levam a outros povos e governos a presença e a palavra de um Brasil novo, que dá orgulho representar e defender.

Mas esta é uma cerimônia que pertence sobretudo aos nossos novos colegas, que se iniciam na carreira pelas mãos amigas do Presidente da República, de todos os companheiros e dos amigos e familiares que os vêm saudar e festejar.

Neste ritual que se repete todos os anos, há

mais de meio século, nós homenageamos, nas boas-vindas às gerações que chegam, a memória das gerações que, no passado, construíram o patrimônio diplomático brasileiro. Um patrimônio que é de todos os brasileiros: o legado de fronteiras estáveis e seguras, mais de 125 anos ininterruptos de paz com os nossos vizinhos e uma visão serena e madura de uma diplomacia ao serviço do desenvolvimento e da integração do Brasil no nosso continente e no mundo.

Graças a essa diplomacia seguida com tenacidade, perseverança e uma dose certa de prudência e ousadia, temos amigos em todos os quadrantes do mundo, mas principalmente na nossa própria região. Nossos parceiros são hoje muito mais ligados a nós pelo interesse e pela estima recíproca graças aos muitos avanços que temos feito como Nação confiável e com credibilidade.

Senhor Presidente,

Esta cerimônia se desenvolve sob a inspiração de Darcy Ribeiro, feito patrono de uma turma que assim revela sensibilidade aos melhores valores brasileiros.

A escolha de Darcy Ribeiro como patrono uma bela homenagem que os formandos do Rio Branco fazem ao professor, ao intelectual, ao político e ao ser humano generoso e sensível que foi Darcy Ribeiro, cuja vida está ligada à História das transformações que estão moldando o Brasil que todos nós almejamos.

Mais do que uma homenagem, essa escolha expressa também um compromisso muito especial com essa brasilidade que Darcy Ribeiro ajudou a identificar, a promover e a proteger, nos seus trabalhos magistrais de antropologia e nos seus ensaios de interpretação da realidade e da história brasileiras.

Que essa brasilidade os inspire e conduza ao longo da carreira e das suas vidas pessoais, e que nunca se esqueçam das lições de vida e dos sentimentos de devoção ao homem e à natureza que Darcy Ribeiro nos legou a todos, ajudando a fazer

deste um país um pouco mais justo e orgulhoso das suas heranças e das suas raízes.

Meus caros formandos,

De vocês, novos colegas, a inspiração da escolha do patrono, do paraninfo e do professor homenageado.

De vocês, nas palavras com que se apresentam à Casa por intermédio do orador da turma, a liberdade de expressar a sua visão do mundo e da carreira e a responsabilidade de reiterar compromissos assumidos desde que, pela primeira vez, viram o futuro nesta carreira que escolheram e buscaram com consciência cidadã.

A vocês, muito particularmente, se dirigem as exortações que aqui fazemos, porque aos mais velhos, aos iniciados, cabe a tarefa de orientar e incentivar, de mostrar o caminho, de estender uma mão amiga nesse início de caminhada que os levará muito longe, no tempo e no espaço, na defesa do seu País.

Este é o seu primeiro grande momento na carreira que escolheram, empurrados por muitos sentimentos, o mais nobre dos quais o do serviço ao país, o do sentido de comunidade que a lembrança da Pátria deve inspirar onde quer que estejamos.

Muitas vezes nos referimos a este momento como um rito de passagem. Ele confirma, perante o Presidente da República, a autoridade máxima do país, e diante de representantes de toda a sociedade brasileira em geral, a vocação e o compromisso de trabalhar pelo país, que passarão a marcar a vida de todos vocês, jovens diplomatas, nas próximas décadas.

Por este rito de passagem, formaliza-se, poucos dias depois de que comecem a desempenhar as suas funções, uma disposição, que deve ser inquebrantável e permanente, de corresponder, a cada instante, confiança daqueles que delegaram aos diplomatas a representação e a defesa dos interesses do seu País no exterior: os cidadãos brasileiros.

O Itamaraty vai-lhes ensinar, ao longo de muitos anos, muitas vezes de forma árdua e vocês irão aprender, quase sempre com enorme satisfação —, que a realização pessoal do diplomata se confunde em grande parte com a realização do seu País como ator internacional e como Nação justa para com todos os seus filhos. Sem um país forte e generoso como fundamento, sem a força de uma realidade que se deve impor sem qualquer artifício, a diplomacia não se sustenta.

Por isso, para a diplomacia brasileira, as reformas, o progresso social, a estabilidade e a pujança da nossa economia e da nossa sociedade são os instrumentos básicos de trabalho. O diplomata de um país democrático não é um ilusionista; opera com realidades e interesses palpáveis e rende contas de um país real sociedade e opinião pública nacional e internacional.

Vocês vieram ao Itamaraty não para buscar privilégios ou a simples realização pessoal, mas para serem instrumentos do desenvolvimento brasileiro e representantes deste povo generoso, que lhes provê os meios, os recursos materiais e a própria identidade cultural e nacional para desempenhar as suas tarefas.

Esse mesmo povo, chefe de todos nós, está atento ao trabalho que cada um de vocês vai produzir, forma como ajudarão a projetar lá fora os seus interesses, coadjuvando os esforços de todos os brasileiros para que o País possa desenvolver-se e crescer como Nação e como sociedade democrática.

Vocês ingressam na carreira diplomática em uma etapa da vida brasileira em que se encerrou o ciclo das grandes políticas concebidas e executadas em gabinetes fechados. Nunca como hoje a política externa alcançou tão extensamente, e de forma tão determinante, a vida quotidiana dos cidadãos e dos agentes econômicos.

Nunca como hoje o Itamaraty e as políticas que ajuda a conceber e a implementar foram tão cuidadosamente acompanhadas pela opinião pública, pela imprensa e pelo Congresso Nacional.

E isso porque cada vez mais a política externa

de um país como o Brasil alcança e transforma a vida diária dos seus cidadãos e dos agentes econômicos; porque cada vez mais o mundo se faz presente nos lares e nas vidas do Brasil.

Esse mundo que nos chega por todos os meios de comunicação, pela linguagem, pelos padrões de consumo e pela cultura exige cada vez mais que a sociedade brasileira o compreenda e possa com ele lidar. Sem intimidar-se. Sem fechar-se sobre si mesma. Sem falsos temores, mas também sem o deslumbramento perigoso e insensível.

A diplomacia tem, por isso mesmo, um acúmulo de tarefas. Às suas funções tradicionais de representar, informar e negociar se soma, hoje, uma quarta tarefa, que ganha uma dimensão extraordinariamente importante para um país como o Brasil, em intensa transformação, em plena abertura para o mundo após décadas de fechamento e até de localizadas manifestações de xenofobia estéril: a tarefa de explicar.

Explicar o mundo e as relações internacionais, chamar a atenção para as variáveis externas que hoje, como nunca, balizam o exercício da soberania, condicionando e viabilizando o nosso projeto de desenvolvimento econômico e social.

A diplomacia não tem certamente o monopólio do conhecimento e da experiência internacional, nem pode aspirar a tanto. Cada vez mais, os brasileiros voltam-se para o mundo exterior, em busca de formação, cultura, negócios, parcerias, lazer.

Contudo, não quer isso dizer, necessariamente, que essa interação mais ou menos freqüente com o mundo seja sempre precedida ou acompanhada de uma reflexão que estabeleça as relações necessárias entre o que acontece lá fora e o que queremos que ocorra aqui dentro. A sociedade brasileira, apesar de muito mais madura e aberta, ainda improvisa em muito do que faz nas suas relações com o mundo.

Chamar a atenção para essas relações, alertar para os desafios, os riscos e as oportunidades que o

mundo apresenta para o nosso projeto nacional, eis uma vertente cada vez mais dominante do trabalho diplomático; eis uma nova razão para que os diplomatas trabalhem sempre, e cada vez mais, em sintonia com as necessidades de informação e de análise que a sociedade sente ao estar mais exposta aos ventos das relações internacionais.

Senhor Presidente,

O Dia do Diplomata é por tradição, uma oportunidade para que se passem em minuciosa revista as realizações da política externa no ano que transcorreu desde a cerimônia.

Não pretendo aqui enumerar todas as muitas realizações e os difíceis embates diplomáticos, sobretudo na comercial, que marcaram a nossa política externa neste ano que passou.

Deles deu conta, e com intensidade, a imprensa, cuja atenção cada vez mais se tem detido, felizmente, sobre a nossa relação com o mundo. Deles estão conscientes, e muito nos tem ajudado, o Congresso, os meios empresariais e sindicais, os meios acadêmicos e a própria sociedade, porque a diplomacia pública hoje, felizmente, uma realidade.

E o envolvimento direto e pessoal que Vossa Excelência tem tido na política externa catalisa as atenções e coloca muito mais sob o foco da opinião pública o que temos feito e os desafios que continuamos a enfrentar.

Mas, Senhor, Presidente, acho que esta também uma boa oportunidade para lembrarmos aos nossos novos colegas o trabalho que os espera, o muito que nos resta a fazer para cumprir minimamente o propósito, tantas vezes assinalado por Vossa Excelência, de atualizar e oxigenar a tradição e o patrimônio diplomáticos do Brasil.

Temos feito isso, e vamos continuar a fazê-lo, através de uma ação voltada a ampliar a nossa participação nas relações internacionais, nas parcerias que importam e nos foros e mecanismos cujas decisões têm relevância e sentido prático para o povo brasileiro e para os esforços internos que estamos fazendo em busca de mais crescimento,

empregos, investimentos, produtividade e competitividade.

Por isso, devemos continuar nos empenhando na consolidação de um conjunto de credenciais de credibilidade e de confiabilidade como parceiro internacional, deixando claro, de forma perene, que nos conduzem as principais forças que orientam o mundo de hoje: a democracia, a liberdade econômica e compromissos inequívocos com os direitos humanos, a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável e a não-proliferação nuclear e de armas de destruição em massa.

Temos de continuar a traduzir em iniciativas concretas o que concebemos como uma política externa universalista e não-excludente, e por isso Vossa Excelência determinou que completássemos o projeto de diplomacia presidencial que o está levando aos nossos principais parceiros no mundo desenvolvido e em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que nos ajuda a explorar novas parcerias que ainda não tínhamos podido desenvolver na África e na Ásia sobretudo. Estamos recebendo grande número de visitantes dos países com os quais temos interagido em alto nível.

Continuaremos a concentrar boa parte das nossas energias diplomáticas no trabalho de seguimento das visitas presidenciais realizadas, de consolidação do Mercosul e de uma “cultura do Mercosul”, de ampliação da integração física e energética da América do Sul, complemento indispensável da integração econômica e comercial, de aprofundamento das negociações sobre a integração hemisférica e de melhoria do acesso a mercados externos.

São tarefas que decorrem de uma perfeita sintonia entre a diplomacia e os imperativos da política econômica traçada por Vossa Excelência, tendo como diretriz a necessidade de afinarmos os canais de diálogo e cooperação internacional tão bem revigorados pela nova projeção internacional do Brasil.

Esses e muitos outros objetivos constituem a agenda a cumprir no futuro que espera estes novos

diplomatas.

Estou seguro de que, com a orientação sempre serena e interessada de Vossa Excelência, o Itamaraty estará altura dos desafios, que não são pequenos. Para isso, a Casa tem de modernizar-se, de adequar-se aos novos tempos, de criar nova mentalidade.

Ainda quando Chefe desta Casa, coube a Vossa Excelência dar o primeiro impulso ao projeto de fortalecimento institucional do Ministério, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que completa agora 18 meses de execução. Grandes e necessárias mudanças começam a ser introduzidas em chave do Itamaraty: recursos informáticos e comunicações, consular, jurídica e de atendimento a brasileiros no exterior, gestão administrativa e promoção comercial, estas duas com o apoio de empresas de consultoria de grande renome.

Graças a esses esforços, a máquina administrativa do Itamaraty vai operar com maior agilidade, menor custo e sobretudo melhor controle gerencial; a promoção comercial passará por uma reestruturação profunda; mudanças de métodos e processos deverão continuar a ocorrer na consular e de atendimento a brasileiros no exterior; e começaremos a colher os primeiros resultados na de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos dentro do serviço exterior brasileiro.

Tenho consciência, Senhor Presidente, de que os novos colegas encontram também alguns problemas que os preocupam e mobilizam. A carreira, as oportunidades de acesso, os vencimentos, o apoio aos familiares e o auxílio escolar no exterior, o aperfeiçoamento profissional e até os apartamentos funcionais são algumas das em que algumas providências são reclamadas.

Alguns desses problemas não têm solução fácil. Mas quero dizer que estou ciente dessas preocupações, que são as minhas próprias, e de que tenho procurado, pessoalmente, promover, com o apoio do Presidente Fernando Henrique, as

transformações necessárias para que a carreira seja sempre um espaço de oportunidades e de realização para quem a abraça como um verdadeiro sacerdócio. Nós já avançamos bastante, mas vamos avançar ainda mais.

Com esse espírito, estamos preparando uma reforma criteriosa, voltada a ampliar os incentivos funcionais indispensáveis em uma carreira movida pelo mérito e pela competência.

Queria também dizer uma palavra sobre as demais carreiras que formam o serviço exterior brasileiro. O trabalho dos diplomatas depende do trabalho desses funcionários, cuja valorização tem sido uma preocupação desta Administração. Temos conseguido alguns avanços, inclusive na especialização de alguns quadros, mas sei que falta muito ainda. Queria reiterar mais uma vez o meu compromisso com o continuado aperfeiçoamento e a valorização das carreiras do serviço exterior, porque sei que posso contar com o apoio de Vossa Excelência, Senhor Presidente, e com o engajamento de toda a Casa nesse projeto comum.

Meus jovens colegas,

Sei que o mesmo espírito e a mesma consciência cidadã que os trouxeram ao Itamaraty vai conduzi-los pelo resto de suas vidas. Você iniciam agora uma extraordinária aventura humana, que será generosa com vocês se recordarem sempre que o que os trouxe até aqui foi também um gesto de generosidade ao se oferecerem ao serviço do seu País.

Sejam muito felizes, ao lado das suas famílias, e que a magia deste momento de iniciação os acompanhe ao longo de toda a vida.

E lembrem-se de que, como dizia um velho e respeitado Chefe desta Casa, não importa se os diplomatas têm ou não punhos de renda — e certamente que há muito deixaram de tê-los —, porque na hora de trabalhar nós arregaçamos as mangas.

Muito obrigado.



Comitê de representantes da ALADI

Discurso pronunciado pelo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, durante a sessão extraordinária e solene do comitê de representantes da ALADI. Montevideú, 6 de maio de 1997

Embajador Jesús Sabra, Presidente do Comité de Representantes, Senõr Antonio Antunes, Secretario General de la ALADI, Señores Representantes Permanentes, Senõras e Señores: yo creo que el hecho de que la ADALI hoy dia tenga el significado que ha sido expresado esta mañana, tanto por el Presidente del Comitê de Representantes como por el Secretario General muestra el acierto de las decisiones anteriores de los gobiernos de la región. Y como acá estamos en un sitio donde hay la posibilidad de que cada cual hable sua propio idioma yo la voy a pedir permiso para hablar en português, que as otra consecuencia positiva de ALADI, que podemos hablar cada cual en su propio idioma y siempre que hablemos un poco más lento y sin usar palabras muito “esdrúxulas”, como “asdrúxulas”, que possamos nos entender.

Eu queria, se me permitem, dar um pequeno depoimento pessoal sobre as questões de integração que alguns dos aqui presentes acompanham o processo há muito tempo.

No início a ALALC foi, efetivamente, uma quase que decisão de vontade de um grupo pequeno de intelectuais, de profissionais, com o paio limitado de algum setor político. No início dos anos 60 coube a mim fazer um estudo a pedido da CEPAL, a pedido mais especificamente do Diretor de Assuntos Sociais da CEPAL, que na se chamava José Medina Echevarria, um grande sociólogo espanhol que

queria saber o efeito da ALALC sobre a percepção que os empresários de alguns dos nossos países tinham quanto ao fenômeno da integração. E fiz uma pergunta, escrevi um trabalho que foi apresentado, se não me falha a memória, em Viña de Mar, não, foi em Mar del Plata.

Para minha não surpresa a verificação foi Os empresários simplesmente desconheciam a ALALC. Os empresários paulistas, isso foi em 1961, esses então mal sabiam do Rio de Janeiro, como iam se preocupar com o ficava além do rio Tietê, que o rio que passa por São Paulo, passava naquela altura como rio, hoje passa um pouco mais penosamente como esgoto. Não havia a mais remota consciência da importância da integração. Ainda nos anos 60, em algum momento, a pedido do Doutor Raúl Previs, eu fui à América Central e lá se conversava, se estava já organizando o mercado comum-americano e se tratava da criação de um banco de desenvolvimento regional. Entrevistei alguns dos dirigentes de vários daqueles países e realmente a idéia ainda era muito elementar sobre quais seriam as conseqüências da integração e basicamente o interesse era objetivar, organizar o banco. Os bancos sempre tiveram mais força do que os comitês de integração. É natural que tenham.

De lá para cá a transformação foi imensa. Todo o trabalho já foi aqui comentado pelos que me antecederam mostra que a partir da decisão de 1980

a constituição da ALADI, o impulso foi muito grande. E esse impulso correspondeu, por um lado, ao avanço, ao aperfeiçoamento das próprias organizações encarregadas do processo integrador que perceberam com maior realismo quais eram as possibilidades, os limites desse processo e, mais ainda, treinaram pessoas capazes de fazer esta negociação, treinaram nos ministérios de relações exteriores principalmente, treinaram nos ministérios de indústria e comércio, até mesmo na fazenda que sempre mais difícil de ser conquistado o bastião onde se precisa fazer alguma coisa a ser conquistada o ministério da fazenda. Onde se conquistou a fazenda tem-se a impressão de que o Presidente prisioneiro da fazenda. Por isso foi primeiro Ministro da Fazenda para poder ser Presidente sem ser prisioneiro.

Pois bem, esse processo ganhou força e essa força hoje não deriva, embora tenha sido originada desses organismos internacionais e do esforço dos técnicos de algum setor político, mas já hoje essa força não deriva apenas disso. Os números são eloqüentes. Deriva de que existe realmente um processo que tem a ver com a prática econômica da nossa região. Há vantagens na associação e as vantagens se traduzem em resultados concretos de comércio e investimento, de parcerias novas, enfim, da configuração de um espaço econômico, que um espaço econômico mais favorável aos negócios. E no mundo de desenvolvimento capitalista ou se alcança esse grau de compreensão, de motivação no setor empresarial ou realmente as iniciativas de estiolam na boa vontade de quem propõe, na competência angustiada dos técnicos e na incapacidade de que daí derive alguma coisa mais concreta. Mas, hoje não é mais assim. Hoje existe o sentimento efetivo de que a integração resulte em algo positivo.

Mas, mais ainda, nós, de alguma forma, estamos sendo alcançados por um processo de outra natureza, distinto daquele que ocorreu na América Latina, e que leva integração. A idéia latino-americana de integração era uma idéia muito envasada numa

certa visão de que deveríamos construir a pátria grande, para utilizar a expressão comum.

Não foi assim na Europa. Na Europa do início havia até relação, o De Galle queria a Europa das pátrias, não queria saber de pátria grande e o processo que começou a se desenvolver na Europa teve outras motivações. Mas também o processo europeu foi atropelado por um processo, esse sim inclusive abrangente, que o que hoje nós chamamos de globalização, que embora desistisse, obviamente, que nos seus albores, nos seus começos, nos anos 60 não se tinha dele a consciência que se tem hoje, até porque nos anos 60 o que havia de novo nesse processo hoje se chama de globalização, era o fato de que algumas empresas de porte internacionalmente começava a operar não apenas no país sede mas nos países que antigamente teriam sido apenas mercados para os países sedes das empresas de porte mundial.

Isso era o fenômeno que estava ocorrendo nos anos 60. Era a expansão, mas dentro de uma escala tradicional, aí numa visão tradicional, era a expansão do sistema produtivo que ia integrando mercados além do que na linguagem da CEPAL chamava o centro, ou seja, parte da periferia tinha ligações diretas com o centro.

Hoje é distinto, hoje independentemente de centro de periferia, do que seja, o modo de produzir levou globalização, mundialização. Por quê? Por causa da revolução tecnológica, que não havia ocorrido ainda nos anos 60. Quando começava a existir a idéia de integração, quando começava a existir uma reorganização em termos empresariais, de mercados e deslocamento da produção não existia ainda a internacionalização do processo produtivo, o que se fazia era transferir partes dos sistema produtivo anteriormente concentrado nas matrizes para as filiais, do centro para a periferia, mas dentro da fábrica tudo era igual. Apenas as fábricas que vinham para aqui não contemplavam ou não faziam toda a gama de produtos que era o que se fazia nas matrizes.

Aqui hoje é diferente, hoje houve uma participação do processo produtivo, que decolou de uma maneira vigorosíssima e o mesmo produto parcialmente fabricado em regiões das mais distintas através de técnicas que são inovadoras e que só puderam existir por causa da reforma da informática, do sistema de computadores e da capacidade que nós temos hoje de informação imediata de tudo o que ocorre, de controles que possam estar localizados num sítio, mas que diz respeito ao planeta todo. Este é um outro processo já. Muitas vezes nós confundimos as coisas, então nós estamos sofrendo aqui uma espécie de terremoto, “temblor de tierra fuerte”, que está realmente um “rebesón”, que está realmente, digamos, modificando as bases do sistema produtivo mundial e do sistema de organização das empresas do mundo e, por onde, por conseqüência, também do sistema político, do sistema de decisão, porque o sistema de decisão também, se possível, de alguma maneira, ele com que evapora de algum lugar fixo. Ele pode ser tomado a partir de redes de informação que se localizam em qualquer parte do planeta e isso não impede que a decisão possa ser tomada e o poder não estar mais ligado proximidade com o modo nem de produzir nem de decidir. É uma verdadeira revolução. Há um tempo atrás eu insistia em um tema que foi mal compreendido lá no Brasil, de que nós estamos vivendo uma correspondente ao do Renascimento. como se pessoas costumam ver a globalização como exclusão.

Que é o que eu posso fazer se o espírito, vezes, não a grandeza de julgar ao outro com um pouco mais de bondade e penso sempre que o outro está simplificando para o lado negativo. Não, existem os dois processos ao mesmo tempo, existe um processo de exclusão por causa do sistema produtivo que já não tem mais a ver exclusivamente com o sistema político e econômico. Não é o regime de produção, o modo de produzir que leva a essa exclusão, por um lado, mas, por outro lado, existe também toda uma gama nova de oportunidades que permite um novo perneamento, daí falar de

renascimento porque permite pensar o mundo de uma maneira diferente, e até mesmo na comparação que fiz sobre o renascimento tinha a ver com o fato que o renascimento, como foro cultural, como o que deu depois o racionalismo que mais tarde vai dar uma filosofia iluminista, séculos depois, tem a ver com o fato da expansão também do comércio, tem a ver com o fato da descoberta do outro. Os europeus descobrem outros mundos e percebem que, embora eles quisessem ser o centro do mundo havia outros centros, só olhar para a China e eles olhavam para a China e se assustavam porque o mundo não era só a Europa.

Hoje, todo mundo sabe que o mundo não pode ser só mais nada. Ele é ao mesmo tempo muitas coisas diferenciadas. Isso nos leva a fazer uma revolução mental. Ou fazemos uma revolução mental ou não vamos ser capazes de estar à altura dos desafios do nosso tempo e, portanto, se essas condições que estão se formando aí requerem pensamento novo é necessário que haja realmente os renascentistas, alguém que pense de uma maneira que não seja a maneira tradicional, com todas as conseqüências disso. Nós aqui estamos sofrendo as conseqüências disso. Nós aqui estamos sofrendo as conseqüências disso de um certo ângulo mas dá para perceber deste ângulo, não é o conjunto de implicações desta revolução pela qual a humanidade, não é um país, passa. Aqui, também, de alguma maneira, quando nós pensamos em integração nós temos que tomar em consideração que as idéias de integração foram mudando, em parte, em funções dessas grandes transformações que ocorreram por trás delas. A integração da qual eu falei, Ministros, dos anos 60, 61, que era uma tentativa que, digamos, desse pedaço da América do Sul, da América Latina, de se pensar, ainda não tinha muito a ver com a revolução, não tinha nada a ver com a revolução do setor produtivo. Tampouco tinha a ver ainda com a questão das transformações das multinacionais. Ela tinha a ver somente com o fato de que se buscavam mercados maiores. E isto é pouco, isto que parecia

muito naquela escala, a busca de escala pouco. Os paulistas não se preocupavam com a ALALC porque tinham escala no Brasil para o sistema produtivo nosso da Então para que se preocupar com o resto. Não tinha sentido. Era uma idéia intelectual, chegar lá e perguntar que acha da integração, não acha nada, não sabe nada. Ele acha de vender uma maquininha de costurar, ali perto, na periferia de São Paulo, tudo bem. Isto já mudou.

A questão que está posta aqui, está posta que nós estamos agora diante, vamos dizer as coisas como são, de duas visões nesse momento. A visão, digamos assim, que foi aqui exposta ALADI, negociações crescentes entre nós e a visão ALCA que já responde ainda sem ter noção concreta de tudo, mas já começa a querer responder revolução do sistema produtivo mais amplo. São coisas psicológicas em planos distintos. Politicamente cabe a pergunta que foi feita aqui. Por quê? Porque, evidentemente, uma coisa eu conhecer que existe um processo no mundo, outra coisa eu perguntar como aqui meu país entra nesse processo no mundo, outra coisa eu perguntar como aqui meu país entra nesse processo, ele entra sem precauções, ele entra como se se tratasse de uma coisa cujo efeito eu não sei ou vou saber do efeito e vou medir as conseqüências, vou limitar que forem negativas e tirar proveito das que são positivas. Esse é o nosso desafio. O nosso desafio agora, dito em termos da linguagem da diplomacia brasileira, é saber se nós vamos baixar para a integração hemisférica via “building blocks” ou saber se se trata de algo que de repente surge como se nada houvesse do passado e de repente se propõe uma só, de uma só vez o Evidentemente a prudência indicaria que o um jogo de escala. Mas não temos que entender as realidades do mundo e estamos entendendo.

Como este processo de integração hemisférica corresponde a uma estrutura mais complexa de desafios do que o nosso processo integracionista, ele também tem muitas possibilidades de convencimento, se não para todos, para alguns.

Por outro lado, esses processos estão se dando isoladamente no mundo. Existe a Europa, a União Européia, existe a existe a China, existe o Japão, existe a ACE, existe uma série de alternativas e nós já temos uma história aqui já assinalada de discussão integracionista, de negociações entre nossos países, de interesses que vão perfilando, definições que se vão formando, nós temos, portanto, algum grau de opção e temos a responsabilidade de exercer as nossas opções, tendo em vista os interesses de nossos povos.

Acredito que nesta matéria, como em qualquer outra matéria de política nacional, não cabe uma atitude de exclusão e uma atitude de imposição. Os países todos que aqui estão se homogeneizam em certos aspectos e se diferenciam em outros e seus interesses são, aqui uso uma expressão que se usou aqui, de uma espécie de geometria variável no nosso entrosamento, uma certa geometria variável. Eu estava nesta Sala, não me lembro se foi nesta, estava aqui em Montevideu quando o então Chanceler do México Solana informou que o México ia marchar para o NAFTA. A posição do Brasil qual foi? Apoiou.

O Presidente Itamar Franco, eu era chanceler, colocou no seu discurso uma frase encorajadora ao México. Por quê? Porque queríamos nós que o México não participasse mais da ALADI ou não viesse a formar parte da comunidade das nações latino-americanas? Não. Porque entendemos que o México, dadas suas peculiaridades tem a liberdade, obviamente, de se adaptar circunstâncias que impõe novos desafios ao México. No momento em que o Chile discute se vai ter ou não vai ter “fast track” nós temos a mesma atitude. A economia chilena tem certas peculiaridades diferentes da economia brasileira e de outras mais que dão ao Chile a possibilidade de examinar esse caminho condição, penso eu, para que seja proveitoso para todos, de que esse não seja um caminho excludente e fizemos a Bolívia e faremos outros acordos mais, sempre que possível, dentro do guarda-chuva, do “sombreiro” da

ALADI.

Acho, já que os desafios são múltiplos e se colocam em planos muito diversos, respondem a questões muito diversas, objetivas no mundo contemporâneo, nós também não podemos nos fechar num só caminho. Isso implica que nós não podemos fechar também a idéia de que a ALCA já e como uma só negociação bateu o martelo e acabou, porque isso seria prejudicial nossa acumulação histórica e aos nossos interesses concretos atuais.

AALADI vai continuar sendo indispensável nessa negociação. Na medida em que nós entendamos a questão dos “buildings blocks” como uma questão não contra a integração hemisférica, mas como um caminho seguro para a integração hemisférica que seja benéfica para todos o guardachuvas o “paraguas” da ALADI passa a ser fundamental.

Eu creio que era esta mensagem que queria trazer de confiança na ALADI no seu papel neste momento tão decisivo em que nós, de espírito aberto, nos aproximamos de negociações que são negociações que vão definir, pelo menos, o começo do próximo século e a nossa capacidade de participação e para o limite dela nesse novo mundo que está se formando.

Não cabe a mim falar pela ALADI nem falar pelo conjunto dos países, mas sim pelo Brasil. O Brasil um país que tem uma estrutura de comércio, uma estrutura de produção e requer a sua permanência como “Block on trade”. O Brasil um país que parte de sua economia não se pode “encajonar” ficar preso numa só linha, como imagine que os Estados Unidos também o seja e como a Europa também o é ou como a China também o é e o Japão. Nós pertencemos à família de países que necessitam de um espaço de oxigênio mais amplo, portanto, essa vai ser nossa atitude. Vamos prestigiar a questão da integração hemisférica, mas vamos olhar também como muita objetividade os nossos interesses próprios na negociação ponto por ponto. E a nossa vontade, essa sim, inabalável de nos mantermos como parte

do MERCOSUL e como membros ativos da ALADI, negociando tratados com nossos vizinhos da América do Sul, negociando tratados com o México, negociando o que seja possível no sentido que seja positivo para os que estão nesta negociação, mas entendendo que o mundo está se transformando, requer formas de integração, porque a base produtiva mudou, porque tudo mudou e essa mudança implica em que os mercados locais estão insuficientes, não só pela questão de escala, com problemas de organização, com problemas das novas formas de produção, dos novos nichos de comércio que se vão abrir pelo mundo afora e, portanto, nós teremos posição construtiva.

Eu quero terminar ao reafirmar aqui o agradecimento brasileiro a tudo o que está sendo feito na ALADI, ao Presidente do Comitê, ao Secretário-Executivo, que meu compatriota e com ele mesmo fiz, foi meu companheiro nos tempos da CEPAL, ao nosso Embaixador Denot Medeiros aqui presente, aos demais embaixadores, ao reiterar esses agradecimentos, que quero terminar dizendo-lhes que, pelo menos, na visão que eu tenho de que nós estamos passando por uma fase criativa, inovadora da humanidade que vai produzir, está produzindo problemas terríveis, mais também está produzindo condições para que nós enfrentemos esses problemas da pobreza, esses problemas da exclusão, est., etc., dizendo que por isso mesmo, porque esse nosso modo de organizar a produção, ele cria também seus problemas, as formas integracionistas não podem se esgotar nos tratados, de comércio, nos tratados de tarifa, de “aranceles” tem que haver algumas idéias mais amplas que resgatem, simplesmente, a fase humana de um processo histórico, mas não estamos lidando com mercadorias, estamos lidando com gentes que produzem mercadorias e que consomem mercadorias. Não nos alienemos ao ponto de pensar que ao discutir as formas de segurar as mercadorias nós estamos resolvendo os problemas do ser humano, não estamos. E nós temos que insistir como políticos, aí já não mais, em termos de uma compreensão

analítica, mas como políticos, portanto, como alguém que tem valores que acredita que possível mudar o mundo, nós temos que insistir em qualquer que seja a nossa decisão nessas formas de integração no fato de que nós não podemos aceitar a assimetria, desigualdade e injustiça e quando estivermos discutindo a integração no nível hemisférico temos, de novo, insistir nesses pontos. Nós estamos vivendo em países cujas sociedades são muito desiguais e entre elas também muito desiguais. E se nós quisermos, tivermos também que pensar em termos renascentistas que implicam um novo humanismo, esse humanismo hoje não se trata mais, apenas de dizer que o homem a medida de todas as coisas, esse humanismo hoje implica em alguma dimensão de solidariedade, em alguma dimensão e pode parecer estranho que o Presidente da República ao

discutir integração venha colocar uma questão mas essa será nossa força até mesmo na discussão na ALCA, porque essa discussão hoje ela ultrapassa os governos e os estados nacionais que se levantem questões e bandeiras que vão facilitar que o processo de integrador realmente seja benéfico para as nossas sociedades.

Com esse espírito aberto, com uma ALADI capaz de ser o grande guarda-chuvas não apenas de negociações importantíssimas comerciais, mas também que introduza a sua jerga idéias, valores, eu tenho a impressão que nós podemos marchar juntos para construir sociedades melhores para nossos povos.

Muito obrigado aos Senhores, por toda a gentileza.

Convênio para a fixação do estatuto jurídico da fronteira Brasil-Uruguai

Discurso de Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da cerimônia da assinatura do ajuste complementar ao convênio para a fixação do estatuto jurídico da fronteira Brasil-Uruguai. Rivera, 6 de maio de 1997

Eu queria dizer apenas algumas palavras para expressar, antes de mais nada, o meu agrado por concluir a minha visita de Estado ao Uruguai por Rivera e Santana do Livramento.

O ato cuja assinatura acabamos de testemunhar apenas uma dimensão daquilo que nos trouxe até aqui.

Este lugar, esta região é o símbolo por excelência da amizade e da parceria entre o Brasil e o Uruguai, de tudo aquilo que compartilhamos e do que podemos fazer juntos.

De um lado e outro da fronteira, a perder de vista, o pampa e as coxilhas mostram como nos une a geografia. De um e outro lado da fronteira, brasileiros e uruguaios mostram como nos une uma história compartilhada e um projeto comum.

Aqui se faz realidade o ideal de que as fronteiras não devem separar e sim unir os povos. Os brasileiros e uruguaios destas regiões limítrofes criaram, ao longo de séculos, uma verdadeira civilização da fronteira, uma cultura que mescla e associa dois povos que convivem em perfeita harmonia e entendimento.

Por aqui passa também o Mercosul, que não é uma abstração, mas um projeto muito concreto que roda sobre a nossa malha viária, atravessa pontes e

usa a energia que cada vez mais compartilharemos.

A história tem comprovado que a integração é sem dúvida um fato político, mas que deita raízes fundas na geografia. E aqui, a geografia comum do Uruguai e do Brasil se estende diante dos olhos, a perder de vista, com a mesma imensidão da amizade que nos une há tantas décadas, mostrando o caminho da integração e da parceria permanente.

Nossos Governos felizmente compreenderam que essa característica singular do espaço fronteiriço entre o Uruguai e o Brasil exige também uma atenção singular. Por isso o Presidente Sanguinetti e eu quisemos vir aqui, juntos.

Vimos não apenas para testemunhar a assinatura de um novo Ajuste Complementar que moderniza, agiliza e facilita procedimentos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos dos dois países. Vimos também para homenagear essa comunidade singular que realiza quotidianamente os ideais mais elevados da boa convivência entre irmãos.

Temos uma obra diplomática em andamento aqui. Em 1993, ao assinarem o Convênio para a Fixação do Estatuto Jurídico da Fronteira, os Governos do Uruguai e do Brasil criaram um instrumento jurídico próprio para regular e facilitar

as relações nesta de fronteira terrestre, que reconheciam como sendo a mais viva e a mais aberta de seus países.

Contamos também, para o aperfeiçoamento desse convívio, com mecanismos de intercâmbio entre as autoridades e os setores sociais de Rivera e Santana do Livramento.

Os Comitês de Fronteira, que agora se estendem pelos mil quilômetros de nossa linha divisória, constituem uma experiência de especial significado para dar voz a essas comunidades e para dar-lhes maior capacidade de influir no encaminhamento para a solução de seus problemas.

Desde 1990, esses Comitês dão testemunho de uma integração democrática em que os diferentes níveis de Governo interagem com as sociedades civis na busca criativa de alternativas as situações especiais criadas pela convivência na fronteira.

A agenda desses encontros abrange questões de muita relevância e interesse direto para as comunidades locais, como a segurança, a saúde, o saneamento, o meio ambiente, aduanas integradas, turismo, transporte, cultura e educação.

Senhor Presidente,

Recentemente, os Chanceleres Ramos e Luiz Felipe Lampreia tiveram oportunidade de encontrarem-se em Rivera para, no contexto de um amplo intercâmbio sobre o relacionamento bilateral, passar em revista a cooperação fronteiriça para dar-lhe ainda mais dinamismo.

Na ocasião, entre outras iniciativas, foi criado o Grupo de Trabalho para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Conjunto Rivera-Santana do Livramento, que já se encontra em atividade.

Nesse entendimento, como em tantos outros na região da fronteira, contamos com o inestimável apoio do Governador Antônio Britto, ilustre santanense, que tão bem conhece a fronteira e que a ela tanto se dedica.

Não é sem razão que muitas das iniciativas

bilaterais entre nossos países voltam-se para a região da fronteira. Recentemente, no final do mês de janeiro, por ocasião de sua visita a Brasília, Senhor Presidente, para receber expressiva homenagem do Congresso Nacional, tivemos a oportunidade de presenciar a assinatura dos contratos para a construção, nesta cidade de Rivera, de uma estação conversora para a interconexão energética binacional.

E estão progredindo bem os trabalhos técnicos que levarão a uma interconexão de grande porte entre as redes elétricas de nossos países. Temos também trocado idéias e informações para promover o aperfeiçoamento da malha viária que vincula o Brasil ao Uruguai e nossos dois países aos demais sócios do Mercosul.

O processo de integração das economias de nossa região abriu novas potencialidades e gerou desafios que já vêm afetando profundamente a região da fronteira. Tenho certeza quanto aos esforços de renovação e de adequação novas circunstâncias que a economia da região fronteiriça está empreendendo luz da progressiva homogeneização do espaço econômico regional conduzida no contexto do Mercosul.

Senhor Presidente,

No obelisco instalado sobre a linha que marca o encontro dos territórios de nossos dois países, inauguramos hoje uma placa que registra este nosso encontro.

Como qualquer um dos históricos marcos desta fronteira comum, essa placa simboliza a amizade uruguaio-brasileira, que permanece forte e fraterna como sempre. Nós devemos muito do patrimônio de amizade brasileiro-uruguaia contribuição deste povo da fronteira. Ninguém melhor do que a gente de Rivera e Santana do Livramento compreende o sentido da nossa amizade, que se confunde com esse privilégio de ver sempre refletida, no horizonte, a imagem do destino comum que nos une e associa.

Muito obrigado.

Conselho de Relações Exteriores de Nova York

Palestra do Senhor Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, no Conselho de Relações Exteriores de Nova York. “Brasil: Novas Tendências e Seu Impacto Sobre a Política Externa Brasileira e Sobre as Relações Brasil-Estados Unidos”. Nova York, 18 de maio de 1997

Introdução

Agradecimento ao Conselho de Relações Exteriores de Nova York pela renovada oportunidade de falar aos atores envolvidos nas relações Brasil-Estados Unidos sobre a política externa brasileira e sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos.

A conscientização crescente no Brasil no que se refere à importância do debate público sobre política externa. Acaba de encontrar uma delegação do Conselho Nacional Americano de Organizações de Assuntos Mundiais; há um enorme potencial para o intercâmbio acadêmico no campo de assuntos internacionais e gostaríamos de nos beneficiar da experiência americana. Os Conselhos de Relações Exteriores podem ser úteis na promoção das relações Brasil-Estados Unidos, com base em um entendimento mais sólido entre nossos dois povos.

Estamos no processo de criação de uma instituição brasileira inspirada nos Conselhos Americanos de Relações Exteriores, preliminarmente denominado Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Seu objetivo é criar um fórum independente para o debate e a pesquisa de assuntos internacionais e política externa. Esperamos que, em breve, venha a servir aos mesmos propósitos

que os do Conselho de Relações Exteriores de Nova York. Também esperamos estabelecer um relacionamento construtivo com aquele Conselho.

Interesse crescente nas relações Brasil-Estados Unidos

O interesse pelo Brasil e por assuntos brasileiros vem aumentando nos Estados Unidos, graças a um melhor entendimento das tendências atuais das políticas econômicas e sociais no Brasil, sob a liderança do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Como demonstra a visita a ser realizada, em breve, pelo Presidente Clinton ao Brasil, há uma nova percepção no que refere à importância do país no contexto de um panorama mais abrangente da política externa norte-americana.

Parece-nos que os norte-americanos começam constatar a importância do mercado latino-americano e, especialmente, da parceria brasileira.

Os números são eloquentes: de cada dólar obtido pelos EUA em exportações, 40 centavos provêm da América Latina. Nosso hemisfério foi reconhecido como o mercado mais importante e um dos que oferecem maior potencial para produtos e serviços norte-americanos. O fluxo de capital norte-

americano na região está aumentando.

O Brasil é uma vitrine para esse renovado interesse dos EUA em nossa região: o comércio total entre o Brasil e os EUA praticamente duplicou nos últimos quatro anos. De 1994 a 1995, as importações brasileiras de produtos norte-americanos cresceu cerca de 55%. Os EUA continuam a ser o segundo maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da União Européia.

Política externa do Brasil: algumas vantagens permanentes

O Brasil tem vantagens que o apóiam em uma liderança mais forte em matérias regionais e internacionais:

O território brasileiro é maior do que a área continental contígua dos EUA; sua população equivale à da Rússia; seu PNB aproxima-se de um trilhão de dólares; tem dez vizinhos com os quais tem vivido em paz durante os últimos 125 anos; é uma democracia consolidada e um dos mercados emergentes mais importantes;

O Brasil faz parte do MERCOSUL, um exercício bem sucedido de integração regional, um compromisso firme e duradouro por parte de todos os seus membros, uma dimensão adicional para a identidade internacional de seus membros individuais e uma força em prol de laços mais fortes na América do Sul em todas as áreas, especialmente na do comércio. Acontecimentos recentes demonstram com eloquência a orientação diplomática do MERCOSUL (apoio à democracia no Paraguai, acordos de liberalização comercial com o Chile e a Bolívia, conversações com países andinos, papel ativo nas negociações da ALCA, negociações com a União Européia, com a SADC e ASEAN, etc.);

A política externa brasileira é universal e dedicada à consolidação das políticas internacionais que modificaram a natureza e as perspectivas da interação do Brasil com o mundo exterior. O Presidente está pessoal e ativamente comprometido com a política externa;

Estamos fortalecendo nossas parcerias tradicionais e estabelecendo novas parcerias, tanto no mundo desenvolvido quanto no mundo em desenvolvimento; o grau de interesse gerado pelo Brasil é medido, entre outros indicadores, pelo número significativo de visitantes de alto nível que vêm ao Brasil para um contato em primeira mão com a realidade do país e para estabelecer transações comerciais (os primeiros-ministros do Japão, da Alemanha e da China e o presidente francês são alguns desses visitantes mais recentes);

O Brasil tem um comércio exterior equilibrado e diversificado, tanto em termos de destinação quanto de composição. Em 1996, 28% das exportações brasileiras destinaram-se à União Européia, 22% à NAFTA e 21% a países da América do Sul (15% ao MERCOSUL);

Os produtos manufaturados (na sua maioria calçados, maquinário, suco de laranja, peças de automóveis e aeronaves) responderam por cerca de 55% de nossas exportações em 1996; produtos semi-manufaturados (couro, ferro e alumínio semi-processados e celulose), foram responsáveis por cerca de 22% das exportações; e os produtos básicos representaram 23% do total de nossas exportações.

Tendências atuais no Brasil

As tendências atuais intensificam a percepção de que o Brasil tornou-se um importante parceiro econômico e comercial no mundo em desenvolvimento, bem como um ator político de crescente relevância.

As tendências mostram uma consolidação constante das políticas governamentais:

A inflação está abaixo de dois dígitos e deve manter-se em cerca de 7% neste ano; há amplo apoio à consolidação sustentada das políticas que levaram a essa conquista histórica; a acentuada redução dos índices inflacionários beneficiou os segmentos mais carentes da sociedade, cortando a assim chamada taxa inflacionária que era imposta aos pobres, fortalecendo o poder aquisitivo da população e

permitindo que cerca de 13 milhões de brasileiros superassem sua condição de extrema pobreza;

A liberalização comercial e econômica foi cuidadosamente consolidada; há um sentimento crescente de que essas políticas servem a diversos propósitos complementares: ampliar a gama de opções, diminuir preços e aprimorar a qualidade de produtos e serviços para os consumidores; aumentar a competitividade e a produtividade manufatureira e industrial; preservar o nível de oferta, a fim e aliviar as pressões sobre a inflação; e permitir o aumento do investimento direto, a fim de explorar o potencial de um mercado de cerca de 160 milhões de pessoas, agora intensificado pelo MERCOSUL;

A abertura do mercado brasileiro trouxe efeitos positivos para a economia brasileira. A liberalização econômica é amplamente reconhecida pela sociedade brasileira como um benefício para o país, a despeito de divergências pontuais de opinião no que concerne à política governamental em áreas específicas. Essas divergências são inerentes ao contexto democrático no qual o processo de liberalização se desenvolve;

O compromisso com a liberalização comercial é firme; pela primeira vez o Governo brasileiro pode confiar em um corpo decisório intergovernamental, a Câmara de Comércio Exterior, que permite uma maior coordenação e um consenso entre os diversos ministérios envolvidos na área comercial;

As políticas traçadas para enfrentar os atuais desafios tais como a ALCA e a consolidação do MERCOSUL são sólidas e refletem extensas reuniões com todos os setores envolvidos, bem como estreita coordenação entre os órgãos federais responsáveis pelas políticas comerciais e econômicas;

A diminuição das tarifas de importação – de uma média de 52% para 14%, aliada à estabilização econômica, propiciou aos nossos parceiros oportunidades novas e singulares – os números da importação brasileira em 1996 assim o comprovam;

O investimento foi impulsionado pela

privatização de empresas estatais e o fim do monopólio estatal. Já privatizamos e estamos privatizando empresas sólidas e importantes, não apenas as de pequeno porte, como também as de setores como o de telecomunicações, que podem atrair grandes investimentos;

O investimento estrangeiro direto – cerca de 9,4 bilhões apenas em 1996 – é uma prova de que há confiança internacional no potencial do mercado brasileiro e nas políticas governamentais;

A emenda constitucional que permite a reeleição presidencial foi aprovada por uma esmagadora maioria na Câmara dos Deputados e está para ser aprovada no Senado. Este fato demonstra que o Presidente Cardoso e suas políticas contam com o apoio de uma vasta maioria;

A partir de agora, parece que o caminho da reforma será mais suave, concentrando-se em três áreas principais: reforma do Estado e administrativa, reforma fiscal e reforma da seguridade social. Da mesma forma, várias leis que regulamentam as mudanças institucionais implementadas no início do governo serão colocadas em vigor (telecomunicações, indústria do petróleo, etc.).

Além dessas tendências bastante positivas e sustentadas, podemos contar com algumas outras iniciativas que continuarão a produzir um impacto positivo sobre nossas relações com o mundo exterior:

Nos últimos anos, o governo reestruturou seus órgãos responsáveis pela aplicação de medidas “anti-dumping” e compensatórias, a fim de torná-los mais eficientes e confiáveis. [Medidas de salvaguarda sobre a importação de têxteis e brinquedos vêm sendo aplicadas desde o último ano, a fim de permitir a reestruturação da indústria nacional];

Não deveria haver dúvidas, agora, de que o Brasil está pronto para proteger suas empresas contra práticas injustas de comércio que afetem negativamente as exportações brasileiras. O envolvimento do Governo brasileiro em processos de resolução de controvérsias na

é prova disto. Acredito que todos os

participantes estão hoje plenamente cientes dos resultados da primeira controvérsia julgada pelo painel da OMC e pelo Órgão de Apelação, no que se refere às restrições às nossas exportações de gasolina para os EUA;

Do lado do acusado, o Painel da OMC manteve a posição do Brasil no que se refere às medidas compensatórias aplicadas pelo Governo sobre as importações de coco dissecado subsidiado das Filipinas. Esse caso está, no momento, sendo julgado pelo Órgão de Apelação da OMC;

Portanto, deveria ficar claro que o Brasil não irá entreter negociações comerciais que resultem em compromissos e benefícios unilaterais. Na medida em que os produtos de exportação brasileiros se tornam mais competitivos no mercado internacional, restrições mais severas são impostas à comercialização desses produtos. Calçados, derivados do aço, suco de laranja, têxteis, açúcar e tabaco, por exemplo, estão enfrentando severas barreiras protecionistas nos EUA, quer devido a medidas tarifárias ou a medidas não-tarifárias. E isso sem mencionar os subsídios concedidos a produtos agrícolas na Europa e nos EUA e os efeitos distorsivos desses subsídios sobre o comércio e os preços internacionais de produtos básicos;

Impacto das atuais tendências sobre a Política Externa Brasileira: alguns exemplos

O Brasil está aproveitando o renovado interesse que despertou em todo o mundo, bem como as oportunidades para conquistar parceiros tradicionais e novos.

A política externa do Brasil tem perseguido uma estratégia sustentada no sentido de intensificar parcerias. A diplomacia presidencial no Brasil foi concebida como um instrumento primordial na promoção da nova imagem do país no exterior. Visitas presidenciais foram planejadas, a fim de demonstrar um senso de equilíbrio entre parceiros desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como um senso de equilíbrio regional, refletindo o caráter universal da

política externa brasileira.

Estamos traduzindo os interesses no Brasil em oportunidades comerciais. As visitas presidenciais visam não apenas a contatos oficiais; a comunidade empresarial em todo o mundo tem sido um alvo constante e tem respondido positivamente às nossas abordagens.

O Brasil acrescentou algumas de suas tendências internas atuais como novas vantagens:

A possibilidade da reeleição para presidente mostra a disposição do Brasil em dar prosseguimento às políticas atuais; mais do que isso, mostra o firme compromisso do país com essas políticas;

A “maioria desorganizada de apoio” com a qual o Presidente vem contando, parece consolidar-se; os muitos desafios com os quais nos defrontaremos testará essa maioria repetidas vezes. Entretanto, essa tendência parece irreversível;

As questões externas que se nos apresentam produzem um forte impacto interno, uma vez que se relacionam com comércio, política industrial, concorrência estrangeira, equilíbrio comercial, fluxos de investimentos, etc. O MERCOSUL, a ALCA, as negociações entre o MERCOSUL e a União Européia, o futuro fortalecimento de nossas parcerias no hemisfério, na Europa, na Ásia e na África – afetam os consumidores, o emprego, a atividade econômica em geral e, mais importante ainda, a consolidação das inúmeras conquistas brasileiras.

A reciprocidade em termos de acesso a mercados tornou-se prioridade máxima para o Brasil. Quaisquer novas negociações sobre acesso a mercado (seja no nível multilateral ou hemisférico) deve ser precedida de francas discussões sobre o acesso de produtos brasileiros aos mercados de nossos parceiros comerciais.

As negociações para o lançamento da ALCA são prioridade máxima. O Brasil está participando ativamente nessa iniciativa e sediará, em maio deste ano, a III Reunião de Ministros de Comércio das Américas, em Belo Horizonte. Os pontos de vista do MERCOSUL sobre o processo de negociação

da ALCA são os seguintes:

As negociações devem ser responsáveis e irreversíveis; devem ser progressivas, permitindo que cada participante avalie sua posição a qualquer momento durante o processo;

As partes devem ter um mandato claro para negociações;

Os compromissos devem ser equilibrados e vantajosos para todos os participantes; deve-se prever tratamento diferenciado para produtos ou setores específicos;

O sucesso das iniciativas existentes no que

se refere à liberalização comercial e econômica, em termos regionais ou sub-regionais, não deve ser prejudicado pelas negociações da ALCA. Na realidade, vemos o processo hemisférico avançando sob uma abordagem de “tijolinhos”, no qual nosso compromisso com o regionalismo aberto seja totalmente respeitado.

Finalmente, estamos engajados em intensa atividade diplomática com a OMC. O Brasil deseja acelerar o processo de liberalização comercial, de conformidade com as normas da OMC e com o princípio de reciprocidade de interesses.



XVII Reunião Ministerial do Grupo de Cairns

Discurso de boas-vindas do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, aos participantes da XVII Reunião Ministerial do Grupo de Cairns. Rio de Janeiro, 5 de junho de 1997

Em nome do Governo brasileiro, o Ministro Arlindo Porto e eu lhes damos as boas-vindas a esta cidade do Rio de Janeiro que tão bem representa o Brasil e sua gente. uma grande honra sediar esta nova reunião ministerial do Grupo de Cairns e, em particular, saudar nesta oportunidade o Paraguai que pela primeira vez participará de nossos trabalhos como membro do Grupo, e dizer da satisfação com que recebemos, como observadores a do Sul e Bolívia.

Antes do batismo com o nome da cidade de Cairns, conhecidos como o Grupo dos 14 e como os Países Defensores do Comércio Agrícola Justo (The Fair Traders Countries in Agriculture). A descrição corresponde à realidade e o epíteto, que nos cai bem, resume perfeição nossas propostas e esforços em favor da maior liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas.

A existência do Grupo de Cairns garantiu terceira e importante referência ao debate sobre o comércio de produtos agrícolas na Rodada Uruguai. Contribuiu assim, para que o diálogo não se limitasse à expressão dos parceiros de maior peso. Os “Fair Traders”, fiéis a nossa bandeira sentimo-nos, por isso mesmo, em parte responsáveis pelos resultados obtidos. Terão sido poucos e ficado muito aquém de nossas expectativas.

Marcarão, porém, a definitiva inclusão da

agricultura na agenda multilateral do comércio e foi um primeiro passo no caminho que nos propomos seguir e completar, com o exercício constante da cooperação e do diálogo no nosso Grupo e com todos os demais parceiros.

Os números da FAO registram que a média anual das importações agrícolas mundiais, no período de 1984 a 1987, inclusive, foi de US\$ 25 bilhões, cerca de 11% das importações totais do mundo. Anos depois, no período de 1992 a 1994, as importações agrícolas atingiam a média anual de US\$ 377 bilhões, embora reduzidas então a 9,5% das importações totais. Os dados mais recentes sugerem que o comércio internacional dos produtos agrícolas continua a crescer significativamente, conquanto a um ritmo menor que o da vigorosa expansão do comércio mundial como um todo.

Entre 1984 e 1987, as importações de produtos agrícolas dos 15 países que formam hoje o Grupo de Cairns, foram em média de US\$ 14 bilhões anuais, e as exportações, de US\$ 50 bilhões. Entre 1992 e 1994, essas médias subiram, respectivamente, para US\$ 27,4 e US\$ 70,6 bilhões. Enquanto nossas importações de produtos agrícolas aumentaram, portanto, em 95% (contra uma expansão de 49% nas importações agrícolas mundiais), as exportações cresceram em torno de 40% (percentual bem menor

que os 56% das exportações agrícolas totais observadas no período).

Nesses mesmos intervalos de tempo, as importações anuais médias de produtos agrícolas pelos Estados Unidos da América, União Européia e Japão aumentaram em 56%, e suas exportações em 76%.

A grande maioria dos analistas coincide em que será cedo ainda para quantificar o impacto da Rodada Uruguaí sobre o Comércio internacional de produtos agrícolas. A experiência assinala, inequivocamente, porém, que há espaço para uma expansão contínua e sustentada desse comércio da qual todos os parceiros, a começar pelos maiores deles, têm se beneficiado grandemente.

A maior liberalização do comércio agrícola no mundo será, assim, o instrumento, por excelência, para a promoção desse crescimento desejável por todos. Condições mais equitativas de acesso a mercados serão, por sua vez, o elemento necessário para assegurar-lhe a continuidade.

Há, seguramente, muito por fazer, e nossa agenda no Rio de Janeiro reflete a importância dos desafios que temos pela frente. Ano passado, em Cingapura, endossamos a recomendação do Comitê de Agricultura da Organização Mundial de Comércio que definiu o início de um processo de análise da experiência acumulada e de intercâmbio de informação com vistas melhor preparação de todos para a rodada de negociações sobre agricultura mandatada pelo Acordo Agrícola de Marraqueche. Em Genebra, os “Fair Traders” de ontem e de hoje aprestamo-nos a participar ativamente das consultas informais e abertas que se celebram para tanto no Comitê, convencidos que estamos de sua importância para a consecução do objetivo da liberalização do comércio agrícola internacional a que estamos cometidos.

Muitos de nós e dos nossos parceiros comerciais têm considerado com atenção e crescente interesse a eventual celebração de uma nova rodada ampla de negociações com que marcaríamos a

inauguração de um novo milênio. No bojo dessa negociação mais ampla ou nos limites específicos das negociações já mandatadas ou incorporadas à agenda de nossos trabalhos, será preciso dedicar, com decisão. O tempo e a disposição necessários para que se logrem avanços efetivos e concretos no processo de liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas.

É grande e extremamente valiosa a contribuição da agricultura para a vitalidade de nossas economias e o bem-estar de nossos povos. As propostas dos “Fair Traders” continuam, mais do que nunca, válidas. Nunca, no entanto, reivindicamos a exclusividade da bandeira e, na verdade, esperamos, no Grupo de Cairns, vê-la compartilhada por todos os parceiros que tanto tem se beneficiado, como indicam os números, com o aumento do comércio internacional de produtos agrícolas.

Sem ter a pretensão de esgotar a pauta de temas de importância para os membros do Grupo de Cairns, vejo, do ponto-de-vista do Brasil, como pontos prioritários na promoção da maior liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas: o desmantelamento das barreiras não-tarifárias remanescentes; a continuada redução dos subsídios exportação até sua eliminação; a maior disciplina no recurso aos créditos a exportação; a condução eficiente e dentro dos princípios que fundamentam o Acordo Agrícola das negociações de acesso a OMC por novos membros; a progressiva eliminação de picos tarifários com eventual recurso a fixação de tetos universais e específicos; e a igualmente progressiva, mas sustentada, redução das medidas de apoio interno que projetem impactos adversos sobre o comércio internacional de produtos agrícolas.

A pauta extensa e de extraordinária importância para nossas sociedades e o sistema internacional de que somos todos partes. Nesse processo de diálogo e cooperação em que estamos engajados, permanece válida a razão de ser de Cairns. Requer-se ainda uma referência adicional,

positiva e construtiva, na interação de que depende a maior liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas. Nosso Grupo, heterogêneo na composição, não-excludente nas proposições e reunido na dedicação comum dos seus Membros à causa do comércio justo na agricultura pode, uma vez mais, assegurá-la.

Bem-vindos, pois. Antes de convidá-los, com o Ministro Arlindo Porto, a iniciar, sob a coordenação

do Ministro Tim Fischer, nossos trabalhos, permitam-me uma palavra de agradecimento à Presidência australiana, às delegações que contribuíram com estudos para nossos debates e, enfim, a todos os membros do Grupo de Cairns que colaboraram com entusiasmo para a boa preparação desta Reunião Ministerial.

Muito obrigado.



Tratado sobre a não-proliferação de armas nucleares

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da cerimônia de assinatura da mensagem que envia o tratado sobre a não-proliferação de armas nucleares ao exame do Congresso Nacional. Brasília, 20 de junho de 1997

Quero agradecer a presença de todos nesta cerimônia.

Este é um momento importante nas relações internacionais do Brasil. Por meio desta Mensagem, estou solicitando formalmente ao Congresso Nacional a autorização para que o Brasil ingresse no Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

Assim, estamos dando mais um exemplo do nosso compromisso com o desarmamento e a não proliferação e mais um passo para fortalecer as credenciais do Brasil na política internacional contemporânea.

Esta é de certa forma, a conclusão de um processo iniciado pela sociedade brasileira e consagrado na Constituição de 1988. Nela está refletido fielmente o sentimento popular de rejeição à bomba atômica e de defesa da convivência pacífica entre as nações.

Está madura há algum tempo no Brasil a consciência de que a aquisição da arma nuclear não corresponde aos interesses nacionais, não atende aos valores da cidadania e não tem espaço no bom entendimento que mantemos com nossos vizinhos latino-americanos e com nossos demais parceiros internacionais.

Por isso o Brasil vem adotando, nos últimos anos, uma série de medidas que traduz, no plano internacional, o compromisso assumido na Constituição.

Junto com a Argentina, e a partir do programa de ação exposto na Declaração de Foz de Iguaçu, o Brasil renunciou ao desenvolvimento do artefato nuclear explosivo; criou um sistema de inspeção bilateral; aderiu plenamente ao Tratado de Tlatelolco, que estabelece uma zona livre de armas nucleares na América Latina; e negociou um acordo comum de salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Graças a iniciativas como essas, a América do Sul hoje vista como uma estável, democrática e pacífica, empenhada em resolver problemas sociais prioritários. Deixamos de lado rivalidades estereis e ambições descabidas.

Todos os acordos que assinamos na área nuclear foram intensamente debatidos e examinados pelo Legislativo. Nenhuma medida foi adotada sem que o Congresso Nacional estivesse convencido de que correspondia ao interesse do País.

Em todos os casos a conclusão foi a mesma: o compromisso com o uso pacífico da energia nuclear projeta a imagem do Brasil, aumenta nossa influência

nas grandes questões internacionais e facilita a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.

Os acordos assinados até aqui são uma garantia juridicamente perfeita de que o Brasil não desenvolverá a arma nuclear.

Senhoras e Senhores,

A questão que se apresentava naturalmente ao Governo neste momento diz respeito precisamente a deixar ainda mais claros os nossos compromissos com o desarmamento e a não-proliferação nucleares, aderindo ao TNP.

A conclusão foi afirmativa. E nós chegamos a ela após uma cuidadosa reflexão no da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Queria compartilhar com os Senhores e com o país algo dessas reflexões.

Muito mudou desde o fim da Guerra Fria. O mundo de hoje é fundamentalmente diferente do que era há trinta anos. Há uma convergência cada vez maior sobre os objetivos do desarmamento e da não-proliferação nucleares.

O Brasil quer inserir-se ativamente nesse processo. Era tempo de reavaliar, com pragmatismo e serenidade, a posição brasileira frente ao TNP. Era tempo de decidirmos influenciar o processo de dentro. Não podíamos mais permanecer de fora, isolados e imobilizados.

Sabemos que o TNP por si só não representa uma solução definitiva para o problema da arma nuclear.

Ele foi concebido, no final dos anos sessenta, como uma solução provisória. Os países não-nucleares comprometeram-se a não adquirir armas atômicas. Em troca, as cinco potências nucleares prometeram facilitar o intercâmbio de tecnologia nuclear para fins pacíficos e a negociar o desarmamento nuclear.

Muitos países, inclusive o Brasil, mantiveram inicialmente uma atitude crítica em relação ao TNP, por considerar discriminatórios os termos do Tratado.

Era uma crítica essencialmente correta, sobretudo porque a corrida armamentista nuclear representava um descumprimento das obrigações das potências nucleares.

Mas isso também está mudando. Assistimos atualmente a uma inversão da corrida armamentista. Os acordos de redução de armas nucleares entre os Estados Unidos e a Rússia prevêm, pela primeira vez, cortes significativos, que já vêm sendo implementados. Esses cortes deveriam ser ainda mais rápidos, e envolver todas as cinco potências nucleares, mas pelo menos o sentido do processo agora é o correto. E o próprio processo tem gerado uma pressão adicional da opinião pública mundial em favor do desarmamento completo.

A bomba atômica vem perdendo legitimidade jurídica e importância política. Antes, a arma nuclear estava no centro do planejamento militar das superpotências. Pensava-se que a bomba era necessária para alcançar a condição de potência.

Hoje, ao contrário, a bomba atômica é vista apenas como fonte de riscos, custos e incertezas. Mesmo nas potências nucleares, a opinião pública vem reconhecendo que a bomba apenas aumenta a insegurança.

Ao mesmo tempo, países não-nucleares, mas fortes em produção econômica e em comércio, com coesão social e estabilidade política, conquistaram grande influência nas relações internacionais.

Estes são fatores essenciais de poder no mundo de hoje: competitividade e coesão social. É para isso que devemos dirigir todos os nossos esforços.

A Corte Internacional de Justiça, o mais alto judiciário internacional, determinou que houvesse uma obrigação jurídica não apenas de negociar, como diz o TNP, mas de concluir o processo de desarmamento nuclear.

Por isso, ingressar no TNP não é uma manifestação de resignação com o armamentismo nuclear. Ao contrário, será mais uma contribuição do Brasil para a causa do desarmamento e da não-

proliferação.

O TNP mudou, tornando-se mais universal, dinâmico e participativo. A partir de 1992, muitos países nele ingressaram, de forma que o TNP é hoje o tratado com maior aceitação internacional na história, num total de 185 membros, o mesmo número que a Carta da ONU. Todos os nossos vizinhos e todos os nossos principais parceiros internacionais são membros.

Só estão fora do Tratado cinco países. Destes, quatro alegam razões específicas, políticas ou de segurança, para não entrar. O quinto é o Brasil.

Nossa ausência não é compreendida. Pelo contrário, gera a perplexidade de nossos parceiros, até mesmo porque as críticas que sempre fizemos aos aspectos discriminatórios do TNP são compartilhadas pela maioria dos membros do Tratado. E porque temos uma história de luta pelo desarmamento, que só poderemos prosseguir se pudermos influir nas discussões, participando integralmente delas.

O TNP deixou de ser um instrumento de validade temporária e teve sua vigência prorrogada indefinidamente. Seu caráter dinâmico foi reforçado. Estabeleceu-se uma lista de princípios e objetivos de não-proliferação e desarmamento nuclear e um mecanismo de exame e revisão semi-permanente, pelo qual os membros verificam em conjunto o cumprimento dos objetivos do TNP.

O TNP é agora um foro ativo de desarmamento e não-proliferação, como manda o seu artigo VI. E pode ser um foro importante para o desenvolvimento da cooperação para usos pacíficos da energia nuclear, como especifica o seu artigo IV.

O Brasil, como não é membro, não pode

participar desse processo, falar nesse foro, influenciá-lo. E isso não corresponde a seu peso e papel no cenário internacional, nem, estou certo, ao desejo da sociedade brasileira.

Ausentando-se do Tratado, o Brasil nada ganha. Entrando, nada perde, até porque já assumimos compromissos de não-proliferação na Constituição de 1988 e em outros acordos.

Mas, ao ingressar no TNP, o Brasil pode ganhar muito, em termos de projeção internacional e participação em mecanismos de decisão. Estamos fortalecendo ainda mais as nossas credenciais e a nossa credibilidade.

Temos de renovar e fortalecer constantemente nosso compromisso com o desarmamento e a não-proliferação em todos os campos, especialmente o nuclear.

Vamos continuar a trabalhar pelo desarmamento geral e completo, em bases de equilíbrio e segurança. Vamos fazê-lo dentro do Tratado, atuando para corrigir seus desequilíbrios, ao lado de nossos principais parceiros, o que se espera de um membro responsável da comunidade internacional. É o que se impõe a um país que, como o Brasil, quer dar uma contribuição relevante para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Não é uma questão de Governo. É uma questão de Estado. E sobretudo, o que deseja a sociedade brasileira.

Por isso, o Governo toma hoje a iniciativa de propor o ingresso do Brasil no TNP e conta com a aprovação do Congresso Nacional, ao qual tenho a honra de encaminhar agora esta Mensagem e o texto em português do Tratado.

Muito obrigado.



Assembléia-Geral das Nações Unidas para avaliação da implementação da Agenda 21

Palavras de boas-vindas do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da abertura da sessão especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas para avaliação da implementação da agenda 21. Nova York, 23 de junho de 1997

Para mim é uma grande alegria estar nas Nações Unidas, e em nome do Brasil, anfitrião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - dar as boas-vindas a todos os que vieram tomar parte nesta Sessão Especial da Assembléia-Geral, dedicada à avaliação dos resultados obtidos na promoção do desenvolvimento sustentável desde o notável encontro de 1992, no Rio de Janeiro.

Hoje, com muita expectativa, as atenções de todo o mundo voltam-se para as Nações Unidas. Desta organização, todos esperamos ações que contribuirão decisivamente para que o próximo século seja testemunha de um mundo melhor e mais justo.

Fico encorajado ao ver que tantos Chefes de Estado e de Governo, bem como outras altas autoridades, responderam ao chamado de trazer a voz de seus povos a este foro global. É gratificante ver tantos amigos e colegas comparecerem a um evento que certamente construirá mais um marco importante nas relações internacionais.

A conferência do Rio deixou claro, há cinco

anos, o quanto um encontro de cúpula pode angariar em termos de liderança e visibilidade, elementos imprescindíveis para fazer avançar os propósitos desta Sessão Especial, que são o fortalecimento dos nossos compromissos e a promoção ainda maior da cooperação internacional nas áreas do meio ambiente e do desenvolvimento.

O que nos traz aqui é a preocupação comum com o nosso futuro e com o futuro dos nossos filhos.

Nos reunimos sob as luzes da atenção mundial. Em toda parte, este evento estará sendo acompanhado com interesse e com a sincera esperança de que saberemos manter, traduzindo-a em ações concretas, nossa promessa de lutar pelo desenvolvimento sustentável e por um meio ambiente mais seguro.

Temos uma oportunidade singular para renovar a parceria forjada no Rio de Janeiro em 1992. Vamos utilizá-la com sabedoria.

Confio em que seremos bem-sucedidos nessa tarefa.

Bem-vindos a esta Sessão Especial e muito obrigado a todos.



ATOS INTERNACIONAIS

Protocolo de Prorrogação dos Acordos de Alcance Parcial de Natureza Comercial, entre Brasil e México. Montevideú, 27 de janeiro de 1997

Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre os Estados Partes do Mercosul e Chile. Montevideú, 17 de fevereiro de 1997

Vigésimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 2, entre Brasil e Uruguai. Montevideú, 20 de fevereiro de 1997

Protocolo de Registro do Acordo de Complementação Econômica nº 36, entre os Estados Partes do Mercosul e a Bolívia. Montevideú, 27 de fevereiro de 1997

Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre os Governos dos Estados Partes do Mercosul e o Governo da República do Chile. Montevideú, 28 de fevereiro de 1997

Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre os Estados Partes do Mercosul e o Chile. Montevideú, 3 de março de 1997

1º Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica, entre Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Montevideú, 5 de março de

Acordo Regional nº 7 de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica, entre Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Montevideú, 5 de março de

Emendas de 1997 ao Código Internacional para a Construção e Equipagem de Navios que Transportem Produtos Químicos Perigosos a Granel. Londres, 10 de março de

Acordo para o Estabelecimento do Centro de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos. Brasília, 11 de março de 1997

Ata de Retificação do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre os Estados Partes do Mercosul e Chile. Montevideú, 31 de março de 1997

Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre o Mercosul e o Chile. Montevideú, 14 de abril de 1997

Convenção de Direito do Uso Não-Navegável dos Cursos de Águas Internacionais. Nova York, 21 de maio de 1997

11º Protocolo Adicional ao Acordo Regional de Abertura de Mercados da Bolívia (Acordo nº 1). Montevideú, 27 de maio de 1997

Texto Modificativo ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, aprovado pela Resolução B/BG/97/05

Declaração Presidencial sobre a Consulta e Concertação Política dos Estados Partes do Mercosul. Assunção, 17 de junho de 1997

Instrumento de Emenda à Constituição da OIT. Genebra, 19 de junho de 1997

Acordo Complementar ao Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa. Assunção, 19 de junho de 1997

Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul. Assunção, 19 de junho de 1997

Protocolo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para Exercício de Atividades Acadêmicas nos Países Membros do Mercosul e seu Anexo feito em Buenos Aires, em 23 de julho de 1998. Assunção, 19 de junho de 1997

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Notas para a apresentação do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na sessão de abertura do II Seminário “A Mulher e Mercosul”. São Paulo, 29 de abril de 1997

Introdução

- Quero, antes de mais nada, agradecer ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, através da Dra. Rosiska Darcy de Oliveira, bem como ao Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - UNIFEM - pelo generoso convite para participar deste Seminário sobre a “Mulher e o Mercosul”.

(Prevê-se a presença, na sessão de abertura, da Dra. Ruth Cardoso, da Sra. Rosiska Darcy de Oliveira, do Governador Mário Covas, do Sr. Juan Adolfo Singer, Presidente do Parlatino, e da Sra. Ana Maria Brasileiro, Chefe da Sessão para a América Latina e o Caribe do UNIFEM).

- Trata-se de um tema muito atual, pois se coaduna com uma visão mais ampla do Mercosul no circunscrita apenas esfera econômica. O Mercosul é uma obra conjunta das sociedades de seus quatro países membros, cujo impacto vai muito além da facilitação de negócios, das reduções tarifárias ou do incremento do comércio.

- O Mercosul é um projeto cujo objetivo final é estabelecer um mercado no qual mão-de-obra, bens e serviços circulem livremente. Por isso, toca fundo o interesse de brasileiros, argentinos, paraguaios e uruguaios, que sentem a necessidade de adaptar-se aos novos tempos de integração.

- Somos desafiados a entender o mercado

como um espaço mais amplo, com uma dinâmica própria que já não respeita as fronteiras nacionais. Globalização e integração regional são os grandes movimentos que estão na raiz dessa transformação do sistema internacional contemporâneo. Não são opções a fazer ou ideologias a professar ou combater; são uma realidade que apresenta oportunidades, desafios e riscos para os quais devemos estar preparados.

A Globalização e seu impacto nas relações internacionais

- A globalização é a forma que se encontrou para descrever um novo processo produtivo em escala mundial. O que antes era feito por uns poucos países ou mesmo por um país hoje é parte de uma cadeia muito mais extensa, na qual predominam fatores como custo, qualidade, competitividade, retorno. Os fluxos de investimento passam, assim, a buscar aqueles países que encontram plenamente inseridos na cadeia produtiva.

- Aspectos básicos da vida dos Estados soberanos, como o nível da atividade econômica, o nível de emprego, a competitividade de seus produtos com impacto sobre o bem-estar social, a estabilidade política e econômica - passaram a refletir acontecimentos no plano externo.

- Essa dimensão internacional mais importante da vida de Estados levou a uma reorganização de prioridades. Hoje, o poder nacional mede-se pelos indicadores sociais, pela capacidade tecnológica e pela competitividade econômica.

- Mas a globalização não vai por si só resolver

problemas sérios como a pobreza, as desigualdades sociais e regionais, a concentração de riqueza, o mau uso do meio ambiente e as agressões contra os direitos de grupos ou indivíduos nos países de todo o mundo. Por isso, precisamos entender o fenômeno para melhor lidar com ele.

- É do sucesso econômico e social que dependem os elementos fundamentais para o fortalecimento do estado: estabilidade política social, crescimento econômico sustentável, geração de emprego bem-estar da população. Uma sociedade mal integrada e com baixo desempenho econômico é muito mais suscetível aos riscos da globalização.

- O Brasil tem buscado adaptar-se a essa nova realidade. A liberalização econômica e as reformas estruturais em curso são fatores essenciais da inserção do Brasil no mundo globalizado. Tudo isso sob a da democracia, que assentou raízes e consolidou-se nos anos, conferindo transformações econômicas operadas pelo Governo o selo indelével da legitimidade.

- Um fator sumamente importante na estratégia brasileira de inserção no mundo da globalização é a integração, através do Mercosul.

- O Mercosul é a tradução do salto qualitativo experimentado em nossas relações com os nossos vizinhos ao Sul desde meados da década de oitenta. Hoje, a palavra de ordem nessas relações é a parceria, sobretudo entre os dois maiores sócios do empreendimento -Brasil e Argentina - que no passado se olhavam sob o Signo da competição.

(Acabo de estar no Rio de Janeiro, acompanhando o Senhor Presidente da República em encontro com o Presidente Carlos Menem, cujos resultados são uma demonstração do nível excepcional de cooperação a que chegamos com a Argentina e da maturidade de nossas relações.)

- O Mercosul é hoje mais do que uma prioridade da política externa brasileira. parte integrante da personalidade internacional do Brasil e dos seus demais membros, fortalecendo as respectivas credenciais e constituindo um notável

cartão de visitas com que se apresentar ao mundo.

- O Mercosul já se consolidou como instrumento de política econômica para seus Estados-membros. O comércio entre os membros quadruplicou nos cinco anos, ao passo que o comércio internacional do Mercosul dobrou no mesmo período. Continuaremos a trabalhar por sua consolidação e em seu aprofundamento em outras

Notas para o discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em almoço organizado pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá. Toronto, 23 de abril de 1997.

Introdução

- Satisfação pela oportunidade de falar à comunidade empresarial canadense, no contexto de uma visita que expressa o interesse de Brasil e Canadá de dar novos passos no sentido do aprofundamento de suas relações, valendo-se do novo impulso adquirido por essas relações desde a visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Jean Chrétien, em janeiro de 1995, no primeiro mês de meu governo.

- Para entender em sua plena dimensão as perspectivas que se abrem no relacionamento econômico Brasil-Canadá, é necessário compreender as mudanças recentes na economia brasileira e a evolução do panorama regional e hemisférico dos processos de integração.

Situação econômico-social no Brasil

- Trago ao Canadá a palavra de um Brasil novo, de um Brasil que estabilizou sua economia e sua moeda. As condições macro-econômicas são extremamente favoráveis. O Plano Real fez cair a inflação brasileira de cerca de 1.000% anuais em 1994 para cerca de 20% em 1995 e para aproximadamente 10% em 1996.

- Já é igualmente conhecida nossa abertura ao comércio exterior. A média das tarifas aplicadas pelo Brasil a importações, que era de 52%, é hoje de 12%. Paralelamente, eliminamos diversos obstáculos não-tarifários que, no passado,

dificultavam o acesso de produtos estrangeiros ao mercado brasileiro. Esse fato, somado expansão da economia, proporcionou um aumento muito significativo de nosso comércio exterior. Nosso volume de comércio com o mundo, que em 1990 era de US\$ 52,1 bilhões (o que correspondia a cerca de 12% do PIB), praticamente dobrou, alcançando o nível de US\$ 101,1 bilhões em 1996 (cerca de 15% do PIB).

- Foi particularmente notável o dinamismo de nossas importações, que cresceram mais de 100% desde o início da década. - Esse processo de aumento significativo das importações tem sido muito importante para o País, como forma de propiciar acesso a matérias-primas, produtos intermediários, mas sobretudo a máquinas e equipamentos importados a preços mais baixos, o que representa um fator de impulso considerável competitividade de nossa economia, além de contribuir para a sua estabilidade.

- Avanços na privatização. Recentemente, importantes iniciativas em setores de infra-estrutura (elétrico, energia, mineração, comunicações, transportes). Ao final de seu quinto ano de funcionamento (1996), o programa de privatizações alcançou uma receita acumulada de cerca de US\$ 15 bilhões.

- Entre 1995 e 1996, o investimento direto estrangeiro mais do que triplicou, passando de cerca de US\$ 2,9 bilhões para aproximadamente US\$ 9,4 bilhões.

- Nossas reservas de divisas internacionais estão próximas de US\$ 60 bilhões.

- Existe transparência na gestão da economia e o Governo está empenhado na realização da reformas necessárias para modernizar e racionalizar o Estado brasileiro, assim como para assegurar as condições para preservar a estabilidade econômica em longo prazo. Criação das novas agências: ênfase no caráter público do Estado, eliminação de vícios clientelistas e corporativistas.

- As mudanças em curso têm tido efeito

positivo também sobre a questão social. Há sinais de melhora na distribuição de renda desde a aplicação do Plano Real e verificou-se uma melhora significativa na situação dos segmentos mais pobres. Desde 1993, cerca de 13 milhões de cidadãos brasileiros superaram a linha da pobreza, passando a integrar-se ao mercado de consumo de bens e serviços, o que por sua vez constitui um vigoroso impulso ao crescimento econômico. A taxa de mortalidade infantil caiu, no plano nacional, em mais de 28%, desde o momento da implantação do Real até 1996. A justiça social é hoje uma prioridade da sociedade brasileira, e a estabilidade econômica alcançada com o Real nos permite dar conteúdo efetivo a essa prioridade.

- As mudanças que estão se realizando no Brasil têm a solidez das decisões que emanam de processos decisórios democráticos, abertos e transparentes. Isso lhes assegura confiabilidade e previsibilidade. Os agentes econômicos conhecem bem as decisões de política econômica e têm a confiança para realizar com segurança, com capacidade de previsão, as suas próprias decisões de investimento.

Integração regional e hemisférica

- Êxito do MERCOSUL como fator de impulso do comércio e investimento entre os quatro países membros. Desde a assinatura do Tratado de Assunção (1991), o intercâmbio comercial entre os quatro países mais que triplicou, alcançando mais de US\$ 14 bilhões no ano passado. O MERCOSUL representa um mercado de cerca de 200 milhões de consumidores e um PIB de US\$ 1 trilhão.

- Ampliaram-se também as trocas com as demais regiões do mundo, registrando-se um crescimento de 106% nas importações e 29% nas exportações. Modelo aberto de integração regional. Compatível com o perfil diversificado do comércio exterior brasileiro e com nosso interesse em reforçar o multilateralismo comercial e a OMC.

- Acordos de livre-comércio do MERCOSUL com o Chile e a Bolívia. Novas

perspectivas de comércio e investimento. Estamos em entendimento também com os países do Pacto Andino, com vistas à criação de um espaço econômico integrado na América do Sul.

- O Brasil sediará, em Belo Horizonte, dentro de poucas semanas, a II reunião de Ministros responsáveis pelo comércio do Hemisfério. Será um evento crucial para o projeto de uma Livre Comércio das Américas (ALCA), onde se decidirá sobre o como e o quando para as negociações da ALCA, com vistas à sua conclusão em 2005, conforme previsto na Cúpula de Miami.

- Importância que atribuímos ao objetivo de livre-comércio nas Américas. O fortalecimento de nossas relações com os países do continente, através do dinamismo do comércio intra-hemisférico e dos fluxos de investimento - sem prejuízo de nosso padrão equilibrado e diversificado de comércio com os principais pólos econômicos do mundo - o aspecto indispensável com vistas à plena inserção do Brasil na economia internacional. Na presidência pro-tempore do processo, o Brasil tem buscado contribuir para que o projeto se materialize e para que a ALCA possa converter-se em realidade.

- Necessidade de que os processos de integração reflitam a indispensável legitimidade democrática que os fundamenta. Para realizar-se, a ALCA deve ser a expressão de um consenso dentro e entre os países, consenso que se deve construir com visão histórica e com a capacidade de tomar em conta as diferentes situações vividas pelos distintos países de nosso hemisfério.

- É muito importante que o ritmo e as modalidades adotados para a ALCA reflitam as preocupações dos vários países - especialmente tendo-se presente as assimetrias de desenvolvimento econômico que se verificam no hemisfério.

- Para o Brasil, que já realizou recentemente um grande esforço de abertura de sua economia, e que continua a enfrentar inúmeras barreiras que limitam suas exportações, em particular as mais competitivas (como calçados, produtos siderúrgicos

e metalúrgicos, suco de laranja, têxteis, açúcar, tabaco, carne de frango), é essencial que as negociações sobre livre-comércio envolvam o elemento indispensável de reciprocidade. O setor agrícola é um componente que não poderá estar ausente de um resultado equilibrado das negociações da ALCA.

- Entendemos a ALCA como um resultado que se fundamentará nos agrupamentos regionais já existentes no hemisfério, que devem funcionar com *building blocks* com os quais se armará a estrutura do livre-comércio no continente.

- É necessário, portanto, que as negociações da ALCA tenham caráter gradual e progressivo, seguindo um cronograma compatível com a consolidação e o aperfeiçoamento dos diversos esquemas de integração já existentes.

- A integração não se resume apenas a negociações comerciais. Ela só tem sentido se contribui para melhorar as condições de vida dos povos. Especial importância da educação, fator crucial para a cidadania, o trabalho, o emprego, para o dos investimentos e para a compreensão mútua entre as distintas culturas. Esse aspecto deve ser incorporado aos esforços de construção de um espaço de integração nas Américas.

Brasil-Canadá

- Importante relacionamento econômico, tanto na área comercial como na área de investimentos. O intercâmbio revela, contudo, um grande potencial de crescimento. Para isso, é indispensável a capacidade dos empresários dos dois países de identificar e aproveitar as oportunidades que se abrem.

- Comércio bilateral: o vaquem de comércio cresceu mais de 22% em dois anos (de cerca de US\$ 1300.00, em 1994, para aproximadamente US\$ 1600.00 em 1996).

- Esse crescimento se deveu ao aumento nas importações brasileiras do Canadá, que registraram acréscimo de mais de 40% no mesmo período. As

exportações brasileiras para o Canadá reduziram-se, de US\$ 500 milhões em 1994 para US\$ 470 em 1996.

- Empresas canadenses têm presença tradicional no mercado brasileiro e têm sabido explorar as oportunidades que se abrem atualmente no Brasil, graças à estabilidade da moeda e a reformas que estamos efetuando. Em muitos dos setores que o Brasil está abrindo participação do setor privado, como telecomunicações, mineração, transporte e energia, a indústria canadense tem uma presença global importante.

- Brasil e Canadá têm interesses convergentes na do comércio agrícola. Este um setor que tem enorme impacto para a viabilidade do desenvolvimento socialmente e ambientalmente sustentável, e que para o Brasil tem importância muito especial. Impõe-se a necessidade de um esforço mundial para eliminar práticas protecionistas nessa para dismantelar as políticas distorsivas de apoio e de subsídio.

Perspectivas - Importância do diálogo Brasil-Canadá

- Desde a visita ao Brasil do Primeiro Ministro Jean Chrétien, em janeiro de 1995, o relacionamento bilateral vem adquirindo maior densidade, com a definição de novos mecanismos institucionais e o amadurecimento de diversas iniciativas conjuntas. Os entendimentos com vistas à criação de um “quadro negociador” MERCOSUL-Canadá deverão permitir dar maior estabilidade, previsibilidade e segurança aos agentes econômicos.

- Estamos ganhando qualidade e intensidade em nossa cooperação. Os aspectos descritos acima - a situação favorável da economia brasileira, sua abertura, as importantes perspectivas na da integração regional e hemisférica e a maior densidade da cooperação bilateral - tornam o atual momento especialmente propício para a criatividade e a capacidade de iniciativa dos empresários de ambos os países.

Brazil: new trends and their Impact on Brazilian Foreign Policy and Brazil-US Relations”. Nova York, Talking Points, New York Council On Foreign Relations. 18 De Março De 1997

Introduction

1. Thank the New York Council on Foreign Relations for the renewed opportunity to address active players in Brazilian-American relations on the subject of Brazilian foreign policy and Brazilian-US relations.

2. Growing awareness in Brazil of the importance of public debate on foreign policy. Just met a delegation of the American National Council of World Affairs Organizations; there is an immense potential for academic exchange in the field of international affairs and we would like to benefit from the American experience. The Councils on Foreign Relations can be instrumental in promoting Brazilian-US relations on the basis of a sounder understanding between our two peoples.

3. We are in the process of creating a Brazilian institution inspired in the American Councils on Foreign Relations, tentatively named the Brazilian Center for International Relations (CEBRI). It will be aimed at providing an independent locus for the debate and the research on international affairs and foreign policy. We hope that soon it will offer it for the same purposes that the New York Council on Foreign Relations serve. We also hope to build a constructive relationship with this Council.

Growing interest in US-Brazilian relations

4. Interest in Brazil and in Brazilian affairs is growing in the US thanks to a better understanding of current trends in Brazilian economic and social policies under President Fernando Henrique Cardoso’s leadership. As the upcoming visit to Brazil by President Clinton demonstrates, there is a new perception of the country’s importance in the broader panorama of American foreign policy.

5. Americans now seem to realize the importance of the Latin American market and

especially of the Brazilian partnership.

6. Figures are eloquent: of every dollar the US earns in exports, 40 cents come from Latin America. Our Hemisphere has been recognized as the most important market and one of most potential for American goods and services. The flow of American capital to the region is on the rise.

7. Brazil is a show-case for this renewed American interest in our region: total trade between Brazil and the US has almost doubled in the last 4 years. From 1994 to 1995, Brazilian imports of US products grew about 55%. The US remains Brazil's second largest trading partner, behind only the EU.

Brazil's foreign policy: some permanent assets

8. Brazil has assets that support a stronger leadership for it in regional and international matters:

- Brazil's territory is larger than the contiguous continental US; its population equals Russia's; its GDP is approaching one trillion dollars; it has ten neighbors with which it has lived in peace for the last 125 years; it is a consolidated democracy and one of the most important emerging markets;

- Brazil is part of Mercosul, a successful exercise in regional integration, a firm and lasting commitment by all its members, an added dimension to the international identity of its individual participants and a force towards stronger ties in South America in all fields, especially in the area of trade. Recent developments have been eloquent about Mercosul's diplomatic drive (support for democracy in Paraguay, trade liberalization agreements with Chile and Bolivia, talks with the Andean countries, active role in FTAA negotiations, negotiations with the EU, talks with SADC and ASEAN, etc.);

- Brazil's foreign policy is universal and devoted to the consolidation of the internal policies that have changed the nature and the perspectives of Brazil's interaction with the outside world. The President has been personally and actively committed to foreign policy.

- We have been strengthening our traditional

partnerships and building new ones, both in the developed and developing world; the amount of interest that Brazil generates is measured, among other indicators, by the significant number of high-level visitors that come to Brazil for a first-hand contact with its realities and to do business (Prime- Ministers of Japan, Germany and China, and French President are some of the recent visitors).

- Brazil has a balanced and diversified foreign trade, both in terms of destination and composition. In 1996, 28% of Brazilian exports were directed to the European Union, 22% to NAFTA and 21% to South American countries (15% to MERCOSUL).

- Manufactured goods (mostly footwear, machinery, orange juice, auto parts and aircraft) were about 55% of our exports in 1996; semi-manufactured goods (leather, semi-processed iron and aluminum, cellulose) were about 22% of exports; commodities were about 23% of total exports.

Current trends in Brazil

9. Current trends enhance the perception that Brazil has become an important economic and trade partner in the developing world, as well as a political player of growing importance.

10. Trends show a steady consolidation of the Administration's policies:

- Inflation is below the two digit figure and should be held at around 7% this year; there is widespread support for the sustained consolidation of the policies that led to this historical achievement; sharp reduction in inflation rates has benefited the poorer segments of Brazilian society, cutting the so-called inflationary tax that was imposed on the poor, strengthening the purchasing power of the population and allowing for around 13 million Brazilians to overcome extreme poverty;

- Trade and economic liberalization have been carefully consolidated; there is a growing sense that these policies serve several complementary purposes: to allow for more options, lower prices and better quality goods and services for consumers; to increase

competitiveness and productivity of the Brazilian manufacture and industry; to maintain the level of supply in order to ease pressures on inflation; and to allow for more direct investment in order to explore the potential of a market of around 160 million people, now enhanced by Mercosul;

- The opening of the Brazilian market has had positive effects on Brazilian economy. Economic liberalization is widely recognized by Brazilian society as a benefit to the country, in spite of punctual differences of opinion regarding Government policy in specific areas. Such differences are inherent to the democratic context in which liberalization is taking place;

- The commitment to trade liberalization is firm; for the first time the Brazilian government can rely on an intergovernmental decision-making body, the Chamber of Foreign Trade, that allows for greater coordination and consensus among the several Ministries with responsibilities in the trade area;

- The policies designed to deal with current challenges such as the FTAA and the consolidation of Mercosul are sound and reflect extensive consultation with all sectors involved and strict coordination among the federal agencies dealing with trade and economic policies;

- The decrease in import tariffs — from an average of 52 to 14% — and economic stabilization have provided our partners with new and unique business opportunities — the Brazilian import figures of 1996 are proof of that; - Investment has been boosted by the privatization of state companies and the end of state monopolies. We have already privatized and are in the process of privatizing strong and important companies, not small ones, and of opening up sectors, such as telecommunications, that can absorb large amounts of investment;

- Foreign direct investment — around 9.4 billion in 1996 alone — is proof that there is international confidence in the potential of the Brazilian market and in the Administration's policies;

- The constitutional amendment allowing presidential reelection was approved by an

overwhelming majority in the House of Representatives and is on the way for approval in the Senate. This shows a wide majority in support for both president Cardoso and his policies;

- From now on it seems the path of reform will be smoother, and will concentrate in three main areas: State and administrative reform, fiscal reform and social security reform. Also several pieces of legislation regulating constitutional changes brought about earlier in the Administration will be enacted (telecommunications, oil industry, etc.).

11. Besides those very positive and sustained trends, we can count on some other initiatives that will continue to have a positive impact on our relations with the outside world:

- In the last few years, the Government has re-structured its agencies responsible for the application of anti-dumping and countervailing measures, so as to make them more efficient and reliable. [Safeguard measures on imports of textiles and toys are being applied since last year, to allow for redressing the situation of the domestic industry];

- There should be no doubt by now that Brazil is ready to protect its companies against unfair trade practices which adversely affect Brazilian exports. The involvement of the Government of Brazil in Dispute Settlement procedures in the WTO is an evidence of this. I think all participants today are well aware of the results of the very first dispute judged by a WTO panel and Appellate Body, regarding restrictions on our exports of gasoline to the US;

- On the defendant side, a WTO Panel has withheld the Brazilian position on countervailing measures applied by the Government on imports of subsidized disseccated coconuts from the Philippines. This case is now under consideration by the WTO Appellate Body;

- Therefore, it should be clear that Brazil will not entertain trade negotiations which result in one-sided commitments and one-sided benefits. As Brazilian export products become more competitive in the international market, higher restrictions are

imposed on the trade of such products. Footwear, steel products, orange juice, textiles, sugar and tobacco, for instance, are faced with high protectionist barriers in the US, be it through tariff or non-tariff measures. Not to mention subsidies which are granted to agricultural products in Europe and in the US and the distortive effects of these subsidies on trade and international commodities prices;

Impact of current trends on Brazil's Foreign Policy: a few examples

12. Brazil is actively taking advantage of the renewed interest it has raised worldwide and of the opportunities to reach out to traditional and new partners.

13. Brazil's foreign policy has pursued a sustained strategy of enhancing partnerships. Presidential diplomacy in Brazil has been conceived as a prime instrument in promoting the country's new image abroad. Presidential visits have been planned in order to show a sense of balance between developed and developing partners as well as a sense of regional balance, reflecting the universal character of Brazil's foreign policy.

14. We are translating the interest in Brazil into trade and business opportunities. Presidential visits are aimed not only at official contacts; the business community around the world has been a constant target and has responded intensely to our approaches.

15. Brazil has added some of its current domestic trends as new assets:

- the possibility of reelection for the President shows the country's willingness to allow for the continuation of present policies; more than that, it shows the country's firm commitment to those policies;

- the "disorganized supportive majority" on which the President had been counting seems to be consolidating itself; many challenges lay ahead and will test this majority again and again, but this trend looks irreversible;

16. Foreign issues before us have had a strong internal impact, as they relate to trade, industrial policy,

foreign competition, trade balance, investment flows and so on. Mercosul, the FTAA, negotiations between Mercosul and the European Union, the further strengthening of our partnerships in the Hemisphere, in Europe, in Asia, and in Africa — all affect consumers, employment, the economic activity in general, and, most important, the consolidation of the many conquests Brazilians have achieved.

17. Reciprocity in terms of market access has become a top priority for Brazil. Any new negotiations on market access (be it at the multilateral or hemispheric level) must be preceded by a frank discussion about access of Brazilian products to the markets our trading partners.

18. Negotiations for the launching of FTAA are a high priority. Brazil is participating actively in this initiative, and will host, in May of this year, the III Meeting of Trade Ministers of the Americas, in Belo Horizonte. MERCOSUL's viewpoint as to how the FTAA negotiations should proceed is as follows:

- Negotiations must be responsible and irreversible; they must be progressive, allowing each participant to evaluate his position at any moment during the negotiations;

- Parties must have a clear negotiating mandate;

- Commitments must be balanced and advantageous for each and every participant in the negotiations; differential treatment for specific products or sectors must be envisaged.

- The success of existing initiatives for trade and economic liberalization, in regional or subregional terms, must not be hampered by the negotiations of the FTAA. In fact, we see the hemispheric process moving ahead according to a "building blocks" approach, in which our commitment to open regionalism is fully respected.

19. Finally, we are engaged in intense diplomatic activity in the WTO. Brazil is willing to further advance the process of trade liberalization, within the rules of the WTO and according to the principle of reciprocity of interests.

Notas para a aula Magna Ministrada pelo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em cerimônia na Universidade da República. Montevideu, 5 de maio de 1997

Agradecimentos pelo convite.

Admiração pela tradição intelectual uruguaia e pela preocupação com a educação.

1. Tema da palestra: a relação entre a atividade política e a reflexão sobre política: que distância existe entre a tribuna e a sala de aula, a ação política e a pesquisa?

Que relações existem entre a *vida contemplativa e a vida ativa*, como diziam os antigos?

2. Vivi plenamente as duas experiências e, hoje, nesta aula, tento distanciar-me da condição de político, de homem de Governo, para “pensar”, como professor, a minha atividade. É difícil esse exercício: de uma certa maneira, quando fala quem exerce função pública, não é o que se diz, mas quem diz que importa e, assim, se predetermina, muitas vezes, a forma pela qual e interpretado o discurso. Os políticos não teriam direito ao argumento objetivo. Em certas circunstâncias, isto pode ser verdade. Será sempre?

3. De qualquer maneira, a forma clássica de começar o exame do tema é distinguir conceitualmente as duas atividades, como se tivessem lógicas diferentes.

Assim, atribuem-se ao acadêmico as obrigações de pureza na pesquisa, isenção, objetividade, um tanto no modelo da ciência pura. *O estatuto ético é a liberdade, no contexto de uma separação supostamente absoluta entre fatos e valores, que seria condição necessária para a busca da verdade, ou no plano abstrato de uma ética da convicção.* Em contrapartida, a atividade política seria necessariamente contaminada pela ideologia, pelo interesse. Viveria as imposições do reino da necessidade e *o estatuto ético é a responsabilidade, a preocupação com as*

consequências.

4. Embora seja possível aprofundar a análise teórica da distinção, é interessante verificar que essas categorias têm uma representação histórica, encontram atores que a encarnam em determinados momentos. A minha formação na USP refletia, nos anos 50, justamente a tentativa de dar bases “científicas” ao trabalho do pesquisador social. O esforço em São Paulo era o da superação do “ensaísmo” que caracteriza a reflexão social no Brasil e, em certa medida, na América Latina até os anos 50. No caso brasileiro, um dos elementos decisivos para criar a mentalidade científica foi a presença de mestres franceses, como Bastide, Levi Strauss, e outros (em outros países da América Latina, terá sido a influência Americana).

5. Quem fazia a crítica dessa atitude era, no Rio de Janeiro, o ISEB, que visava justamente a propor, a partir de uma determinada reflexão filosófica e política, doutrinas de transformação social. Jaguaribe, p.e., dava os contornos de um nacionalismo moderno. Os paulistas criticavam o ISEB como “fábrica de ideologias”, como se fossem incompatíveis, a reflexão e o projeto político. A suposição era de que a escolha política contaminaria necessariamente a pesquisa.

6. Os dois lados da “controvérsia” tinham “razão”, lidavam com problemas reais: era preciso dar mais consistência ao conhecimento da realidade, ganhar condições de “rigor”, aperfeiçoar a qualidade da pesquisa, e, de outro lado, era impossível, para um intelectual, afastar-se olímpicamente de uma realidade injusta, em que a desigualdade era a norma, as formas autoritárias prevaleciam, etc. Poderia ir adiante e, em termos mais abstratos, dizer que o discurso sobre política, mesmo se a intenção meramente científica, “buscasse a verdade” e não influir sobre a realidade, já representaria uma opção, uma determinada maneira de pensar — e conseqüentemente agir sobre — o mundo. O desvendamento das coisas como elas são já em si um primeiro passo para transformá-las. A pureza

uspiana, bem ou mal, representava uma opção sobre as formas de representar a vida brasileira.

7. Se combinamos as duas tradições (intelectual na torre de marfim e a teoria como trampolim necessário e ideal para a ação política), chegamos a algumas indagações interessantes:

Olhando o problema do prisma acadêmico, a pergunta seria: e possível conciliar rigor e projeto? Que papel tem o rigor do conhecimento no projeto político?

Olhando o problema do prisma político: É possível conhecer, com alguma objetividade, o melhor projeto para determinadas circunstâncias históricas? O conhecimento predetermina o projeto?

8. Recorrendo, de novo, à história do pensamento latino-americano, poderíamos fazer algumas ilustrações. A CEPAL, especialmente com as reflexões de Prebisch, estabeleceu bases rigorosas de análise da realidade econômica latino-americana e, simultaneamente, liga a reflexão a um “projeto necessário” (da deterioração dos termos de intercâmbio, decorria a necessidade de substituição de importações). Neste caso, o *conhecimento precede a proposta*. De outro lado, as visões marxistas tendiam, em alguns casos, não todos, a simplificar a realidade, pelas exigências de ação política. A luta contra o autoritarismo abriu uma interessante reflexão sobre a questão da democracia (transição, modelos, resistências sociais, etc.) Nestes casos, a *necessidade política precede o conhecimento*. Não existe uma seqüência ideal, portanto, e, na realidade, os movimentos — conhecer por conhecer e conhecer para agir — normalmente nascem juntos.

9. A influência da CEPAL foi ampla e serviu, em termos latino-americanos para ganhos na qualidade da informação sobre a realidade. Determinadas propostas foram funcionais em determinado tempo histórico (a própria CEPAL foi obrigada a mudar, renovar o seu repertório de sugestões de “policies”). Quando e por que certas

propostas históricas se esgotam? Assim, um tema paralelo e que combina, dialeticamente, reflexão e projeto, tem que ver com o problema da mudança. Quem dá as pistas para a mudança?

10. A mudança, a transformação das sociedades é um tema central para quem trabalha, como cientista social ou político, na América Latina. Quando se fala em transformação, a referência necessária são valores, são os objetivos e rumos da transformação. São os valores que podem mobilizar politicamente, articular a base social da mudança.

11. Numa sociedade democrática, não devem existir “monopolistas” do valor, da verdade, dos ideais de mudança. As perspectivas — do intelectual, do político e, agora, das lideranças dos movimentos sociais (ONGs) — devem contribuir simultaneamente, no debate público, para que se alcance o equilíbrio entre o ideal e o possível. Exatamente porque o diálogo é passo necessário para a construção da legitimidade (na tradição de Habermas), as posições de quem participa não podem ser simplesmente de defesa de valores irrealizáveis para, simplesmente, ter ganhos de mobilização, de vantagens de curto prazo o *risco da perspectiva intelectual é transformar os fins em tática*. Uma das características dos valores a sua inesgotabilidade, apontam sempre para algo que ainda pode ser feito. Mas, isto não isenta, nem ao intelectual nem ao político, da responsabilidade de pensar em tempos e modos de realizá-los nas circunstâncias históricas dadas.

12. *O risco de o político esquecer os valores e tratar da atividade política como um fim em si, como algo que diz respeito somente posições de poder, as vantagens pessoais ou de um grupo*. Neste sentido, a política se converte em técnica, o mundo das “conseqüências” prevalece sobre os objetivos de bem comum.

13. Para o político, o benefício da referência intelectual, do diálogo com os valores, é justamente a de ir além do mundo do jogo de poder, buscar a orientação à pergunta: poderia ser feito melhor,

diferente, de forma que beneficiasse mais pessoas, etc., passa a ser uma referência obrigatória em cada processo decisório. Em contrapartida, o intelectual pode aprender com a atividade política que o limite também um valor que regula as formas fáceis de voluntarismo. Isto não significa que se diminua o impulso que a vontade de lutar por um mundo melhor arrefeça. Significa simplesmente entender que a vontade (de um homem, de um grupo, etc.) só uma parte da realidade.

14. Completaria o argumento com duas observações, uma mais teórica e outra mais volta para o mundo da prática.

14. A. Na vida republicana, como ensinava Montesquieu, o funcionamento do sistema político é inseparável da idéia de virtude política — tanto a do cidadão como a dos líderes. Em uma república — que remete à noção de participação democrática, livre e ativa dos cidadãos na definição e promoção do bem comum, da *res publica* — é fundamental que a prática política esteja “iluminada” pelo conhecimento das realidades da política, seus pressupostos sociais e econômicos, seus riscos, seus perigos, seus desdobramentos no presente e no futuro.

Em uma república, o ser cidadão é mais que ser votar periodicamente, supõe a discussão, o pensamento, um certo tipo de sabedoria política, sem o qual a ação política não se distinguiria da conduta baseada em interesses individuais ou de grupos.

Não se trata de demonizar ou ignorar interesses — afinal, parte da vida democrática a luta, dentro de normas, a competição entre grupos por melhorar a sua posição na economia ou na sociedade. Mas, da mesma maneira que o mercado um dado da realidade econômica, mas não resolve a direção da economia, não tem o componente de valor, a competição política não é tudo, não resolve todos os problemas da república.

O indivíduo não é mero consumidor ou produtor, é também cidadão, participa da vida nacional, como ator que deve estar consciente de valores políticos, consciência cívica, imperativos de

bem comum. Que significado tem isto para a relação entre teoria e prática política?

Isto indica, em primeiro lugar, que a boa prática política envolve necessariamente reflexão, conhecimento, e não apenas uma reflexão de tipo técnico, mas sim de tipo que encontre lugar para o universal, para os interesses da coletividade. Se não for assim, não haveria como evitar os riscos do corporativismo e o espaço público estaria seqüestrado pelos interesses de grupos privados.

Em segundo lugar, o saber político, em função do próprio conteúdo que o fundamenta, não alcança pleno sentido se não se traduz em participação ativa, na construção da vida pública mediante o exercício do diálogo democrático, entre os diversos atores concretos.

Voltando às reflexões iniciais:

Para a geração que se formou com a preocupação de conhecimento rigoroso, a passagem para a política (tanto dos intelectuais “participantes” como daqueles que assumiram diretamente funções públicas) não é um elemento de acaso, mas uma decorrência natural, uma exigência que nasce naturalmente com a luta pelo desenvolvimento (CEPAL) e pela democratização.

14.B. Passo agora à segunda série de observações. De que maneira essas observações afetam as nossas formas de ver o mundo, como definir fins e responsabilidade num mundo globalizado e numa América Latina democrática. Do lado do conhecimento: é evidente que as chaves que nos serviram historicamente devem ser revistas. *Um dos problemas: integrar de forma nova o internacional e o externo; e não as fórmulas fáceis. O externo — que era o negativo na teoria do imperialismo e era o positivo na visão dos desenvolvimentistas a la Parsons — agora ambíguo. Pode ser positivo e negativo simultaneamente. Pode trazer riqueza e desigualdade e não existe um projeto ideal de integração que permita maximizar o lado positivo.* (O que foi historicamente positivo, como a idéia do Estado-empresário em países em que faltava capital

— para dar solidez ao poder nacional talvez não seja *mais*).

Do lado da ação política: a democracia significou um “ganho ético” em vários sentidos para nossos países (desde a vigilância sobre a corrupção até um aumento da demanda por equidade), ao mesmo tempo tornou o manejo cotidiano da política muito mais complexo, muito mais difícil. As sociedades se reconhecem em suas injustiças de forma muito mais clara, pedem urgência para

solucionar problemas sociais e, ao mesmo tempo, os instrumentos de solução daqueles problemas devem ser “negociados”.

Exatamente por isto, o trabalho das lideranças políticas ganha novo alcance: o de articular, no diálogo, de forma tolerante, falando às vezes em nome dos que não tem meios de estar plenamente presentes na vida política, a complexidade das demandas e regulá-las por uma visão que as module à luz do significado do bem comum.

Assistência aos brasileiros no exterior.

“A nova política de assistência aos brasileiros no exterior”, artigo publicado pelo Senhor Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, Em *Política Externa*, vol.5, n.3, dez/jan/fev 1996-1997.

Um dos fenômenos mais importantes, e dos menos analisados, nas relações exteriores recentes do Brasil é o crescimento acelerado, a partir dos anos 80, do fluxo de brasileiros — emigrantes e turistas — que se destinam ao exterior. Quando se discute a atuação internacional do Brasil nos dez anos, muitos enfatizam a progressiva atualização da diplomacia econômica brasileira a um modelo de desenvolvimento menos autárquico, alguns chamam a atenção para a apregoada revisão do terceiro-mundismo dos anos 70, outros se detêm sobre uma suposta variação do peso específico do Brasil no cenário internacional ao sabor do desempenho irregular da economia brasileira no passado recente. Poucos são, no entanto, os que buscam avaliar este fenômeno menos aparente das relações externas do País que é o aumento expressivo de brasileiros no exterior e seus efeitos sobre a diplomacia brasileira. O propósito deste artigo é justamente o de analisar, em linhas gerais, a presença de brasileiros em outros países e as medidas que o Governo brasileiro e, em particular o Itamaraty, vem adotando para melhor assisti-los.

Diversos fatores, nos anos, levaram um número expressivo de brasileiros a buscar no exterior uma alternativa de vida. Entre as razões de ordem doméstica, destacam-se as sucessivas crises econômicas do passado recente e a redução do emprego no setor formal da economia. Entre os

fatores de ordem mais geral, não relacionados ao desempenho da economia brasileira na década, ressalta o avanço extraordinário das comunicações, que permite divulgar oportunidades de trabalho fora do Brasil, principalmente em países desenvolvidos. Soma-se o fato de que a emigração, uma vez iniciada, criou uma dinâmica própria: brasileiros estabelecidos no exterior passaram a atrair familiares e conhecidos, que chegam ao estrangeiro contando com uma base de apoio, o que torna menos traumática a inserção no novo meio. Como resultado deste conjunto de razões, o Brasil, a partir de meados de 80, deixou de ser um país de imigração para tornar-se também um país de emigração.

Para conhecer melhor essa nova realidade, o Ministério das Relações Exteriores efetuou um censo de brasileiros residentes no exterior, fazendo uso de sua rede de Embaixadas e Consulados. O levantamento realizou-se com base em recenseamentos locais, dados e estimativas dos serviços de imigração, matrículas consulares, participação em eleições, teses e trabalhos acadêmicos e fontes complementares. Apurou-se, desse modo, a existência de aproximadamente um milhão e meio de brasileiros vivendo no exterior, cifra superior à população de vários estados brasileiros. As maiores concentrações de brasileiros residentes foram encontradas em três países: nos Estados Unidos, são cerca de 600 mil; no Paraguai, em torno de 350 mil; e no Japão, aproximadamente 200 mil.

Ao milhão e meio de residentes permanentes acrescem-se cerca de três milhões de viajantes brasileiros ao exterior por ano, principalmente turistas, mas também empresários, estudantes que fazem estágios ou cursos de curta duração e pessoas

que viajam por motivos familiares ou de saúde. Os principais destinos desses fluxos são Europa, Estados Unidos e América do Sul. Temos, portanto, todos os anos, um universo de quatro milhões e meio de pessoas que são candidatas em potencial aos serviços consulares.

Em sua maioria, os brasileiros que vivem no exterior não romperam os vínculos com o País. Na verdade, com seu trabalho, auxiliam familiares no Brasil, aqui criando riqueza e dinamizando certos setores. Para se ter uma idéia da importância econômica do fenômeno da emigração, basta dizer que as remessas dos emigrantes brasileiros somam, em valores anuais, algo em torno de quatro bilhões de dólares. Hoje, em qualquer análise do balanço de pagamentos do Brasil, ressalta a importância do fluxo de transferências unilaterais de recursos.

A existência de um numeroso contingente de brasileiros no exterior uma realidade que muito provavelmente veio para ficar, ainda que possa ocorrer um ou outro caso isolado de refluxo da corrente migratória. No geral, como disse o Ministro Luiz Felipe Lampreia, em recente palestra, “a tendência previsível nos próximos anos de consolidação dessas comunidades, que começam a participar intensamente da vida econômica e social de muitas cidades e regiões no exterior e parecem estar destinadas a durar”.

Tendo em conta este novo quadro emigratório brasileiro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso determinou a formulação de uma política consular, que, sem deixar de lado as funções tradicionais, estivesse mais voltada para uma efetiva assistência e proteção ao nacional no exterior, que, como os demais cidadãos brasileiros, têm pleno direito aos serviços prestados pelo Estado. Em outras palavras, todos os cidadãos brasileiros no exterior têm o direito a uma correta e eficiente assistência consular.

Com a determinação presidencial de preservar a plena cidadania do brasileiro no exterior, propôs-se o Itamaraty, na presente gestão, a estabelecer algumas bases conceituais que norteariam

suas ações e projetos no campo consular. Em primeiro lugar, definiu-se com clareza a assistência e proteção aos brasileiros no exterior como uma das prioridades da política externa brasileira, o que tem sido reiterado na freqüente menção ao tema em discursos e documentos oficiais do Presidente da República e do Vice-Presidente, bem como do Ministro das Relações Exteriores.

Em segundo lugar, decidiu-se operar uma mudança na cultura administrativa do Itamaraty no tocante ao atendimento ao cidadão brasileiro que recorre aos Consulados e Embaixadas. No passado, como eram poucos os brasileiros no exterior, o atendimento fazia-se de maneira burocrática, quase mecânica. Hoje se exige do funcionário consular um atendimento crescentemente profissional, em que cortesia e eficiência se unam para facilitar a vida das pessoas.

Uma terceira mudança conceitual prevê que o Consulado, ou o Serviço Consular da Embaixada, deve ir ao encontro dos cidadãos, ao encontro das comunidades brasileiras, deixando sua posição anterior de mero receptor de demandas. O objetivo estabelecer um Consulado dinâmico, em permanente interação com a comunidade, a fim de que, também no exterior, Governo e sociedade civil somem esforços na busca de um Estado que atenda com mais eficiência aos interesses do Brasil e necessidades dos brasileiros.

Um quarto aspecto diz respeito à divulgação das funções consulares. O Itamaraty vem buscando divulgar, com maior regularidade e freqüência, serviços quase desconhecidos do grande público. A cidadania pressupõe o conhecimento dos direitos e, nesse sentido, é fundamental que os brasileiros no exterior conheçam seus direitos e os serviços oferecidos pela rede consular. Somente desta maneira, a ação consular não será meramente reativa, mas também preventiva.

Esta reformulação da atividade de assistência ao brasileiro no exterior pressupõe uma visão moderna e democrática do que deve ser a política

externa brasileira. Para o público em geral, diplomacia sempre pareceu algo distante do cotidiano de cada um, seja pelo fato de que a atividade diplomática é enganosamente associada a uma suposta aura aristocrática, de negociações secretas e de glamour social, seja porque a temática da diplomacia envolve, quase sempre, questões cujos efeitos são de longo prazo e amplo escopo, como as negociações multilaterais, o tratamento do tema do desenvolvimento, e discussões sobre paz e segurança internacionais. Ocorre que a atividade diplomática não pode circunscrever-se somente aos grandes temas internacionais, por maior que seja o impacto, muitas vezes negligenciado, destes temas sobre o dia-a-dia do País e de cada cidadão brasileiro, de que são exemplos as negociações comerciais e a preservação de relações pacíficas e cooperativas com os países vizinhos. Numa sociedade crescentemente democrática, como a brasileira, a diplomacia deve também voltar-se para uma assistência mais direta e competente dos cidadãos brasileiros, que podem e devem exigir o atendimento de seus direitos.

Outra razão a exigir do Governo brasileiro toda a atenção para as questões consulares é o processo recente de aproximação das agendas consular e diplomática. No passado, estes assuntos não se confundiam. A antiga estrutura do Itamaraty, por exemplo, em que as carreiras diplomática e consular eram distintas, refletia o fato de que as discussões internacionais de temas diplomáticos e consulares seguiam rumos independentes. Nas décadas, no entanto, com a ampliação da agenda internacional, que passou a incorporar questões como imigração, narcotráfico, lavagem de dinheiro e tráfico de armas, alguns problemas de natureza consular ganharam uma dimensão política inédita e passaram a ter importância crescente na condução da política externa.

Em razão da enorme sensibilidade destes novos temas, e de sua crescente importância e projeção tanto na opinião pública mundial quanto no relacionamento entre os países, já não se pode mais

tratá-los de forma exclusivamente técnica e legalista, com em seus aspectos consulares e jurídicos, como se fazia no passado. Nesse sentido, duas são as preocupações maiores do Governo brasileiro. A primeira delas é o efeito que determinadas questões podem ter sobre as relações do Brasil com outros países. Há um cuidado todo especial de nossa diplomacia de evitar que dificuldades de natureza consular degenerem em constrangimentos e atritos políticos. A situação dos chamados “brasiguaios” no Paraguai e a dos dentistas brasileiros em Portugal são exemplos da necessidade de enfrentar com realismo e espírito cooperativo situações que exigem do Itamaraty a defesa dos interesses dos brasileiros no exterior e a manutenção do bom relacionamento com países amigos.

A segunda preocupação diz respeito à imagem do Brasil no exterior. O atento acompanhamento dos problemas enfrentados pelas comunidades brasileiras no estrangeiro e a pronta e eficiente assistência aos nacionais são importantes fatores da preservação da imagem positiva do País no exterior. E quando menciono a importância da imagem internacional do Brasil não estou me referindo apenas ao tema da credibilidade do Governo no exercício das suas relações exteriores, mas também e principalmente à maneira como são vistos, aceitos e recebidos os brasileiros nos demais países. Os brasileiros serão tanto melhor tratados quanto menos a imagem do País for passível de associação com atividades eventualmente desempenhadas por cidadãos brasileiros em violação legislações locais e internacionais. O que está em jogo nessas situações é, ao mesmo tempo, a credibilidade do País e a respeitabilidade de seus cidadãos, dois conceitos que, numa sociedade democrática, se complementam.

Para dar cumprimento, na prática, novas diretrizes da política de assistência a brasileiros, o Itamaraty elaborou alguns projetos, que estão em execução e que imprimiram novas e importantes características funções consulares. A seguir, são brevemente descritos alguns desses projetos e seus

resultados.

Criação dos Conselhos de Cidadãos junto aos Consulados e Embaixadas. Consistem os Conselhos em apolíticos de aconselhamento do Consulado, com vistas a uma melhor adaptação dos brasileiros à realidade de cada país. São integrados, em forma rotativa, por uma variada gama de participantes, todos os cidadãos brasileiros residentes na jurisdição ou funcionários da repartição. Os Conselhos permitem a apresentação regular de sugestões da comunidade e a disseminação mais de informações. Servem como elemento aglutinador da comunidade, com atuação nas áreas de seguro-saúde, aconselhamento psicológico, organização de eventos comunitários e apoio a cidadãos necessitados. Esta é uma iniciativa de enorme relevância, pois constitui, na linha de orientação do Presidente Fernando Henrique Cardoso, um precioso canal de comunicação, cooperação e interação entre o Governo e a sociedade civil no exterior. Já contamos com 29 Conselhos de Cidadãos, distribuídos pela Europa, Estados Unidos, Canadá, Japão e América do Sul. Em 1997, o número de Conselhos de Cidadãos deverá ser ampliado.

Abertura de novas repartições consulares de carreira. Na medida da disponibilidade de recursos, está sendo ampliada a rede consular, para uma maior cobertura das necessidades dos brasileiros no exterior. Em 1995, foi inaugurado o Consulado-Geral em Tóquio, que atende a cem mil brasileiros residentes. Os outros cem mil brasileiros no Japão são assistidos pelo Consulado-Geral em Nagóia. Em 1996, foram instalados outros dois Consulados de carreira: um na Cidade do Cabo, do Sul, país que recebe um crescente fluxo de turistas e empresários brasileiros, e outro em Atlanta, importante pólo regional dos Estados Unidos. Para 1997, está prevista a inauguração do Consulado em Córdoba, na Argentina.

Ampliação da Rede Consular Honorária. O Ministério das Relações Exteriores tem também desenvolvido uma política de abertura de Consulados

Honorários, os quais, embora possuam funções limitadas, se constituem em importantes pontos de apoio para a prestação de assistência a brasileiros. Suas atividades podem estender-se a outros campos além da função consular propriamente dita, como, por exemplo, apoio a delegações brasileiras que participem em eventos na sua de jurisdição. Nos dois anos, foram abertos três Consulados Honorários nos Estados Unidos: em Birmingham, (Alabama), Phoenix (Arizona) e Seattle (Estado de Washington). Também foram abertos os Consulados Honorários em Rovaniemi, na Finlândia, em Gdansk e Cracóvia, na Polônia, e Port Said, no Egito. Há planos para abertura em Riga, na Letônia, Tallim, na Estônia, Cuenca, no Equador, Casablanca, no Marrocos, Pointe- Pitre, no Caribe francês, Cancún, no México, San Ignacio de Velasco e Trinidad, ambos na Bolívia, e Santander, na Espanha.

Instituição do Sistema de Consulados Itinerantes. Experiência que começou no Paraguai, consiste no deslocamento, a localidades de maior concentração de brasileiros, de uma equipe integrada pelo Cônsul e outros funcionários consulares, a qual presta atendimento "in loco". Trata-se aqui da política consular de ir ao encontro da comunidade, evitando-se que o cidadão brasileiro, muitas vezes de baixo poder aquisitivo, deixe de praticar algum ato notarial ou de registro civil por falta de meios para deslocar-se uma ou mais vezes ao Consulado, localizado longe de sua área de trabalho e residência. Já se realizaram mais de 30 missões consulares itinerantes, com destaque para as feitas nos Estados Unidos, onde a comunidade de brasileiros é maior. Foram atendidos aproximadamente 4.000 cidadãos brasileiros, com o auxílio das próprias comunidades, que indicam, com freqüência, voluntários para assessorar os funcionários consulares nos seus trabalhos.

No Paraguai, tem-se buscado atender necessidades de trabalhadores rurais brasileiros, dos quais cerca de 70.000 não dispunham de permissão de residência (e muitos sequer dos documentos brasileiros que os habilitassem a obtê-la), vivendo,

por isto, em situação de ilegalidade. Após negociações realizadas entre as Chancelarias de Brasil e Paraguai, foi possível realizar, entre 15 de setembro e 30 de novembro de 1995, ampla campanha para a documentação de nacionais que se encontravam à margem da lei. Por meio dessa operação, executada em conjunto pela rede consular brasileira, autoridades de imigração paraguaias e funcionários da Polícia Federal, cerca de trinta e cinco mil compatriotas receberam certificados de residência e oito mil os atestados de antecedentes criminais que lhes permitem regularizar sua situação.

Assistência a presos brasileiros no exterior. Dentro do universo de um milhão e meio de brasileiros residentes no exterior e de três milhões de viajantes por ano, é compreensível que muitos se envolvam em situações jurídicas as mais diversas, inclusive de cunho penal. Consciente da necessidade de enfrentar também essa nova realidade específica, o Itamaraty, desde 1995, vem efetuando levantamento sobre os brasileiros presos no exterior, por meio de solicitações, Embaixadas e Consulados, de informações sobre os encarcerados, com vistas a aprimorar o serviço de assistência que lhes é prestado. Segundo o mais recente levantamento, há cerca de novecentos brasileiros presos no exterior, distribuídos em mais de quarenta países. Observada sempre a praxe internacional consagrada de respeito leis e autoridades do país onde estão situadas, as missões diplomáticas e repartições consulares são orientadas a verificar se o nacional está sendo bem tratado, se precisa de cuidados médicos e se conta com assessoria jurídica. As repartições brasileiras também realizam visitas periódicas aos presos, com vistas a um acompanhamento regular de sua situação.

Prestação de assistência jurídica em situações determinadas. Sempre que julgada necessária, de acordo com o critério de desvalimento, tem sido prestada assistência jurídica aos cidadãos brasileiros no exterior. Em alguns países, dadas as peculiaridades locais, as repartições brasileiras contam com assessoria legal permanente. Na maioria

dos casos, são solicitados pareceres jurídicos para situações concretas, tópicas, de modo a orientar tanto a repartição brasileira quanto, principalmente, o cidadão brasileiro interessado. Em casos mais graves de violação de direitos, tem-se contratado advogado para ajuizamento de ação.

Reserva de Assistência Consular. Tem por objetivo custear despesas urgentes e imprevistas de assistência consular. Embora em montante limitado, em razão da escassez de recursos, beneficia a mais de sessenta repartições no exterior, justamente as de maior movimento consular. uma espécie de fundo de recursos, que são adiantados preventivamente no início de cada exercício. A disponibilidade imediata permite aos Consulados e Embaixadas o atendimento ao brasileiro desvalido, evitando assim situações constrangedoras para a repartição e, principalmente, para o cidadão.

Edição de Cartilhas Consulares. As Cartilhas consistem em folhetos bastante simples, com conselhos práticos para evitar situações desagradáveis e facilitar a vida das pessoas no exterior. Editou-se, por exemplo, uma cartilha especial para os Jogos Olímpicos de Atlanta, que foi distribuída junto às companhias aéreas e nos hotéis onde se hospedavam brasileiros na cidade. Também estão sendo editados 500 mil exemplares de cartilhas de viajantes, em três versões, destinados a pessoas que se destinam para a Europa, América do Norte e Japão. Há ainda cartilhas para brasileiros residentes em determinados países e para estrangeiros que viajam ao Brasil. O próximo passo nesse campo é desenvolver uma cartilha especial de instalação, destinada aos brasileiros que chegam a certos países para neles residir.

Criação da Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior. Em 1995, foi criada essa Direção-Geral no Itamaraty, tendo como uma de suas incumbências específicas, como o próprio nome indica, a assistência aos cidadãos brasileiros no exterior. Além disso, a Direção-Geral de Assuntos Consulares,

Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior (DCJ) passou a responder diretamente Secretaria-Geral do Itamaraty, o que lhe confere maior autonomia, agilidade e acesso direto à alta direção do Ministério. Essa elevação de categoria também é clara sinalização da relevância política que a proteção a brasileiros ganhou dentro da estrutura do Itamaraty.

Contatos diretos com as comunidades brasileiras no exterior. Identificados, por intermédio do censo, os principais núcleos de presença de brasileiros no exterior, o Diretor-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior desenvolveu e continua a desenvolver programa de visitas às comunidades - intituladas ouvidorias consulares -, em que promove contatos diretos com entidades e personalidades mais representativas da colônia. Julga-se, dentro do objetivo do Itamaraty de ir além das funções consulares clássicas, ser essa uma das formas de identificar as necessidades das comunidades e de avaliar a melhor maneira de satisfazê-las. Com esse propósito, foram visitadas comunidades de brasileiros nos Estados Unidos, no Canadá, na Europa, no Japão e no Paraguai.

Criação do Núcleo de Assistência ao Brasileiro. Em 1995, foi criado, na Divisão de Assistência Consular - que se subordina à Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior, um Núcleo de Assistência ao Brasileiro, formado por funcionários especializados no atendimento de situações de emergência. O Núcleo constitui elo ágil e desburocratizado entre o brasileiro no exterior em situação de dificuldade e seus familiares ou amigos

no Brasil. dotado de telefone/fax próprio e faz uso de um boletim especial, o Boletim de Ocorrência Consular, que facilita, em linguagem simples e direta, as comunicações urgentes com a rede consular no exterior.

Há ainda diversos outros projetos de reforço das bases de assistência consular que estão em execução, como realização de reuniões consulares de coordenação por geográficas para Cônsules e responsáveis pelo Serviço Consular de Embaixadas, programa de visitas fábricas - sobretudo no Japão - que empregam grande número de brasileiros, realização de palestras de divulgação dos serviços consulares, revisão e atualização do Manual de Serviço Consular e Jurídico, padronização dos documentos consulares e atos notariais, intensificação do treinamento dos funcionários consulares, entre outros.

Esse conjunto de projetos traduz, na prática, a prioridade atribuída pelo Governo à assistência e proteção ao brasileiro no exterior. A execução de tais projetos está redefinindo as funções do Serviço Consular Brasileiro, hoje cada vez mais voltado para a comunidade e seus anseios. O que se busca é aproximar o Consulado das colônias e aprofundar o diálogo entre ambos, de modo a poder recolher comentários, ouvir problemas e promover soluções. Esta interação confirma o compromisso do Governo com o aperfeiçoamento e a democratização dos serviços e assistência consulares, desenvolvimento que permitirá a tantos milhões de brasileiros se sentirem crescentemente amparados, mais cidadãos e menos distantes do País.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abertura de Mercados 27, 29, 79
Agricultura 17, 28, 39, 69, 70, 71, 88
AIEA 73
ALADI 55, 56, 58, 59, 60
ALCA
25, 26, 27, 28, 29, 43, 44, 45, 46, 47, 58, 59, 60, 64,
65, 66, 67, 84
Alemanha 15, 18, 19, 22, 41, 64
Argentina
31, 32, 33, 34, 35, 36, 41, 49, 73, 79, 82, 96
América Latina
10, 13, 22, 56, 58, 63, 73, 79, 81, 89, 90, 91
Armas Nucleares 73, 74
ASEAN 40, 64, 86
Assembléia-Geral 77
Aula 9, 11, 89

B

Brasileiros no Exterior
7, 53, 93, 94, 95, 96, 97, 98
Belo Horizonte 25, 45, 46, 47, 66, 84, 88
Bolívia
27, 40, 46, 49, 59, 64, 69, 79, 84, 96
Bolonha 9
Buenos Aires 31, 80

C

Câmara de Comércio 42, 65, 82
Canadá 41, 45, 82, 84, 85, 98
Caribe 45, 79, 81, 96
CEBRI 31, 32, 40, 63, 85

CEPAL 55, 56, 59, 90, 91

Chile

27, 40, 41, 46, 49, 58, 59, 64, 79, 84, 86

Colômbia

Comércio

8, 25, 26, 27, 29, 40, 41, 42, 43, 44,
45, 46, 56, 57, 59, 64, 65, 66, 69,
70, 71, 74, 81, 82, 83, 84, 85

Congresso Nacional

51, 62, 73, 75

Conselho de Cidadãos

7, 8

Conselho de Relações Exteriores

63

Cuba

38, 79

Consulados Honorários

96

D

Darcy Ribeiro

Democracia

9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 21, 30, 32,
33, 34, 36, 40, 41, 43, 52, 64, 82, 90, 92

Diplomacia

17, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 42, 43,
44, 50, 51, 52, 58, 66, 93, 95

Direito

79

Doutor Honoris Causa

9

E

Educação

12, 17, 62, 79, 84, 89

Emigração

93, 94

Estados Unidos

39, 40, 41, 45, 59, 63, 70, 74, 77, 79, 93,
96, 98

Estatuto Jurídico

61

Equador

79, 96

F

FAO 37, 69
Fronteira 41, 61, 62

G

Governabilidade 13
Grupo de Cairns 69, 70, 71

I

Instituto Rio Branco 44
Integração
10, 15, 16, 18, 21, 22, 26, 29, 40, 45,
46, 50, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60,
61, 62, 64, 81, 82, 83, 84, 85, 91

M

Madri 7, 8
Mercosul
18, 22, 26, 27, 28, 29, 40, 42, 43, 45,
46, 49, 59, 61, 62, 64, 65, 66, 97, 80,
83, 84, 86, 87, 88
México 58, 59, 79, 96
Montevideu 58, 79, 80, 89
Mulher 81
Munique 21

N

NAFTA 41, 58, 64, 86
Não-Proliferação 41, 43, 52, 73, 74, 75
Nova York 63, 79, 85

O

OIT 80
OMC 66, 67, 70, 83
ONU 75

P

Paraguai
40, 49, 64, 69, 79, 93, 95, 96, 97, 98
Parceria 18, 19, 21, 22, 61, 63, 77, 82
Peru 79
Pesquisa 9, 11, 28, 63, 89
PIB 18, 22, 40, 83
Política Externa
8, 25, 31, 32, 33, 36, 39, 40, 41, 43,
44, 49, 51, 52, 63, 64, 66, 82, 94, 95
Produtos Químicos 79

R

Recife 25, 28, 45, 46
Reciprocidade 27, 43, 66, 69, 84
Reforma do Estado 65
Relações Internacionais
39, 40, 42, 44, 51, 52, 63, 73, 74, 77, 81
Reunião Hemisférica 25
Reunião Ministerial 46, 69, 71
Rio de Janeiro
40, 45, 55, 69, 70, 77, 82, 89
Rivera 61, 62

S

São Paulo 39, 40, 55, 58, 81, 89
Seminário 81

T

TNP 73, 74, 75
Toronto 82
Tratado 27, 73, 74, 75, 83, 97

U

Nações Unidas 79, 81
UNIFEM 81

Universidade 9, 10, 39, 89

Uruguai 26, 44, 49, 61, 62, 69, 70, 79

V

Venezuela 79

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 80, 1º semestre de 1997

Ano 24

Capa / projeto gráfico

Editoração eletrônica

Formato

Mancha

Tipologia

Papel

Número de páginas

Tiragem

Impressão / Acabamento

Hilton Ferreira da Silva

Hilton Ferreira da Silva / Daniel Bastos de Oliveira

Bonfim

20 x 26 cm

15,5 x 21,5 cm

Times New Roman 12 x 18 (textos);

Times New Roman 26 x 31,2 (títulos e subtítulos)

Supremo 250 g/m², plastificação fosca (capa),
e 75 g/m² (miolo)

102

500 exemplares

Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação